

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA (PPGLIN)

MAYARA ARCHIERIS AMORIM

POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E EFEITOS-SENTIDO

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2015

MAYARA ARCHIERIS AMORIM

POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E EFEITOS-SENTIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2015

A545p Amorim, Mayara Archieris
 Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido/ Mayara Archieris
 Amorim; orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva - - Vitória
 da Conquista, 2015
 93f.

Dissertação (mestrado em Linguística). - Universidade
 Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em
 Linguística, Vitória da Conquista, 2015.

1. Discurso. 2. Efeito-sujeito. 3. Efeito-sentido. 4. Memória
 discursiva. I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição. II. Universidade
 Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Catálogo na fonte: Elinei Carvalho Santana – CRB 5/1026
 UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Utopian subject position and effects-meaning

Palavras-chaves em inglês: Discourse. Effect-subject. Effect-meaning. Discursiv memory

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestrado em Linguística

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (Presidente-Orientadora); Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (UESB); Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado (UNEB)

Data da Defesa: 26 de fevereiro de 2015

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística

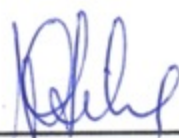
MAYARA ARCHIERIS AMORIM

POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E EFEITOS-SENTIDO

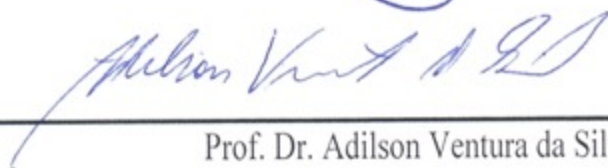
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 26 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (UESB)
(Orientadora)



Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva (UESB)



Profa. Dra Rosa Helena Blanco Machado (UNEB)

*Aos meus pais, Stela e Paulo.
Ao meu irmão, Gustavo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu sustento e a luz que ilumina o meu caminho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, por ter oportunizado a minha formação em nível de mestrado, e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado.

À Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, minha orientadora, pelos ensinamentos, pelo estímulo e pela oportunidade de aprender sempre mais ao seu lado. Agradeço-lhe o acompanhamento desde os anos de iniciação científica e por ter acreditado em mim e no meu trabalho.

À Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, pelas contribuições e pela oportunidade de realizar o tirocínio docente sob a sua orientação.

Aos professores membros da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Adilson Ventura da Silva, Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira e Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, pelas valiosas contribuições.

Aos professores Prof. Dr. Adilson Ventura e Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado, por terem aceitado participar da Banca de Defesa desta dissertação e contribuir com este trabalho. Agradeço ainda à Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva e ao Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini, na condição de suplentes.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelo conhecimento compartilhado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, especialmente a Jonathan e Giseli, pela atenção e presteza.

Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), pela troca de experiências e momentos compartilhados. Agradeço, especialmente, a Eliane e Leandro.

Aos colegas e amigos do mestrado, pelo convívio. Agradeço, especialmente, a Tássia e Jakeline, pela amizade e por tornarem mais leves os momentos de aflição. Agradeço também a Daniela, pelo suporte, pela amizade sincera e cumplicidade que nos acompanham desde o início da graduação.

À minha família, pelo carinho: ao meu irmão, Gustavo, por me ouvir e torcer por mim; aos meus pais, meu porto seguro, pelo amor sincero e incondicional. Sem vocês eu não teria chegado até aqui. Obrigada por tudo! Amo vocês.

Aos meus amigos, pelas orações, pelo carinho e cuidado. Obrigada por dividirem comigo momentos tão importantes em minha vida.

A Bruno, pelo amor, pela paciência e por permanecer ao meu lado em todos os momentos. Agradeço-lhe por me mostrar que há sempre outras possibilidades e outros caminhos que podem ser trilhados.

A Thiago, pela amizade, pelas risadas e por todo o apoio no período da iniciação científica. Cresci muito ao seu lado! A Helder, pelo incentivo e por se alegrar com as minhas conquistas, especialmente as acadêmicas. A Katharinne, pela serenidade e pelos conselhos e conversas sensatas que tanto me confortaram.

A todos que contribuíram e torceram por mim, muito obrigada.

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos o resultado da pesquisa que teve como objetivo investigar o movimento discursivo da passagem do sujeito pragmático Marina Silva para a posição-sujeito utópico, e, portanto, sujeito do discurso, e os efeitos-sentido que se constituem nessa posição-sujeito, inscritos numa rede de memória discursiva. O *corpus* da pesquisa foi construído por pesquisadores (professores, alunos de IC, mestrandos e doutorandos) do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/UESB/CNPq) e faz parte do banco de dados do Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis/Uesb), constituído de textos que circulam em diferentes suportes midiáticos sobre a mulher que atua nas esferas de poder político do Brasil: executivo, legislativo e judiciário. Operamos um recorte de sequências discursivas (SD) que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva, candidata a presidente da República do Brasil, nas eleições de 2010 e 2014, que julgamos pertinentes, e construímos o *corpus* discursivo sobre o qual operamos o processo analítico. Na análise, mobilizamos conceitos do quadro teórico da Análise de Discurso (AD), inaugurada por Pêcheux, e dialogamos com áreas do campo das ciências humanas, sociais e aplicadas para mostrar o funcionamento da posição-sujeito utópico e o deslizamento dos sentidos como efeitos em diferentes campos. Os resultados indicaram o funcionamento da posição-sujeito-utópico imbricada com três efeitos-sentido: efeitos-sentido de utopia, efeito-sentido de sonho e efeito-sentido de princípio.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso. Efeito-sujeito. Efeito-sentido. Memória discursiva

ABSTRACT

In this work, we present the results of research that aimed to investigate the discursive movement of the passage of pragmatic individual Marina Silva to the utopian subject position and therefore subject of the discourse, and the effects upon meanings that are in this position-subject enrolled in a discursive memory network. The *corpus* of the research was built by researchers (Professors, IC students, masters and doctoral students) of the Research Group in Discourse Analysis (GPADis /UESB /CNPq) and is part of the Research Laboratory of the database in Discourse Analysis (LAPADis /UESB), consisting of texts circulating in different media supports about the women who work in the political spheres of power in Brazil: executive, legislative and judicial. We operate a clipping discursive sequences (SD) that we deem relevant on the pragmatic subject Marina Silva, candidate for president of the Republic of Brazil, in the 2010 and 2014 elections and build the discursive *corpus* on which we operate the analytical process. In the analysis, we mobilize concepts of the theoretical framework of Discourse Analysis (AD), inaugurated by Pêcheux, and dialogued with areas of the field of humanities, social and applied to show the working pattern of the utopian -subject position and the direction effects in different fields. The results indicated the discursive functioning of the utopian subject position imbricated with effects of meaning for utopia, dream and principle.

KEYWORDS

Discourse. Effect-subject. Effect - meaning. Discursiv memory.

TABELAS

Tabela 1. Mulheres atuantes nas esferas de poder político e quantidade de reportagens no período compreendido entre 1998 a 2008, de <i>Veja</i>	13
Tabela 2. Textos sobre Marina Silva veiculados em <i>Istoé</i> entre janeiro de 2011 a junho de 2014	19
Tabela 3. Textos sobre Marina Silva veiculados em <i>Veja</i> entre julho de 2010 a dezembro de 2013.....	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa e o estado de arte do problema	11
1.2 Considerações sobre o <i>corpus</i> e o percurso metodológico da pesquisa	16
1.3 Organização dos capítulos.....	20
2 POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E UTOPIA	21
2.1 Considerações iniciais.....	21
2.2 Considerações acerca da noção de utopia.....	22
2.3 Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido de utopia	28
2.4 Considerações finais.....	45
3 POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E SONHO	47
3.1 Considerações iniciais.....	47
3.2 Sonho: efeitos-sentido e efeito-sujeito	47
3.3 Sujeito utópico e sonho: efeito-sujeito e efeito-sentido	53
3.4 Considerações finais.....	64
4 POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E PRINCÍPIO	66
4.1 Considerações iniciais.....	66
4.2 Efeitos-sentido de princípio na Bíblia	66
4.3 Efeitos-sentido de princípio no campo jurídico.....	68
4.4 Efeitos-sentido de princípio e posição-sujeito utópico	74
4.5 Considerações finais.....	83
5 CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e o estado de arte do problema

Embora haja pesquisas nas diversas áreas do conhecimento sobre a atuação do sujeito pragmático¹ mulher nas esferas privadas e públicas, temos observado, conforme mostram estudos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/CNP/Uesb)², pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, orientandos de doutorado, mestrado e de iniciação científica, sob sua orientação, e de pesquisadores colaboradores, que as pesquisas que dizem respeito ao sujeito pragmático mulher que atua nas esferas do poder executivo, do poder legislativo e do poder judiciário são muito poucas no Brasil, um dos motivos pelos quais o GPADis justifica o desenvolvimento, entre outros, do projeto temático de pesquisa denominado “Discursivização sobre as mulheres que atuam nas esferas de poder político no Brasil”, ao qual o projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação está vinculado.

Em se tratando da participação das mulheres no cenário político brasileiro ao longo dos anos, Fonseca-Silva (2007a) explica que, na primeira metade do século XIX, o índice de mulheres alfabetizadas no Brasil era pequeno, realidade que começou a mudar a partir da segunda metade deste mesmo século, quando mulheres que voltaram ao Brasil depois de estudarem em outros países³ engajaram-se na luta pelos direitos da mulher e pelos direitos políticos, incluindo o direito ao voto.

A exigência em relação à participação das mulheres no processo eleitoral foi expressa pela primeira vez na Constituinte de 1891, mas foi negada. Prado (2010) esclarece, com base em Fonseca-Silva (2007a), que, desde então, durante mais de 40 anos, foi desenvolvido um debate com a contribuição de diversos representantes da ação política da época. Assim, a luta pelo direito ao voto caracterizou as duas primeiras décadas do século XX, momento no qual mulheres brasileiras, especialmente as que pertenciam à pequena elite de intelectuais de classe média, uniram-se ao movimento pelo sufrágio feminino que estava sendo difundido na Europa e nos Estados Unidos.

Apenas com a Revolução de 30,

¹ A noção de sujeito pragmático diz respeito ao indivíduo, ao sujeito falante. Segundo Pêcheux ([1983a] 2006, p. 33), o sujeito pragmático é “cada um de nós, os ‘simples particulares’ face às diversas urgências de sua vida”.

² O GPADis desenvolve os seus trabalhos na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), mais especificamente no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADIS), e é coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva.

³ Segundo Fonseca-Silva (2007a), as mulheres só puderam ter acesso ao ensino superior, no Brasil, a partir de 1879.

as feministas se colocaram ao lado de Vargas e, na discussão para o anteprojeto da Constituição, em 1932, conseguiram com que o presidente indicasse Bertha Lutz, única mulher a discutir o parecer. Houve uma manobra no anteprojeto e foi retirado o direito de voto às mulheres. O presidente, entretanto, antecipou a divulgação do anteprojeto e decretou o novo código por meio de lei, garantindo o voto feminino (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 22).

Desse modo, a conquista do sufrágio feminino permitiu uma maior participação das mulheres em outras questões políticas, sendo tal participação intensificada com o processo de redemocratização na década de 80. Este processo permitiu maior possibilidade de acesso da mulher às esferas do poder político, embora a atuação das mulheres nesse âmbito ainda seja pequena se comparada à participação de homens. Notamos, assim, que a discursivização sobre a mulher na política é possível devido à participação menos restrita das mulheres nas esferas de poder, ou seja, pela democratização desses espaços, e neste aspecto o feminismo deu a sua contribuição histórica.

A participação das mulheres na política tem sido objeto de pesquisa, como dissemos, de trabalhos desenvolvidos por estudiosos inseridos em diferentes áreas do conhecimento. É nesse contexto que o GPADis tem atuado na investigação sobre como se dá a discursivização, na mídia, sobre sujeitos pragmáticos mulheres que atuam nas esferas de poder político⁴.

Dentre os trabalhos desenvolvidos no GPADis, destacamos o de Prado (2010), por ter sido a primeira dissertação desenvolvida no grupo que analisa e discute posições-sujeito a que se identificam ou se subjetivam sujeitos pragmáticos mulheres que atuam nas esferas de poder político. O objetivo da pesquisa desenvolvida, que resultou no trabalho de Prado (2010), foi investigar em quais lugares de subjetivação a mulher, que atua nos poderes executivo, legislativo e judiciário, aparece na discursivização da revista de informação *Veja*. A hipótese levantada e confirmada na dissertação da autora foi a de que o sujeito pragmático mulher que atua nas esferas de poder político tem destaque em *Veja* tanto quando aparece em posições-sujeito ligadas à esfera da intimidade e da vida privada quanto quando aparece em posições-sujeito da esfera pública. Os resultados das análises desenvolvidas por Prado (2010, p.8) indicaram que “na discursivização de *Veja* coexistem diferentes enunciados que marcam uma

⁴ Os projetos temáticos que tratam da questão da política são: “Discurso sobre o poder político, efeitos-sujeito e efeitos sentido em diferentes materialidades significantes”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Linguística, e “Memória, discurso político, discurso jurídico e deslizamentos de sentido”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Ambos são coordenados pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

tensão entre os lugares de subjetivação associados historicamente à mulher e os lugares de subjetivação associados aos sujeitos pragmáticos que atuam nas esferas de poder político”.

Prado (2010) analisou o *corpus* constituído por reportagens que circularam em edições da revista *Veja* entre 1998 e 2008, e que tratavam da temática em questão. As reportagens foram catalogadas por membros (mestrands e alunos de iniciação científica) do GPADis, bem como o número de reportagens sobre cada uma das mulheres que foram discursivizadas em *Veja*. Posteriormente, as reportagens selecionadas foram separadas em pastas indicando as mulheres que atuam no poder executivo, no poder legislativo e no poder judiciário.

A quantificação a que fizemos referência foi organizada em tabelas. Apresentamos, a seguir, uma das tabelas organizadas por Prado (2010):

Tabela 1. Mulheres atuantes nas esferas de poder político e quantidade de reportagens no período compreendido entre 1998 a 2008, de *Veja*

Nomes de mulheres	Quant. reportagens
Marta Suplicy	36
Dilma Rousseff	20
Roseana Sarney	19
Heloisa Helena	08
Rosinha Garotinho	05
Benedita da Silva	05
Yeda Crusius	04
Matilde Ribeiro	04
Marina Silva	03
Ellen Gracie	03
Cláudia Costin	02
Rita Camata	02
Kátia Abreu	02
Maria do Rosário	02
Ideli Salvati	02
Ana Júlia Carepa	02
Luizianne Lins	02
Eliana Calmon	01
Cristiane Brasil	01
Manuela d'Ávila	01
Luciana Genro	01
Cármem Lúcia	01
Jusmari Oliveira	01
Luciana Costa	01
Ângela Amim	01

Fonte: Prado (2010). Tabela 4

Desses vinte e cinco sujeito pragmáticos mulheres (tabela 1) que atuam nas esferas de poder político e que foram discursivizados em *Veja*, Prado (2010) selecionou e analisou

sequências discursivas de reportagens que discursivizam sobre treze, tendo em vista a necessidade de recorte de análise. A pesquisa desenvolvida pela autora apresenta uma visão geral de como sujeitos pragmáticos mulheres que atuam nas esferas de poder político são discursivizados pela mídia. Os resultados dessa pesquisa deixaram possibilidades de questões para outros trabalhos sobre sujeitos pragmáticos mulheres que atuam nas esferas de poder político.

Exemplo disso é que Fonseca-Silva (2012; 2013) apresenta resultados de pesquisa mostrando que, da Colônia à República, no conjunto de relacionamentos de forças que produzem saber que permeiam nossa sociedade, gerações de sujeitos pragmáticos mulheres participaram de ações e movimentos que se opunham às formas de condução das condutas no interior das racionalidades políticas.

A autora demonstra, nesses trabalhos, que na materialidade discursiva posta em circulação na sociedade, os efeitos-sentido⁵ sobre a mulher são logicamente variáveis. Argumenta que no contexto político brasileiro, gerações de mulheres, independentemente de raça ou classe social, subjetivaram-se no lugar de resistência, promovendo, conforme as condições e possibilidades de cada época, contra condutas que acontecem no interior de cada racionalidade política indicando que, ao lado do desenvolvimento de modos de objetivação que transformam sujeitos pragmáticos mulheres e homens em sujeitos/objetos dóceis e úteis, desenvolveram-se modos de subjetivação por meio dos quais ocorre o efetivo movimento do sujeito pragmático mulher para sujeito-político, possibilitando, mesmo com forte discursivização negativa promovida pela mídia, o acontecimento de 31 de outubro de 2010, em que Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil (FONSECA-SILVA, 2012; 2013).⁶

Ressaltamos também que, paralelamente à pesquisa que desenvolvemos e que resultou nesta dissertação, como explicaremos adiante, foi desenvolvida uma pesquisa que resultou na dissertação de Abade (2015), que analisa o funcionamento das posições-sujeito associadas ao sujeito pragmático Roseana Sarney, uma das mulheres identificadas por Prado (2010), conforme tabela 1. A partir de *corpus* constituído de reportagens veiculadas em edições da revista *Veja* e que tratam da pré-candidatura à presidência de Roseana Sarney, em 2001; até a sua não candidatura, em 2002, Abade (2015) tentou responder a questão/problema relacionada

⁵ Para compreender melhor a questão do sentido como efeito, ver FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como efeito de e bases simbólicas de significação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos e confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 207-212.

⁶ Sobre a presidenta Dilma Rousseff, ver também Barbosa (2014).

à constituição da imagem de Roseana Sarney, enquanto sujeito político, em relação à família Sarney e aos escândalos de corrupção com os quais a referida família esteve/está envolvida.

A pesquisa que desenvolvemos, e nessa dissertação apresentamos os resultados, diz respeito ao sujeito pragmático Marina Silva que atua nas esferas de poder político e aparece no quadro 1 (quadro 4 de Prado, 2010), como mostramos. Salientamos que o interesse em desenvolver uma pesquisa sobre o movimento do sujeito pragmático Marina Silva para posição-sujeito utópico começou a emergir no período em que participamos, durante dois anos de iniciação científica, de dois projetos relacionados às mulheres que atuam nas esferas de poder político. Entre 2010 e 2011, durante a vigência da bolsa Fapesb, participamos do projeto “Discursivização sobre mulheres que atuam nas esferas do poder político executivo e judiciário: estudo de casos”, vinculado ao projeto maior intitulado “Mídia, cenas validadas na memória discursiva e sentidos da corrupção política no Brasil”, coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva. O objetivo do projeto era investigar o funcionamento das imagens do sujeito mulher na encenação discursiva e midiática do poder político, no âmbito da esfera do poder executivo. Entre 2011 e 2012, durante a vigência da bolsa CNPQ, participamos do subprojeto “Memória Discursiva e a mulher como sujeito na esfera do poder político executivo”, vinculado ao projeto maior intitulado “Memória Discursiva e esferas de poder político”, também coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva. No período citado, no qual participamos na iniciação científica, desenvolvemos alguns trabalhos que trataram do sujeito-político Marina Silva.⁷

Dessa forma, no trabalho aqui apresentado, e que está vinculado ao projeto temático “Discursos sobre o poder político, efeitos sujeito e efeitos sentido em diferentes materialidades significantes”⁸, analisamos sequências discursivas de textos⁹ que discursivizam sobre Marina Silva, e que foram veiculados na mídia entre 2009 e 2014, a fim de respondermos às seguintes perguntas: Na discursivização da mídia sobre eleições presidenciais de 2010 e 2014, como se dá o movimento discursivo da passagem do sujeito pragmático Marina Silva para a posição-sujeito utópico, e, portanto, sujeito do discurso? Que efeitos-sentido se constituem nessa

⁷ Até a finalização deste trabalho, destacamos, entre outros, os seguintes resultados de pesquisa vinculados aos projetos temáticos desenvolvidos no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso e que, em certa medida estão no escopo temático deste trabalho: Fonseca-Silva (2009), Prado (2010), Fonseca-Silva (2012; 2013), Fonseca-Silva e Prado (2012), Vigiatto (2012), Gonçalves (2012), Gonçalves e Fonseca-Silva (2012), Oliveira (2013), Machado (2013), Barbosa (2014), Abade (2015), Amorim (2015).

⁸ O projeto temático citado é coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e está vinculado à linha de pesquisa Sentido e Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁹ No tópico a seguir, intitulado “Considerações sobre o *corpus* e o percurso metodológico da pesquisa”, esclarecemos quais tipos de textos foram utilizados na constituição do *corpus*.

posição-sujeito, inscritos numa rede de memória discursiva? Formulado o problema de pesquisa, levantamos a seguinte hipótese: O funcionamento discursivo da posição-sujeito-utópico é imbricado pelos efeitos-sentido de utopia, efeitos-sentido de sonho e efeitos-sentido de princípio.

Para responder às questões propostas nesta pesquisa e confirmar ou refutar a hipótese levantada, mobilizamos o dispositivo teórico analítico da Análise de Discurso (AD), que: i) toma a língua como lugar ou base material significante onde os sentidos se realizam e em que se inscrevem as repetições, as falhas, os deslocamentos; ii) não trata do sujeito pragmático e nem da realidade empiricamente localizáveis, mas do sujeito disperso ou de posições-sujeito, constituídos e mediatizados pelo simbólico, como um efeito de linguagem, preso na rede de significantes que o antecede; iii) trata do sentido como efeito, que é também disperso e sempre escapa.

Além da Análise de Discurso, dialogamos com áreas do campo das ciências humanas, sociais e aplicadas. Salientamos que os conceitos utilizados no trabalho foram mobilizados e explicados na medida em que foram necessários para o desenvolvimento das análises. Por isso, não organizamos um capítulo específico para a apresentação do arcabouço teórico utilizado.

1.2 Considerações sobre o *corpus* e o percurso metodológico da pesquisa

O nosso *corpus* foi constituído, inicialmente, por textos (reportagens, entrevistas, notícias) veiculados nas revistas¹⁰ de informação *Veja* e *Istoé*. Isso se justifica porque elas são revistas de grande circulação e se caracterizam como um importante suporte no qual estão materializados diferentes discursos que circulam na sociedade. A *Veja*, por exemplo, lançada pela Editora Abril em 1968 é, segundo Fonseca-Silva (2009, p. 194), um dos meios de comunicação de maior destaque na imprensa brasileira, “a mais comprada, a maior em assinaturas e em tiragem de exemplares (nacionalmente) e a quinta revista de informação de

¹⁰ Ao refletir sobre a constituição de revistas brasileiras, Fonseca-Silva (2007a) explica que a lógica da indústria cultural é a lógica do mercado. Assim, a indústria cultural brasileira é orientada pelas tendências mundiais, e, com isso, as revistas tornam-se mais especializadas e dirigidas a grupos particulares, apresentando-se como segmentos específicos de mercado. Nessa perspectiva, “criadas como segmento de mercado, alimentadas por intensa manipulação tecnocientífica empresarial e por uma multiplicidade de estratégias discursivas, as revistas que circulam no cotidiano feminino e masculino e que, aparentemente são banais, pela sua dimensão simbólica participam das práticas sociais, reproduzindo e publicizando o que existe nas relações sociais e os modos de vida ou de existência dos indivíduos na sociedade de consumo (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 25).

maior circulação no mundo”. A *Istoé*, por sua vez, foi lançada em 1976 pela Editora Três e ocupa a segunda posição de revista de informação mais lida no País, ao lado da revista *Época*.

Além disso, a nossa escolha se justifica porque as reportagens que circularam/circulam nas duas revistas citadas, além de constituírem o banco de dados do GPADis, foram utilizadas em outros trabalhos que desenvolvemos na iniciação científica, o que nos permitiu, naquela ocasião, contribuir com a constituição de um banco de dados, organizado por alunos de iniciação científica e da pós-graduação que atuam nas pesquisas do grupo de pesquisa. Dessa forma, parte dos textos que constituem o nosso *corpus* foi retirada do banco de dados do GPADis, constituído por textos que tratam de homens e mulheres nas esferas de poder político e organizado, como dissemos, com a colaboração dos alunos de graduação e da pós-graduação, assim como dos professores que atuam no grupo.

Com a finalidade de desenvolvermos a pesquisa que resultou nesta dissertação, utilizamos como *corpus* textos veiculados nas revistas de informação mencionadas. A esse respeito, entendemos, como mostra Fonseca-Silva (2007a), que as revistas não criam discursos, mas materializam, com algumas seleções, os discursos de uma época que circulam na sociedade, o que significa que os discursos nelas identificados não são exclusividade dos periódicos, mas podem estar materializados em outras esferas de circulação. Nessa perspectiva, os periódicos são tomados como um lugar de memória discursiva (Fonseca-Silva, 2007b, 2009).

Em relação à noção de lugar de memória discursiva, cunhada por Fonseca-Silva (2007b) e retomada em Fonseca-Silva (2013), é importante fazermos algumas observações. Operando um deslocamento dos conceitos de *lugar de memória* (HALBWACHS, 1925, 1950; NORA, 1984), *domínios de memória* (FOUCAULT, 1969) e *memória discursiva* (COURTINE, 1981;1994), Fonseca-Silva (2007b) defende que as mídias são *lugares de memória discursiva* na sociedade contemporânea. Para a autora, “o simbólico investe os lugares de memória. Isso nos leva a afirmar que toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como um lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007b, p. 19), assim como a língua (FONSECA-SILVA, 2013; 2005). É a partir dessa perspectiva que a mídia é pensada como um lugar de memória discursiva e que podemos conceber as revistas *Veja* e *Istoé* da mesma maneira, de modo que é possível identificar, nesses periódicos, diferentes discursos que circulam na sociedade.

Acrescentamos ainda que, segundo a autora, a mídia também se caracteriza como meio de espetacularização da vida e da política. Assim, para vincularmos questões referentes à mídia e à política, embasamo-nos na relação proposta por Fonseca-Silva (2009), segundo a qual grande parte da atividade política manifesta-se em redes midiáticas. No que se refere à

vinculação entre mídia e política, Fonseca-Silva (2009) mostra que a maioria dos trabalhos que tomam a política e a comunicação como objeto de pesquisa indica que estudar as relações entre política e comunicação significa estudar a mídia, suas influências e seu poder simbólico, político e econômico. A autora, no entanto, da perspectiva da Análise de Discurso, estuda os efeitos-sentido e as posições-sujeitos com as quais os sujeitos pragmáticos se identificam.

Feitas essas breves considerações sobre a constituição do *corpus* inicialmente selecionado, vejamos algumas observações sobre o percurso metodológico da pesquisa. Após identificarmos, no banco de dados do GPADis, os textos que discursivizavam sobre Marina Silva, fizemos uma análise preliminar do material selecionado a fim de, a partir dos dados, formular um problema de pesquisa. Verificamos, então, uma regularidade que despertou o nosso interesse: uma relação entre diferentes efeitos-sentido de utopia, sonho e princípio, associados à posição-sujeito utópico à qual Marina Silva se vincula. A partir disso, formulamos as perguntas e a hipótese deste trabalho, já apresentadas no tópico anterior.

Ao considerarmos que o objetivo do nosso trabalho se refere a uma investigação sobre o movimento do sujeito pragmático Marina Silva para a posição-sujeito utópico, esclarecemos que o *corpus* da pesquisa foi constituído por textos que discursivizam sobre Marina Silva e que foram veiculados na mídia entre os anos de 2009 e 2014, período que inclui: i) a pré-candidatura de Marina à Presidência da República em 2009; ii) a candidatura de Marina à Presidência da República em 2010, pelo PV; iii) a tentativa de conseguir o registro legal do partido político Rede Sustentabilidade em 2013; iv) a candidatura à vice-presidência na chapa com Eduardo Campos em 2014; v) a candidatura à Presidência da República em 2014, pelo PSB.

Dessa forma, do banco de dados do GPADis, foram extraídos textos que discursivizam sobre Marina e que foram veiculados entre 2009 e 2010. Ao levarmos em consideração que o material disponível no banco de dados se referia apenas ao que foi veiculado até o ano de 2010, e não abrangia, portanto, a participação de Marina no cenário das eleições de 2014, catalogamos, no decorrer da pesquisa, os textos que discursivizam sobre a candidata e que foram veiculados em *Istoé* entre janeiro de 2011 a junho de 2014, e em *Veja* entre julho de 2010 a dezembro de 2013¹¹. No processo de catalogação, houve a leitura das edições das duas revistas citadas e a seleção de todos os textos que tratavam de Marina nas esferas de poder político, e, mais especificamente, no cenário das candidaturas presidenciais no Brasil. O material catalogado, além de possibilitar o desenvolvimento desta pesquisa, foi incluído no banco de

¹¹ O recorte temporal a que fizemos referência corresponde ao material de *Veja* e *Istoé* que foi possível catalogarmos durante o desenvolvimento deste trabalho. Ao levarmos em consideração o tempo disponível para a conclusão da escrita desta dissertação, não foi possível concluirmos a catalogação de textos que discursivizam sobre Marina Silva e que circularam em *Veja* e *Istoé* até janeiro de 2015, mês da conclusão do trabalho desenvolvido no mestrado.

dados do GPADis. Vejamos, abaixo, uma tabela que mostra a quantidade de textos que catalogamos e que foram veiculados em *Veja* e *Istoé* no período anteriormente citado.

Tabela 2. Textos sobre Marina Silva veiculados em *Istoé* entre janeiro de 2011 a junho de 2014

ANO	NÚMERO DE TEXTOS
2011	12
2012	1
2013	24
2014	15
TOTAL	52

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Tabela 3. Textos sobre Marina Silva veiculados em *Veja* entre julho de 2010 a dezembro de 2013

ANO	NÚMERO DE TEXTOS
2010	19
2011	3
2012	4
2013	40
TOTAL	66

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa.

Julgamos necessário, no decorrer do trabalho, incluir também alguns textos veiculados em outros meios de comunicação, e não apenas nas duas revistas de informação selecionadas inicialmente. Isso aconteceu, em primeiro lugar, devido à necessidade de acrescentar¹² mais sequências discursivas em determinados capítulos da dissertação, tendo em vista que as sequências discursivas que tínhamos selecionado, e que foram retiradas de textos veiculados em *Veja* e *Istoé*, como dissemos, eram quantitativamente insuficientes. Além disso, nos deparamos, ocasionalmente, no decorrer da pesquisa, com textos veiculados na mídia que faziam referência à questão do sonho, da utopia e do princípio associados à Marina Silva, e que, por esse motivo, foram incluídos no *corpus*. Assim, a seleção dos textos que passaram a compor o *corpus* inicial se deu de maneira aleatória. Salientamos que os textos que passaram a constituir o nosso *corpus* foram veiculados entre 2010 e 2014 em revistas (*Rolling Stone*, *Época*, *Carta Capital*), jornais (*Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Tribuna do Norte*, *Folha de S.Paulo*, *El País*, *Último Segundo*), portais (*Uol*, *G1*) e blogs (*Blog da Marina*). Embora parte do material

¹² A inclusão de novos textos foi feita por meio do site www.google.com.br. Utilizamos o mecanismo de busca do google para, por meio de palavras-chave como “sonho e Marina Silva”, “utopia e Marina Silva” e “princípio e Marina Silva”, identificarmos os textos que tratavam da temática.

utilizado esteja disponível também na versão impressa, recorreremos, devido à praticidade, às versões digitais das revistas e jornais consultados.

Após a coleta do material que compõe o nosso *corpus*, procedemos à análise e discussão dos dados, que se referem a 29 sequências discursivas analisadas nos capítulos dois, três e quatro.

1.3 Organização dos capítulos

Além da introdução, na qual apresentamos o problema de pesquisa, a hipótese e o percurso metodológico utilizado para a constituição do *corpus*, a dissertação está organizada em mais quatro capítulos. A seguir, apresentamos, brevemente, o que foi desenvolvido em cada um deles.

No capítulo 2, intitulado **Posição-sujeito utópico e utopia**, apresentamos, inicialmente, uma discussão acerca do modo como a utopia é concebida em diferentes campos do saber. Em seguida, baseando-nos nos pressupostos teóricos da AD, mostramos os deslizamentos de sentido de utopia, e discutimos o funcionamento da posição-sujeito utópico e os diferentes efeitos-sentido de utopia associados ao sujeito político Marina Silva.

No capítulo 3, intitulado **Posição-sujeito utópico e sonho**, apresentamos considerações em relação à discursivização sobre o sonho divino na Bíblia, sobre o sonho na Grécia Antiga e sobre o sonho em Freud, o que nos permitiu identificar diferentes efeitos-sentido de sonho e, portanto, diferentes efeitos-sujeito. Posteriormente, tratamos do funcionamento da posição-sujeito utópico e dos efeitos-sentido de sonho associados ao sujeito político Marina Silva.

No capítulo 4, intitulado **Posição-sujeito utópico e princípio**, discutimos, inicialmente, a discursivização sobre o princípio no Direito e na Bíblia, o que nos permitiu identificar alguns efeitos-sentido de princípio. Posteriormente, discutimos o funcionamento da posição-sujeito utópico e dos efeitos-sentido de princípio associados ao sujeito político Marina Silva.

No capítulo 5, ou seja, na **Conclusão**, apresentamos, de forma sucinta, os resultados obtidos após as análises desenvolvidas nos capítulos 2, 3 e 4. Por fim, apresentamos as referências utilizadas para embasar teoricamente o trabalho desenvolvido.

2 POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E UTOPIA

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, analisamos o efeito-sujeito Marina Silva e os efeitos-sentido de utopia construídos, retomados e ressignificados quando relacionados ao sujeito político Marina Silva, no cenário das candidaturas à Presidência da República, no Brasil.

Em um primeiro momento, apresentamos algumas definições de utopia. Devido à necessidade de propor um recorte, discutimos o modo como alguns autores conceituam a utopia a fim de compreendermos a maneira como o conceito tem sido pensado na sociedade, em diferentes campos de saber.

Desse modo, no tópico 2.2, apresentamos as reflexões de alguns autores acerca da temática. As contribuições de Barbosa (2003) referem-se tanto à definição do vocábulo utopia quanto aos sentidos que a ele podem ser atribuídos como substantivo comum e gênero literário. Chauí (2008), assim como Barbosa (2003), discute a definição do termo e os desdobramentos da utopia como gênero literário. No entanto, diferentemente do primeiro autor, Chauí (2008) também apresenta algumas características da utopia e caracteriza o modo como ela foi pensada entre os séculos XVI e XVIII, bem como no século XIX. Os apontamentos de Buber (1986), por sua vez, dizem respeito à maneira como a utopia é pensada no socialismo utópico. É a partir das contribuições teóricas desses três autores, que constituem um recorte, e que são uma possibilidade dentre outras, que traçamos um panorama acerca das definições de utopia.

Da perspectiva da AD, no entanto, não nos interessa identificar as diferentes acepções que podem ser atribuídas ao termo utopia. Interessa-nos, isso sim, os deslizamentos de sentido (PÊCHEUX, [1969] 2010) de utopia. Como assinala Pêcheux ([1975] 2009), as palavras e expressões mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as utilizam.

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147).

Assim, a literalidade não é uma questão que funciona na AD, uma vez que se entende que o sentido não está vinculado à literalidade da palavra, e sim a uma determinada posição-sujeito no interior da qual a palavra é (re)produzida.

Levando isso em consideração, apresentamos posteriormente, no tópico 2.3 deste capítulo, a análise de sequências discursivas sobre Marina Silva nas quais é possível identificar diferentes efeitos-sentido de utopia. Com base nos pressupostos teóricos da AD, refletimos também acerca do funcionamento do que denominamos como posição-sujeito utópico, a partir de sua relação com os efeitos-sentido de utopia.

2.2 Considerações acerca da noção de utopia

Barbosa (2003) faz alguns apontamentos acerca da palavra utopia, afirmando que se trata de um vocábulo latino derivado de duas palavras gregas: a primeira, *ouk*, é um termo que indica negação e pode ser reduzido para a forma *ou* quando estiver diante de uma consoante, ou pode, ainda, ser abreviado para a forma *u*; a segunda, *topos*, significa lugar e é um termo que, quando utilizado junto com o sufixo *ia*, designa um estado ou condição derivada de um lugar.

Ao analisar a utopia como um substantivo comum, Barbosa (2003)¹³ defende que essa palavra é utilizada como sinônimo “do distante inalcançável, o sonho irrealizável, fantasia, quimera, insensatez” (BARBOSA, 2003, p. 26). Desse modo, tomada em um sentido pejorativo que circula no senso comum, essa expressão pode ser utilizada para desqualificar ideias, planos e propostas atribuídas a um porvir considerado pouco provável ou improvável. Ao ser compreendida dessa maneira, a utopia passa a ser concebida apenas como um sonho humano, cuja realização não parece ser possível, e está, portanto, destinado ao mau êxito.

Assim como Barbosa (2003), Chauí (2008) pontua que o termo grego *tópos* significa lugar e o prefixo *u* é geralmente utilizado com uma significação negativa, o que permite concluir que utopia significa “não lugar” ou “lugar nenhum”. No entanto, acrescenta que “o significado negativo da palavra utopia indica o traço definidor do discurso¹⁴ utópico, qual seja, o não-lugar é o que nada tem em comum com o lugar em que vivemos, a descoberta do absolutamente outro, o encontro com a alteridade absoluta.” (CHAUÍ, 2008, p. 7).

¹³ O autor também reflete sobre a utopia como gênero literário. No nosso trabalho, entretanto, não nos debruçaremos sobre esse aspecto. Apesar disso, é importante pontuar que esse gênero, cujo estilo foi norteador pela obra de More, determina que as suas representações expressem algum grau de convencionalidade, de modo a converter “sua existência em uma possibilidade”. Ele não admite, portanto, um caráter fantasioso, como a existência de monstros; ao contrário, indica a necessidade da manifestação de aspectos verossímeis. Assim, “a Utopia como gênero é um modo de manifestação da razão e não somente uma mera insatisfação com o mundo real que corresponderia à criação de situações ideais” (BARBOSA, 2003, p. 27).

¹⁴ A noção de discurso mobilizada por Chauí (2008) não coincide com o modo como o discurso é concebido neste trabalho. Na abordagem desenvolvida pela autora, o discurso está relacionado com a exposição sobre determinado assunto e, às vezes, com a oralidade. No nosso trabalho, tomamos o discurso como efeito-sentido (PÊCHEUX, [1969] 2010), como explicaremos mais detalhadamente no final do tópico 2.2.

Por outro lado, a autora aponta que um outro prefixo grego, *eu*, é utilizado para atribuir uma significação afirmativa ou positiva a uma determinada palavra, indicando o que é nobre, justo, bom e abundante. Desse modo, a *utopia* pode significar tanto “lugar nenhum” quanto “lugar feliz” (*eutópos*), abrangendo, portanto, um sentido positivo e um sentido negativo. Notamos, assim, que o deslizamento de sentido de utopia é identificado também na própria definição do termo.

A palavra utopia é utilizada pela primeira vez, segundo Barbosa (2003), na Carta a Pedro Gilles, redigida por Thomas More, em outubro de 1516, e publicada no prefácio da primeira edição de *Utopia*. Barbosa (2003) destaca que o termo em questão pode ser traduzido de formas diferentes na língua portuguesa: não-lugar, nenhum lugar, algures, nenhures, lugar algum. Para ele, a multiplicidade de traduções para a expressão utopia indica os diferentes sentidos que dela podem ser derivados.

O vocábulo utopia foi utilizado pela primeira vez, como dissemos, na obra de More intitulada *Utopia*, compreendida como uma crítica à Inglaterra e a outros estados europeus das décadas iniciais do século XVI. A esse respeito, Almeida (2009, p. 1) esclarece que a obra de More representava uma crítica à situação existente, por meio da “descrição imaginária de um lugar diferente – situado em lugar nenhum, como corresponde ao sentido do vocábulo, mas que era, presumivelmente, uma ilha do Novo Mundo, não muito bem localizada geograficamente”. Nessa perspectiva, a obra é tomada como a “expressão de um desejo consciente” de que a realidade social fosse modificada por meio da intervenção dos próprios homens.

De fato, Chauí (2008) também concorda que, em *Utopia*, por meio da extinção da propriedade privada, da intolerância religiosa presente em igrejas e da separação entre Estado e sociedade, More cria uma sociedade ideal que possui liberdade, igualdade, paz, ordem, justiça e lei¹⁵. Na obra de More, segundo a autora, estão presentes a democracia direta, a tolerância religiosa, a valorização do trabalho, a censura da ociosidade, o planejamento da atividade econômica e a repartição igualitária dos bens, além de haver uma tentativa de se conquistar a estabilidade social e política por meio do trabalho de um bom legislador.

¹⁵ Por outro lado, há os que defendem que a sociedade retratada em *Utopia* não é tão justa e possui características autoritárias. Exemplo disso é que, segundo Almino (2004), quando os utopienses ocupam a posição de colonizadores, podem comportar-se de modo injusto com povos que rejeitam sua convivência ou resistem à colonização; além disso, os habitantes de Utopia repartem ou tomam posse dos territórios de outrem, declaram guerras preventivas, humanitárias e que se referem ao interesse de outros povos, mesmo sem consultá-los. Assim, Almino (2004, p. 31) explica que “não apenas a Utopia não existe; More não espera que venha a existir. [...] O que More e seus personagens nos dizem nos fazem pensar, continuam tendo um potencial crítico à ação dos Estados e governantes, mas não sugerem receitas prontas para serem aplicadas. Ou seja, *Utopia* não deve ser lido como um tratado prescritivo ou normativo. Não é um ideário. Apesar de tudo, o livro de More alimenta até hoje a idéia de um norte, de um farol, uma luz no final do túnel, algo que orienta a ação dos homens e lhes serve de guia [...]”

Vinculado a uma perspectiva histórica sobre a utopia, Almeida (2009) ressalta que

Nos séculos seguintes, o sentido original da expressão foi perdendo seu significado de crítica a uma situação perversa e de exposição de um estado ideal, atingível pela ação racional dos homens, para converter-se em seu contrário, isto é, a de uma exposição idealista de objetivos inatingíveis, misto de ingenuidade e de ilusionismo, promessa vazia de uma organização impossível de concretizar-se, posto que fundamentada em objetivos e metas irrealistas, próximos do fantástico ou da pura ficção filosófica. Foi com esta interpretação negativa que Marx e Engels designaram, em meados do século 19, todas as propostas anteriores de realização de uma sociedade socialista, colocando em seu lugar o que eles pretenderam classificar como a única modalidade factível de socialismo, o “científico”, que seria o deles mesmos. Socialismo “utópico” tornou-se, assim, sinônimo de ingenuidade, idealismo e ilusão [...] (ALMEIDA, 2009, p.1).

A partir disso, é importante apresentarmos algumas considerações sobre o uso da palavra utopia na expressão socialismo utópico, que se contrapõe, por exemplo, ao socialismo científico. Buber (1986), ao apresentar as teorias que foram denominadas, por Marx e pelos marxistas, de “socialismo utópico”, esclarece que, inicialmente, Marx e Engels denominavam de utopistas aqueles cujas ideias antecederam o desenvolvimento decisivo da indústria, do proletariado e da luta de classes, e que não poderiam, por esse motivo, considerar estes aspectos. Posteriormente, o conceito foi utilizado para fazer referência àqueles que não podiam e nem queriam considerar estes aspectos. A partir disso, a designação “utopista” passou a ser utilizada como o instrumento mais eficaz da luta do marxismo contra o socialismo não marxista.

Não há mais a preocupação de demonstrar, a todos os momentos, que a própria opinião é mais correta que a do adversário. Via de regra, por princípio, é exclusivamente no próprio campo que se encontra a ciência e, consequentemente, a verdade; também, por princípio, no campo oposto encontra-se exclusivamente a utopia e, consequentemente, o erro (BUBER, 1986, p. 14-15).

Apesar dessa crítica que o marxismo fez aos utopistas, Buber (1986) afirma que os utopistas eram “aqueles que se viam obrigados a construir imaginariamente os elementos de uma sociedade nova, já que esses elementos ainda não se manifestavam palpavelmente na própria sociedade antiga”. (BUBER, 1986, p. 12). Nessa perspectiva, compreende-se que o socialismo utópico “prepara” a futura estrutura da sociedade. Para tanto, precisará manter as formas comunitárias já existentes, mas deseja a maior autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade.

Buber (1986) acrescenta ainda que, no período Iluminista, assim como no que se seguiu a ele, a escatologia religiosa deixou de estar no centro das ações. Nesse contexto, a época da técnica da máquina e do desenvolvimento dos antagonismos sociais influenciou a utopia, que se torna mais técnica. Assim,

[...] todo pensamento e todos os planos sobre o futuro são forçados a buscar-lhe uma solução também na utopia, o planejamento político e cultural cede o passo diante da tarefa de se traçar uma ordem “correta” para a sociedade. Mas, neste ponto, o pensamento social evidencia sua categoria superior frente ao pensamento técnico: a utopia que se entrega à fantasia técnica só encontra abrigo em um gênero romanesco bastante pobre, onde ainda mal descobrimos algo da força imaginativa das grandes utopias antigas; de outra parte, aquela que empreende a tarefa de esboçar os planos de uma edificação perfeita da sociedade transforma-se, pelo contrário, em sistema e essa utopia, esse sistema social “utópico”, recolhe então toda a força do messianismo desapossado (BUBER, 1986, p. 19).

Sob outra perspectiva, é possível também refletir sobre a utopia como gênero literário. Para Chauí (2008), a utopia originou-se como um gênero literário, ou seja, como uma narrativa acerca de uma sociedade feliz organizada de modo perfeito, e também como discurso político, na medida em que se configurou como uma exposição sobre a cidade justa.

A autora afirma que, por um lado, a sociedade imaginada a partir de uma perspectiva utópica pode ser concebida como uma negação total da sociedade existente. Por outro lado, essa sociedade imaginada pode ser compreendida como a projeção de uma sociedade futura na qual as características negativas da sociedade existente serão eliminadas e as suas características positivas serão aprimoradas. Desse modo, “neste segundo caso, compreende-se que utopia possa significar *eutópos* e que o socialismo, por surgir de uma revolução integral, pudesse ter sido visto por muitos como utopia, apesar de Marx e Engels” (CHAUÍ, 2008, p. 8). De qualquer forma, nessa perspectiva, tanto no caso da ruptura total quanto no caso do desenvolvimento dos aspectos positivos da sociedade existente, a utopia só se concretiza quando se julga possível uma sociedade renovada e com outra forma de organização.

Assim, Chauí (2008) apresenta algumas características da utopia: i) possui um caráter normativo, pois propõe a existência de um mundo tal como ele deveria ser; ii) é totalizante, apresenta uma crítica ao mundo existente e almeja uma nova sociedade, diferente da existente; iii) compreende o presente como violência; iv) é radical, busca a liberdade e a felicidade individual e coletiva por meio de uma relação equilibrada entre sociedade, natureza e Estado, e do restabelecimento de valores deixados de lado; v) se constitui como uma forma particular da imaginação social que preza pela transparência, considerada um aspecto essencial da nova

sociedade: concilia o irrealismo - convicção na transparência total do social - com o realismo, por meio da exposição de todos os detalhes da nova sociedade; iv) é um discurso que possui fronteiras móveis, de modo que a utopia pode ser, por exemplo, literária, política, religiosa, filosófica. Esse discurso não se caracteriza como um programa de ação, mas como um exercício de imaginação, constituindo-se como uma possibilidade, cuja realização não é certa e tendo a capacidade de inspirar ações ou uma utopia praticada.

Tomando como base os aspectos expostos, verifica-se que a utopia, entre os séculos XVI e XVIII, se constituiu como um “jogo intelectual no qual o possível é imaginário, combinando a nostalgia de um mundo perfeito perdido e a imaginação de um mundo novo instituído pela razão” (CHAUÍ, 2008, p. 11). No século XIX, diferentemente, a utopia tornou-se um projeto político, no qual o possível está na história.

Nesse sentido, sob a influência da ciência e da técnica, o discurso utópico passa a ser caracterizado como realista e pragmático, de acordo com a autora. O imaginário utópico passa por um processo de positivização, o que implica a redução da distância entre a cidade idealizada e a cidade real; a utopia manifesta-se, portanto, como possibilidade objetiva.

Agora, a utopia é deduzida de teorias sociais e científicas, sua chegada é tida como inevitável porque a marcha da história e o conhecimento de suas leis universais garantem que ela se realizará. Deixa de ser obra literária para tornar-se prática organizada, passando a ser encarada pelos poderes vigentes como perigo real e a ser censurada como loucura (CHAUÍ, 2008, p. 11).

Por fim, Chauí (2008) destaca que o surgimento da crítica de Engels e Marx ao socialismo utópico ocorre nesse novo contexto, e que eles entendiam ser possível passar do socialismo utópico ao socialismo científico.

O socialismo utópico é uma sabedoria afetiva e parcial, expressão do imaginário dos oprimidos. Em contrapartida, o socialismo científico é o amadurecimento racional do saber utópico dos dominados e o amadurecimento racional de sua prática política. Nesse sentido, o socialismo científico é a passagem do afetivo ao racional, do parcial ao totalizante, da antecipação ou pressentimento à emancipação revolucionária. Em outras palavras, o socialismo utópico ergue-se contra o sofrimento dos humilhados e oprimidos, mas o socialismo científico é o conhecimento das causas materiais (econômicas e sociais) da humilhação e da opressão [...] (CHAUÍ, 2008, p. 11).

As considerações anteriormente apresentadas indicam que utopia não tem uma única definição. Baseando-nos em Pêcheux ([1969] 2010), podemos afirmar que ocorre um

deslizamento de sentido de utopia. Para o autor, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983a] 2006, p. 53).

Da perspectiva da AD, não nos interessa observar a etimologia de determinada palavra, bem como o sentido pejorativo que pode ser associado a certos vocábulos. Não estamos dizendo, com isso, que as contribuições de Barbosa (2003) e Chauí (2008), por exemplo, não têm relevância. Ao contrário, o trabalho de ambos embasa as reflexões de diversos estudiosos que se dedicam ao estudo da utopia em diferentes abordagens e nos ajuda a compreender o modo como a utopia foi sendo concebida historicamente.

No nosso trabalho, entretanto, interessa-nos analisar os diferentes efeitos-sentido de utopia, de modo que as reflexões que fizemos até então contribuem para a identificação dos diferentes discursos sobre a utopia que circulam na sociedade. Antes de apontarmos alguns efeitos-sentido possíveis de utopia, é importante esclarecermos o modo como a noção de discurso é concebida em nosso trabalho.

Segundo Pêcheux ([1969] 2010), o discurso é um efeito de sentido entre interlocutores, concebidos como lugares determinados na estrutura social. Nas palavras do autor, “o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81). Salientamos que os elementos A e B não dizem respeito ao sujeito pragmático da ordem do consciente, de modo que não é possível afirmar que o discurso tem a sua origem no indivíduo. Nessa perspectiva, o sujeito é concebido como uma posição, um lugar na estrutura, sendo que o efeito-sentido se dá na relação entre os dois lugares.

Assim, a reflexão que desenvolvemos neste tópico contribui para que se identifique diferentes discursos em circulação sobre a utopia, como aqueles nos quais a utopia: i) pertence apenas ao universo da idealização e não possui aplicabilidade em situações práticas; ii) é um elemento que possibilita a mudança da realidade social; iii) está associada à idealização de uma nova realidade social na qual os indivíduos viveriam em condições mais justas e igualitárias; iv) é um elemento que, apesar de não poder ser realizado na prática, é capaz de inspirar ações.

Diante disso, vejamos a análise das 10 sequências discursivas, apresentadas em ordem cronológica, que compõem este capítulo, nas quais é possível identificar diferentes efeitos-sentido de utopia, como mostraremos.

2.3 Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido de utopia

Tomando como base as sequências discursivas abaixo apresentadas, analisamos os diferentes efeitos-sentido de utopia identificados nos textos que discursivizam sobre Marina Silva.

O primeiro excerto a ser analisado trata do ingresso da então senadora Marina Silva no Partido Verde (PV), momento no qual ela se deparou com vários problemas na legenda, principalmente financeiros, como irregularidades na prestação de contas, falsificação de notas fiscais e supostos desvios de recursos do Partido para as contas pessoais de alguns dirigentes, por exemplo. Vejamos:

(1) **A senadora Marina Silva (AC) nem mesmo assinou a ficha de filiação ao Partido Verde - a festa está programada para o dia 30 - e já descobriu que tem mais coisas erradas na legenda do que divergências ideológicas ou problemas na direção partidária. [...]** “Aconteceram algumas besteiras. Teremos que pagar o preço da inexperiência”, avalia Penna. Besteiras ou não, **o certo é que Marina poderá constatar se é ou não possível manter a utopia política diante da realidade partidária. Ante essa realidade, as questões ideológicas ficaram menores** (ISTOÉ, 26/08/2009, grifo nosso).

Na materialidade apresentada, é (re)produzido um efeito de dúvida acerca da possibilidade de manutenção da utopia. Não se sabe, ao certo, se é praticável conciliar as convicções políticas e as questões práticas que a realidade impõe. Essa incerteza remete à dificuldade em acreditar ser possível preservar a utopia diante da realidade, e indica que se trata de uma questão na qual não há consenso.

Em 1, o uso da conjunção “ou”, que aponta para uma relação de alternância, permite-nos identificar o funcionamento de duas posições-sujeito. Antes de discuti-las, é importante explicarmos, brevemente, o modo como a noção de sujeito é pensada no interior da AD e como, a partir dela, a noção de posição-sujeito é mobilizada por Pêcheux.

Tomando como base a tese de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, Pêcheux ([1975] 2009, p.147) defende que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes.”¹⁶ Assim,

¹⁶ Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux ([1975] 2009, p.147) esclarece que a formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]”. Em relação à formação ideológica, Haroche, Henry e

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 149).

Como se vê acima, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se dá pela identificação do sujeito com a formação discursiva (FD) que o domina, ou seja, na qual ele é constituído como sujeito (Pêcheux, [1975] 2009). Na perspectiva pecheutiana, compreende-se que, “sob a *evidência* de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, [[1975] 2009] 2009, p. 145). É a partir disso que se pode pensar acerca de uma posição-sujeito, ou seja, de um sujeito enquanto lugar (posição) no interior de determinada FD. Dessa forma,

Abandona-se, na AD, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. O que há são posições do sujeito. O sujeito é estruturalmente dividido desde sua constituição e só tem acesso a parte do que diz. A falha o constitui, assim como a falha constitui a língua. Espaço da interpretação, instância ideológica. O sujeito é pensado discursivamente como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Acontece que o modo pelo qual ele se constitui sujeito não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui (ORLANDI, 1998, p. 12).

O sujeito de que fala a AD (ORLANDI, 2005) não é da ordem do empírico e não é definido por seu conteúdo psicológico. Não se trata de uma concepção segundo a qual o sujeito pragmático diz o que quer e é a origem do sentido. Ao contrário, na abordagem da AD, o que o sujeito diz e os sentidos que são atribuídos a esse dizer estão relacionados com a FD na qual o sujeito está inserido.

Feitas essas considerações, identificamos, na sequência discursiva 1, como dissemos, duas posições-sujeito: na primeira, é possível ter uma utopia política e lidar com questões relacionadas à realidade partidária; na segunda, essa vinculação não é possível. Em 1, a

Pêcheux (2007, p. 26) afirmam que “falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras. [...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* [...]”

conjunção “ou” não exprime o sentido de incompatibilidade entre conceitos; na verdade, ela indica a existência de duas posições-sujeito concorrentes.

É possível identificar também, na sequência discursiva analisada, uma oposição entre utopia e realidade, que será retomada, de modos distintos, em outras sequências discursivas que compõem este capítulo, como mostraremos adiante. Em se tratando especificamente do excerto 1, essa oposição produz dois efeitos diferentes: no primeiro, há um distanciamento entre a utopia e a realidade, de modo que não é possível manter a utopia nas situações reais com as quais é necessário lidar; no segundo, a utopia pode ser mantida mesmo diante da realidade.

O excerto abaixo foi retirado de uma entrevista concedida pela então senadora Marina Silva, no período em que ela começou a ser cogitada como possível candidata à Presidência da República, nas eleições de 2010, logo depois de ter deixado o Partido dos Trabalhadores (PT). Vejamos:

(2) VEJA: Se sua candidatura sair, como parece provável, que perfil de eleitor a senhora pretende buscar? MARINA: **Os jovens. Eles estão começando a reencontrar as utopias. Estão vendo que é possível se mobilizar a favor do Brasil, da sustentabilidade e do planeta. Minha geração ajudou a redemocratizar o país porque tínhamos mantenedores de utopia. Gente como Chico Mendes, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, que sustentava nossos sonhos e servia de referência. Agora, aos 51 anos, quero fazer o que eles fizeram por mim. Quero ser mantenedora de utopias e mobilizar as pessoas** (VEJA, 02/09/2009, grifo nosso).

Na sequência discursiva 2, o efeito-sentido de utopia refere-se a um ideal que impulsiona a busca por melhorias. Produz-se, assim, um efeito de positivação da utopia, relacionado, mais especificamente, às expectativas e aos anseios de mudança em relação ao desenvolvimento do País.

A redemocratização vivida pelo Brasil, e que se refere a um processo de abertura política implantado após o fim de regimes ditatoriais, é considerada um importante instrumento para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, de acordo com Kinzo (2001). Nesse contexto, a participação de políticos, sociólogos, sindicalistas, filósofos e educadores, por exemplo, foi fundamental para o funcionamento de uma posição-sujeito em que diferentes movimentos sociais se articularam, a fim de promover mudanças no cenário brasileiro.

Na sequência discursiva analisada, é possível identificar o funcionamento da posição-sujeito utópico. A fim de esclarecermos o que estamos denominando como posição-sujeito utópico, é importante fazermos algumas observações. Conforme apontamos anteriormente, na

AD, o sujeito é ideologicamente interpelado. Para Pêcheux ([1975] 2009), não existe prática sem sujeito. No entanto, ele ressalta que

não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja *a prática de sujeitos* (no sentido dos atos, ações, atividades de um sujeito – isso seria cair no golpe do que chamamos o “efeito Münchhausen”!), mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas no qual ele é interpelado em “sujeito- responsável” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 198).

Na perspectiva pecheutiana, o sujeito não é pensado como origem ou fonte do sentido, não se trata do sujeito gramatical ou de um sujeito pragmático, consciente; trata-se de uma posição-sujeito. É a partir da abordagem proposta por Pêcheux que tratamos da posição-sujeito utópico no nosso trabalho.

Na sequência discursiva 2, verificamos que Marina se identifica com a posição-sujeito utópico que contribuiu para a redemocratização do País, posição-sujeito com a qual se identificavam indivíduos que tinham anseios de mudança e serviam como modelo, tais como Chico Mendes, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Há, portanto, uma associação entre utopia e um aspecto positivo e essencial para a consolidação da democracia no Brasil.

O processo de identificação a que fizemos referência é explicado por Pêcheux ([1975] 2009), que discute, da perspectiva da AD, as modalidades discursivas do funcionamento subjetivo. Para o autor, a interpelação supõe um desdobramento entre o sujeito enunciador e o sujeito universal e pode assumir diferentes modalidades: identificação, contra identificação e desidentificação.

A identificação corresponde, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 199), a um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, “de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’”. Essa superposição caracteriza o discurso do bom sujeito¹⁷.

¹⁷ A esse respeito, Fonseca-Silva (2007a, p. 97) afirma que “para explicar as duas modalidades de tomada de posição, Pêcheux ([1975] 2009) inspira-se em Althusser que, [...] ao fazer distinção entre ‘bons sujeitos’ e ‘maus sujeitos’, afirma que a maioria dos ‘bons sujeitos’ caminha por si, isto é, entregues à ideologia, mas deixa escapar que nem sempre o ‘chamamento’ do sujeito ao ‘grande’ Sujeito é bem-sucedido”. Isso acontece porque “envoltos neste quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos ‘caminham’, eles ‘caminham por si mesmo’ na imensa maioria dos casos, com exceção dos ‘maus sujeitos’ que provocam a intervenção de um ou outro setor do aparelho (repressivo) do Estado” (ALTHUSSER, 1970, p. 103 *apud* FONSECA-SILVA, 2007a, p. 97).

A contra identificação, para Pêcheux ([1975] 2009, p. 199), ocorre quando “o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal”, de forma que a tomada de posição do sujeito para assujeitar-se à forma-sujeito se dá através da separação (distanciamento, dúvida, revolta) com o que “o sujeito universal lhe dá a pensar”. As formações discursivas têm contradições entre si e no seu interior, sendo próprio da FD dissimular essa contradição. Por isso, a contra identificação não implica uma saída da FD, mas sim um questionamento a partir das contradições. Trata-se do discurso do mau sujeito¹⁸.

Ainda conforme o autor, o processo de desidentificação¹⁹ refere-se a uma modalidade subjetivo-discursiva e a uma tomada de posição não-subjetiva, e ocorre de duas maneiras: i) pela apropriação subjetiva do conhecimento científico; ii) e pela apropriação subjetiva da política de tipo novo. Assim, no processo de desidentificação, o sujeito se desidentifica com a forma-sujeito que o domina e rompe com a FD em que estava inscrito, identificando-se com outra FD e sua respectiva forma-sujeito.

Ao considerarmos que essa discussão sobre o processo de identificação, contra identificação e desidentificação está relacionada, em Pêcheux ([1975] 2009), com a questão das formações discursivas, é necessário operarmos um deslocamento a fim de que seja possível associar as três modalidades à questão da posição-sujeito e, mais especificamente, à posição-sujeito utópico. É somente a partir desse deslocamento que podemos afirmar que, de acordo com o que é discursivizado na sequência discursiva 2, a candidata Marina identifica-se com a posição-sujeito utópico.

No discurso materializado nesse excerto, a utopia foi o motor que impulsionou as mudanças pelas quais o País passou e pelas quais o Brasil precisa passar. Assim, o efeito-sentido de “Os jovens. Eles estão começando a reencontrar as utopias. Estão vendo que é possível se mobilizar

¹⁸ Para Fonseca-Silva (2007a, p. 97), “ao admitir a existência dos ‘maus sujeitos’, Althusser admite a possibilidade de falha do assujeitamento, ou seja, admite a possibilidade de o sujeito resistir ao ‘grande’ Sujeito.”

¹⁹ No texto de 1975, Pêcheux salienta que, no processo de desidentificação, o sujeito continua interpelado ideologicamente, e pontua que se desidentificar não significa dessubjetivar-se, já que somos “sempre já-sujeitos”. No entanto, ainda que essas ressalvas sejam feitas, verifica-se que considerar o processo de desidentificação significa considerar um sujeito pleno, senhor de si; significa supor a possibilidade da fuga do assujeitamento. Posteriormente, em 1978, em decorrência da intensificação de um diálogo com a Psicanálise, entre outros fatores, Pêcheux questiona a apropriação subjetiva do conhecimento científico e a apropriação subjetiva da política de tipo novo. No que se refere ao primeiro aspecto, ele passa a considerar a falha e questiona a existência dessa apropriação subjetiva e do conhecimento científico, percebendo a impossibilidade de se apropriar dos conhecimentos científicos. A própria ideia de uma apropriação subjetiva remete à existência de um sujeito consciente e possibilita a reintrodução de um sujeito pleno, e, por isso, Pêcheux admite a impossibilidade da apropriação subjetiva do sujeito. Em relação ao segundo aspecto, ele vai descaracterizá-lo a partir da indicação de um inverno político francês pelo qual os marxistas-leninistas estavam passando. Assim, a retificação feita em 78 ocorre por se entender que esse processo de desidentificação dá possibilidade à reintrodução do sujeito pleno, consciente e dono de si, que tem autonomia em suas escolhas. No entanto, Pêcheux não questiona apenas o processo de desidentificação, mas também a identificação plena. Segundo Pêcheux, “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*” (PÊCHEUX, [1978] 2009, p. 276).

a favor do Brasil, da sustentabilidade e do planeta” indica que a posição-sujeito utópico é a posição com a qual os indivíduos se identificam para operar mudanças.

Há, na sequência discursiva, uma relação entre a utopia e a mobilização. O ato de mobilizar se distancia de uma ideia de passividade e indica a ideia de movimento, ação. O efeito de utopia, portanto, está associado à capacidade de estimular pessoas e desenvolver projetos e ações. A esse respeito, já mostramos, no tópico 2.2, que um dos efeitos-sentido possíveis de utopia se refere à utopia como um elemento capaz de inspirar ações. Na sequência discursiva analisada, que faz referência ao ambiente político, a aptidão para incitar a participação de outras pessoas é considerada importante para que o bem comum seja alcançado.

A relação entre a utopia e a mobilização, materializada em 2, está vinculada, em partes, à questão da juventude. Por meio de uma memória²⁰, reatualiza-se sentidos segundo os quais os jovens constituem um grupo que, em determinadas circunstâncias, vão para as ruas reivindicar mudanças em prol de diferentes causas. No entanto, na sequência discursiva analisada, a expressão “eles estão começando a reencontrar as utopias” indica que, de algum modo, a juventude está sem utopia, ou não alimenta alguns tipos de utopia. Assim, é o reencontro com as utopias, pelos jovens, que possibilita, em alguma medida, que eles se mobilizem pelas causas do País.

Na sequência discursiva analisada, esse reencontro é possível, também, devido aos “mantenedores de utopia”. O efeito de “mantenedor de utopias” indica que, de algum modo, as utopias estão em extinção, o que torna necessário, então, que alguém lute por elas, ou seja, que mantenha essas utopias vivas. Em 2, não apenas a candidata Marina identifica-se com esse lugar, mas também pessoas como Chico Mendes, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso são associadas a esse lugar.

No momento da candidatura, Marina quer fazer pelo Brasil o mesmo que os mantenedores de utopia ou o mesmo que aqueles que se identificaram com a posição-sujeito utópico fizeram: “Agora, aos 51 anos, quero fazer o que eles fizeram por mim. Quero ser mantenedora de utopias e mobilizar as pessoas.” A análise do excerto permite-nos identificar uma argumentação que defende a manutenção do funcionamento de uma posição-sujeito utópico.

²⁰ No nosso trabalho, compreendemos a memória tal como Pêcheux ([1983b] 2007, p. 56), para quem a “[...] memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos”.

Desse modo, a análise do excerto 2 indica que Marina se identifica com a posição-sujeito utópico, ou seja, com a posição-sujeito que compreende ser possível desenvolver certas ações que modifiquem positivamente a organização social e política de um povo. Ela se reconhece e se identifica na posição-sujeito utópico, lugar este que apregoa novas perspectivas capazes de dar uma nova forma ao futuro.

Vejamos, agora, a próxima sequência discursiva:

(3) A senadora e pré-candidata do Partido Verde à Presidência da República, Marina Silva, disse achar difícil a possibilidade de ser criticada por seus adversários políticos por ter dito, em programa de televisão do PV exibido na noite de quinta-feira, que quer ser uma “mantenedora de utopias”. A definição de utopia passa pela descrição de uma sociedade justa, sem desequilíbrios sociais e econômicos e, segundo a doutrina marxista, é um modelo abstrato de sociedade ideal. Ainda que o ideal e o real tenham um abismo de diferenças entre si, Marina Silva afirmou que, segundo o filósofo brasileiro Ernildo Stein, as utopias são apenas começos. “E começaram inclusive pelos meus adversários, quando tiveram a utopia de que em plena ditadura poderíamos construir uma democracia”, afirmou citando a ministra-chefe da Casa Civil e pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff; o governador de São Paulo e pré-candidato tucano, José Serra; e o deputado federal e pré-candidato do PSB, Ciro Gomes. “Acho muito difícil que pessoas que tenham tido uma trajetória no campo democrático, na defesa de ideais façam uma crítica desqualificada à ideia de utopia, até porque são pessoas tão bem preparadas para compreender o sentido de tudo isso”. [...]. “Qualquer um pode fazer a diferença no meio de todo mundo que não faz nada, que tem vergonha muitas vezes de defender determinados temas que parecem utópicos, mas que já estão mais que na hora de serem transformados em realidade” (ESTADÃO, 05/02/2010).

A análise do excerto 3 ratifica algo que já dissemos inicialmente: diferentes discursos sobre a utopia estão em circulação na sociedade.

O primeiro aspecto a ser apontado na sequência discursiva analisada diz respeito à definição da utopia como a estruturação de uma sociedade justa e sem desequilíbrios. A partir disso, é possível identificarmos em 3 um efeito de negatização da utopia, segundo o qual ela está na esfera do irrealizável, da abstração, da idealização, ou seja, é um ideal cuja realização parece improvável. A esse respeito, não podemos desconsiderar que, no senso comum, a utopia é concebida como algo impossível de se realizar.

O efeito de negatização da utopia também pode ser verificado na oposição que se estabelece entre o ideal e o real. Na medida em que o excerto 3 aponta a existência de uma distância entre aquilo que se idealiza e aquilo que existe na realidade, retoma-se, mais uma vez, uma oposição entre utopia e realidade, entre aquilo que se deseja e aquilo que corresponde às condições que a realidade impõe.

Apesar de identificarmos um efeito de negatização da utopia na sequência discursiva, notamos que, em oposição a ele, é materializado também um efeito de positização da utopia. Para compreendermos esse jogo, destacamos um trecho do excerto no qual a utopia é compreendida como um começo (Marina Silva afirmou que, segundo o filósofo brasileiro Ernildo Stein, as utopias são apenas começos). Em 3, a definição de utopia como começo (re)produz o efeito segundo o qual a utopia funciona como um estímulo, como mecanismo capaz de incitar ações futuras, como elemento que motiva.

O efeito de positização da utopia também é verificado quando, por meio de uma memória acerca do cenário político brasileiro, (re)atualiza-se o sentido de que indivíduos – por se identificarem com a posição-sujeito utópico - acreditaram ser possível e tornaram possível a passagem da ditadura para a democracia.

Verificamos também que, na sequência discursiva 3, no cenário das candidaturas das eleições presidenciais de 2010, a inclusão dos adversários de Marina como indivíduos que se identificaram com a posição-sujeito utópico desqualifica uma suposta crítica da oposição em relação a uma utopia que se associa a Marina. Isso acontece porque, no efeito-sentido identificado, a utopia é um elemento propulsor de mudanças que beneficiam a sociedade brasileira.

Diante disso, notamos que, segundo o que é apontado nesse excerto, identificar-se com o lugar de “mantenedor de utopia” não se constitui como algo que desqualifica determinado candidato em um cenário de eleições. Assim, o fato de Marina identificar-se com a posição-sujeito utópico é discursivizado como positivo, tendo em vista que a utopia é, nesse excerto, o elemento que suscita avanços e progressos, além de estar relacionada à mobilização em prol daquilo que se deseja alcançar.

Na sequência discursiva analisada, a oposição entre a utopia e a realidade aparece, mais uma vez, em um segundo momento. No entanto, diferentemente da primeira aparição, e ao contrário do funcionamento identificado em todas as outras sequências discursivas que também se referem a essa oposição e são analisadas neste capítulo, o excerto 3 (re)produz um efeito segundo o qual é possível fazer a transposição da utopia para a realidade. Nesse caso, os dois termos não estão em polos opostos e não estão em uma relação de exclusão. A expressão “serem transformados em realidade” indica que, no efeito-sentido identificado, a utopia é passível de realização, está na esfera daquilo que pode ser realizado.

Vejamos, então, a próxima sequência discursiva:

(4) Com propostas que fazem parte do imaginário dos eleitores e um tom de utopia, a candidata do PV faz campanha que lembra o PT dos anos 80 e encanta os mais jovens. Mas pode ser atropelada pela realidade do País (ISTOÉ, 09/06/2010).

Na sequência discursiva 4, que se refere à eleição presidencial de 2010, pontua-se que as propostas políticas apresentadas por Marina Silva possuem teor utópico, fascina os mais jovens e correspondem àquilo que os eleitores idealizam: o uso da expressão “imaginário” faz referência ao que existe na imaginação. Compreende-se, assim, que há uma sintonia entre aquilo que é proposto pela candidata e os anseios dos eleitores.

O excerto também aponta uma associação entre a campanha da candidata e o Partido dos Trabalhadores (PT) dos anos 80. Identificamos, assim, uma memória acerca do que era o PT nos anos 80, ou, mais precisamente, de como o PT dos anos 80 pode ser associado à utopia. A fim de entendermos melhor essa associação, é importante esclarecermos, brevemente, alguns aspectos em relação ao modo como o PT se constituiu.

De acordo com Secco (2011), diante de greves massivas dos operários do ABC no final da década de 70, debatia-se a possibilidade de se criar um novo partido político que atendesse aos interesses dos trabalhadores. Diante disso, o PT foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo.

Na *Carta de Princípios* do Partido dos Trabalhadores, lançada em 1º de maio de 1979 pela Comissão Nacional Provisória, consta que: i) as empresas estatais devem atuar, de fato, no atendimento das necessidades do povo; ii) a emancipação dos trabalhadores deve ser feita pelos próprios trabalhadores, que devem organizar-se a fim de consolidar a democracia; iii) a participação do Partido nas eleições objetiva incentivar e fortalecer a organização das massas exploradas; iv) o Partido objetiva organizar politicamente os trabalhadores urbanos e rurais; v) o Partido se constituirá com base no respeito ao direito das minorias de manifestar seus pontos de vista.

Do mesmo modo, o *Manifesto*, publicado em 21 de outubro de 1980, indica que o surgimento do PT se deve à necessidade de intervir nos aspectos sociais e políticos do País a fim de transformá-lo, bem como de oferecer independência política aos trabalhadores. Nessa perspectiva, o Partido almeja que as riquezas naturais do Brasil sejam colocadas a serviço do bem-estar da coletividade.

A partir das considerações acima apresentadas, podemos recuperar a associação entre o PT dos anos 80 e a utopia. No momento inicial de formação e estruturação do Partido, os valores que estavam na sua base correspondiam à valorização do bem comum e à luta pelos

direitos dos trabalhadores. Diante da realidade que se impunha na época, o Partido se mostrou disposto a dar voz às reivindicações dos operários e contribuir para mudar o cenário vigente.

Isso nos permite afirmar que, na década de 80, a posição-sujeito utópico funcionava dentro do PT, se considerarmos essa posição como ligada à possibilidade de alinhar utopia política e realidade partidária. Essa associação é possível porque, no cenário da década de 80, o Partido tinha em suas bases valores relacionados a melhorias sociais que beneficiassem, especialmente, os grupos menos favorecidos. Assim, mesmo diante da realidade na qual o Partido estava inserido, a utopia presente no PT impulsionou a organização e mobilização do Partido em prol das questões sociais.

Ainda na sequência discursiva analisada, o uso do “mas” introduz a ideia de que, apesar de o programa político da candidata Marina apresentar propostas que correspondem ao que os eleitores almejam, e trazer à lembrança, positivamente, o modo como o PT se constituiu no início da década de 80, ele pode ser rechaçado quando confrontado com a realidade da Nação. Na sequência discursiva, a oposição entre utopia e realidade produz um efeito de inconsistência: o plano de governo da candidata não é sólido o suficiente para atender às demandas nacionais.

A oposição entre utopia e realidade, que já foi materializada nas sequências discursivas 1 e 3, aparece também na 4. No entanto, os efeitos dessa oposição são diferentes nas três materialidades analisadas. Na sequência discursiva 4, a oposição entre os dois termos produz o efeito de falta de consistência nas propostas dos candidatos que se identificam com a posição-sujeito utópico, a exemplo de Marina.

A próxima sequência discursiva faz referência à saída de Marina Silva do Partido dos Trabalhadores. Vejamos:

(5) O que me fez sair do PT foram as mesmas razões pelas quais fiquei durante 30 anos. **Eu saí para manter a minha conectividade com os ideais que eu acredito. E o PT não foi capaz de se conectar com as utopias do século 21. A grande utopia do século 21 é fazer uma inflexão civilizatória no modelo de desenvolvimento**, e essa é uma contribuição não só do Brasil, é do planeta inteiro. **É de revisitar paradigmas** (ROLLING STONE, setembro de 2010, grifo nosso).

Na sequência discursiva acima, que se refere à saída de Marina Silva do PT, há a indicação de que o Partido dos Trabalhadores não está em sintonia com a utopia, ou, melhor dizendo, com uma certa utopia.

Inicialmente, a saída de Marina do PT é atribuída à necessidade de a candidata preservar os valores nos quais acredita. Isso indica que, de algum modo, a sigla a qual ela

pertencia não mantém os mesmos valores de outrora. Um funcionamento semelhante foi identificado na sequência discursiva 4, na qual mostramos que a posição-sujeito utópico não funciona mais no PT.

Ainda na sequência discursiva 5, a utopia é caracterizada a partir de um recorte temporal: não se trata de qualquer utopia, e sim da utopia do século XXI. Nesse excerto, a utopia refere-se a uma mudança no modo de se conceber o desenvolvimento. Assim, no efeito-sentido identificado, a utopia está relacionada com a capacidade de rever questões, repensar modelos, reformular estratégias.

A expressão “revisitar paradigmas” também indica que o efeito-sentido de utopia, nesse excerto, está relacionado com a possibilidade de repensar o que está em curso. Diante das necessidades que o século XXI impõe, é necessário, portanto, avaliar o modo como o desenvolvimento da Nação tem sido conduzido, os seus impactos nas diferentes áreas e a necessidade de modificar concepções e práticas.

Conforme apontado na sequência discursiva, a saída de Marina do PT se deve ao fato de que o Partido não está efetivamente vinculado à utopia do século XXI, como dissemos. A partir disso, o efeito que se (re)produz é o de que a candidata se identifica com a posição segundo a qual é necessário, por vezes, diante das circunstâncias, avaliar o que tem sido feito e repensar as estratégias que têm sido utilizadas.

Tomando como base as considerações que fizemos no tópico 2.2, podemos afirmar que, na discursivização sobre o socialismo utópico, esse tipo de socialismo pode ser caracterizado por reconhecer a necessidade de reestruturar a sociedade com base em um planejamento que leva em conta as condições que se manifestam no tempo presente. Assim, a utopia pode estar associada a uma crítica ao mundo existente, a partir da qual se almeja uma nova sociedade. De modo semelhante, na sequência discursiva 5, o efeito-sentido de utopia está relacionado à necessidade de rever paradigmas, levando-se em consideração as condições do tempo presente.

O excerto 6 trata da saída de Marina Silva do Senado Federal no final de 2010, após ter concorrido às eleições presidenciais e ter conquistado quase 20 milhões de votos no primeiro turno. Vejamos:

(6) Sobre os sonhos atuais Marina disse que, a priori, não vai ficar no lugar de candidata para 2014. “Quero fazer parte de um processo como parte do processo. Quero lutar por um Brasil que seja economicamente próspero e socialmente justo, ambientalmente sustentável e culturalmente diverso. Quero voltar à sociedade como ativista, como

professora, não só na questão partidária, mas como mantenedora de utopias”, afirmou (BLOG DA MARINA, 16/12/2010, grifo nosso).

No efeito-sentido identificado, Marina não se identifica com o lugar de possível candidata às eleições presidenciais em 2014, e sim com a posição-sujeito utópico, segundo a qual a utopia inspira ações e é um ideal que visa à melhor organização da sociedade em diferentes aspectos.

A apresentação de diversos setores que compõem a estrutura de um país, tais como a economia, a organização da sociedade, o meio ambiente e a cultura indicam uma preocupação abrangente em relação à Nação. Linguisticamente, isso é materializado na relação entre os advérbios (economicamente, socialmente, ambientalmente e culturalmente) e os adjetivos (próspero, justo, sustentável, diverso). Assim, espera-se que a economia se desenvolva bem, que a sociedade tenha condições igualitárias, que a questão do meio ambiente seja tratada pelo viés da sustentabilidade, e que a cultura inclua os diferentes.

No universo da política, espera-se que o sujeito político tenha a capacidade de articulação em torno dos diferentes problemas que atingem a vida da população, o que inclui os aspectos anteriormente citados. A depender do cargo ocupado, cabe a cada um legislar, alterar, elaborar e revogar leis, fiscalizar, nomear e exonerar ministros, editar medidas provisórias, apresentar e vetar projetos etc. Embora haja diferentes atribuições para cada função, o que é comum a todos os políticos em uma democracia é que eles são representantes eleitos pelo povo, por meio do voto, para representar e gerir a nação, o que inclui a preocupação com os fatores enumerados.

Podemos destacar, portanto, que, na sequência discursiva, há uma compatibilidade entre a posição-sujeito utópico com a qual Marina Silva se identifica e aquilo que se espera do sujeito político: a competência para propor projetos que contemplem as reais necessidades do País e a possibilidade de pensar em alternativas que viabilizem as propostas.

Em 6, notamos que, após o fim das eleições, a candidata retoma a participação no seio da sociedade como ativista. Ela também se identifica com o lugar da docência, isto é, do saber que é capaz de contribuir de forma essencial para o desenvolvimento de um país. Assim como mostramos na sequência discursiva 2, o efeito-sentido de utopia está relacionado à ação; é, portanto, um ideal que almeja melhorias e realizações.

O excerto 7 trata da preocupação do Partido dos Trabalhadores com o crescimento da candidatura de Marina Silva nas eleições presidenciais de 2014. Vejamos:

(7) Mas o petista disse que, conhecendo a ambientalista, sabe que ela terá dificuldades de conciliar suas utopias com a nova função. “Marina traz consigo um encantamento, um posicionamento diferente na política e, certamente, vai ter muita dificuldade em fazer o confronto entre seus sonhos, as utopias que prega com a realidade da política, da vida nacional” (O GLOBO, 28/08/2014).

Na sequência discursiva acima, apontamos, inicialmente, a materialização de um efeito de confiabilidade na descrição que se faz de Marina. O uso da expressão “conhecendo a ambientalista” indica que o fato de a conhecer assegura a veracidade daquilo que se diz: conhecendo-a, é possível apontar quem ela é realmente, as coisas nas quais acredita e as ações que pode praticar. Produz-se, assim, o efeito de credibilidade: é possível confiar na descrição, uma vez que o relato é feito por um outro que tem autoridade para fazê-lo.

No efeito-sentido identificado, a candidata terá dificuldades em aliar os seus ideais com o exercício de atribuições cabíveis ao presidente da república. Há, portanto, uma incompatibilidade entre o modo como a candidata se apresenta e aquilo que se espera do lugar de sujeito político: a efetividade nas propostas e ações governamentais.

Na sequência discursiva 7, a palavra encantamento (re)produz sentidos relacionados ao universo da magia. É um efeito sobrenatural que se contrapõe ao universo real, entendendo-se o real como “aquilo que realmente existe”. O caráter ficcional identificado em 7 desqualifica a candidata: não se pode confiar em ideias que não demonstram concretude, em algo que pertence apenas à imaginação.

Além disso, o efeito indica que Marina tem dificuldade em cotejar os seus sonhos e utopias - aqui tomados em uma relação parafrástica-, com a realidade do Brasil. Desse modo, a contraposição entre “utopia” e “realidade da política e da vida nacional” indica, assim como nas sequências discursivas 1 e 4, que a utopia reflete um distanciamento do que pode ser alcançado. Para o discurso materializado nesse excerto, plataformas utópicas não viabilizam governos eficientes, motivo pelo qual a candidatura de Marina não se configura como uma alternativa que contemple as reais necessidades do País.

Prossigamos com a análise do excerto 8:

(8) “[...] **para mim, até agora tudo que ela disse são incógnitas. Ela tem um plano bem utópico, mas não mostrou como vai fazer para chegar lá, que propostas concretas tem para alcançar essa utopia de um Brasil que ela imagina que vai conseguir fazer**”, destaca. [...] **“Desistiu do PT (utopia do passado)** quando poderia ter resistido como fazem hoje tantos PTistas históricos, mesmo não tendo o mesmo espaço que a elite que tenta dominar o partido.” [...] questiona (G1, 29/08/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva 8, que se refere à campanha de Marina em 2014, verificamos que as coisas ditas pela candidata são caracterizadas como incógnitas. O efeito que se produz é o de descrédito, já que o desconhecido não inspira confiança. Assim, não se pode atribuir credibilidade a um candidato que não é capaz de ser claro nas coisas que diz.

Os planos de Marina também são caracterizados como utópicos. A princípio, é possível depreender que se trata de um sentido positivo de utopia, entendida, na sequência discursiva, como projeções que visam à melhoria do País. No entanto, o uso da conjunção adversativa “mas”, que estabelece uma relação de oposição entre o que foi dito antes e o que será apresentado em seguida, aponta a dificuldade da candidata em demonstrar a viabilidade do que propõe. Em outras palavras, apesar de ter boas ideias para o Brasil, Marina não consegue indicar o modo como as colocará em prática.

A relação opositiva identificada em 8 produz um efeito de negatização da utopia, na medida em que não se sabe se ela está no plano do realizável. Esse efeito se justifica porque, nessa posição-sujeito, particularmente, a incerteza acerca da efetividade das propostas não se configura como algo esperado de quem se identifica com esse lugar. No entanto, de outras posições-sujeito, como mostramos neste capítulo, é possível formular acerca de uma utopia que, apesar de não se saber realizável, já é suficiente pelo simples fato de impulsionar e inspirar progressos.

O uso das expressões “propostas concretas” e “um Brasil que ela imagina que vai conseguir fazer” reforçam o efeito de negatização da utopia. Na sequência discursiva 8, a ideia de concretude, ou, mais especificamente, a falta dela, indica a ausência de consistência no que é proposto por Marina. Do mesmo modo, a referência a algo que a candidata imagina ser possível fazer (re)produz um efeito de suposição, de algo que faz parte apenas do que ela idealiza para o Brasil.

Outra questão a ser discutida na análise desse excerto diz respeito ao discurso segundo o qual o PT é uma utopia do passado. Isso já apareceu, de algum modo, na sequência discursiva 4, quando se afirmou que o caráter utópico da campanha de Marina se assemelhava ao PT dos anos 80. A expressão “PT dos anos 80”, que delimita um recorte temporal, indica que o PT dos anos 80 não é o mesmo PT dos dias de hoje. Na sequência discursiva 4, na medida em que é demarcado um recorte temporal, produz-se um efeito de oposição entre o PT de antes e o PT de agora; há uma divisão, um corte na história do Partido. Consequentemente, a associação entre a utopia e o Partido dos Trabalhadores parece não funcionar na atualidade. O funcionamento identificado na sequência discursiva 8, mas também na 4, como acabamos de retomar, indica que a posição-sujeito utópico não funciona mais no PT.

O excerto abaixo trata da representação da utopia nas eleições presidenciais do Brasil, por meio de uma referência aos ex-presidentes Lula e FHC²¹, bem como à candidata Marina Silva.

(9) No Brasil, os eleitores procuram administradores, gerentes, quando se trata de disputas municipais e estaduais. **Nas eleições presidenciais, contudo, buscam a personificação de uma utopia possível. FHC e Lula chegaram ao Planalto nas asas de grandes ambições. Hoje, é Marina quem aparece como a representação de uma ruptura profunda. A utopia associada a FHC pode ser sintetizada pelas ideias de estabilização e modernização.** Desde o segundo mandato tucano, porém, o PSDB abandonou a trilha das reformas e, sob o fogo da crítica petista, borrou o horizonte utópico com as cores cinzentas da “capacidade gerencial”. [...] **A utopia associada a Lula pode ser sintetizada pelas ideias de igualdade e justiça social.** Inflado pelos ventos de popa da economia mundial, o potencial utópico do lulopetismo durou um mandato mais que o dos tucanos, mas encerrou-se no quadriênio de Dilma Rousseff. [...] **Marina aparece como representação da terceira utopia, tão nitidamente expressa nas Jornadas de Junho de 2013** (FOLHA DE S.PAULO, 30/08/2014, grifo nosso).

No efeito-sentido identificado em 9, a utopia é praticável, pois está na esfera das possibilidades. É a partir disso que se pode afirmar que, no que diz respeito às eleições presidenciais, particularmente, os eleitores se identificam com candidatos cujas bandeiras apoiam-se na utopia de melhorias para o País.

A expressão “grandes ambições”, utilizada para caracterizar a veemência dos ideais de Lula e FHC, assim como a expressão “ruptura profunda”, que caracteriza os deslocamentos que a candidata Marina representa nas eleições de 2014, indicam que o efeito-sentido de utopia, na sequência discursiva, está relacionado à capacidade de romper com a ordem estabelecida e ousar propor ações enérgicas tendo em vista o progresso da Nação.

Esse funcionamento pode ser identificado na medida em que se verifica que: i) em 9, a vinculação entre FHC e a utopia é construída por meio de uma referência à ideia de estabilização e modernização; ii) no que diz respeito a Lula, a associação com a utopia se dá a partir das ideias de igualdade e justiça social²²; iii) em relação à Marina, é estabelecida uma associação com as manifestações de junho de 2013 que tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras.

A memória acerca do cenário político brasileiro reatualiza sentidos segundo os quais a estabilidade econômica, o controle da inflação e a modernização de alguns setores nacionais, por meio do Plano Real, por exemplo, foram medidas que contribuíram para os avanços do País e que

²¹ A associação entre Lula e FHC com a questão da utopia já foi apontada na sequência discursiva 2, na qual mostramos um funcionamento segundo o qual Lula e FHC identificam-se com a posição-sujeito utópico.

²² Conforme já apontamos, segundo Chauí (2008), um sentido possível para utopia diz respeito a um discurso político no qual se almeja uma sociedade justa.

compõem as marcas do governo FHC. Do mesmo modo, as políticas de redistribuição de renda e a implantação de medidas que beneficiam as classes menos favorecidas caracterizam o governo Lula e são consideradas essenciais para se alcançar uma maior igualdade social e a redução das desigualdades. Na sequência discursiva, materializa-se um discurso que circula na mídia²³, segundo o qual há uma coincidência entre as pautas que constituem a agenda política de Marina e as reivindicações apresentadas pelos manifestantes nos protestos²⁴ de junho de 2013 que ocorreram no Brasil.

Diante disso, notamos que tanto na discursivização sobre Marina Silva, quanto sobre Lula e FHC, há um efeito (re)produzido e que se refere à positivação da utopia, entendida como aquilo que desperta e motiva a busca por melhores condições de vida para a população e para a Nação. O efeito-sentido de utopia está, portanto, relacionado com aquilo que impulsiona a execução de ações que beneficiam o povo e ajudam o País a se desenvolver. Na sequência discursiva 9, é essa utopia que está na base da estabilização conquistada devido às medidas adotadas por FHC, da redução das desigualdades sociais alcançada mediante as políticas implementadas por Lula e das reivindicações por melhorias que marcaram os protestos de junho e se alinham com o projeto político de Marina.

O último excerto analisado neste capítulo apresenta uma contraposição entre a campanha de Dilma Rousseff (PT)²⁵ e a de Marina Silva, ambas candidatas à Presidência da República em 2014. Vejamos:

(10) Teve uma manchete na Folha de S. Paulo que me chamou a atenção: **“Dilma agora vende realismo como mote contra utopias da rival”**. [...] Alvo preferencial de todos os adversários, **Dilma recomendou pés no chão: falou de limitações orçamentárias, da crise internacional e da necessidade de barganhar apoios no Congresso. Inédito em campanhas petistas ao Palácio do Planalto, tamanho realismo nasceu da necessidade de improvisar um contraponto à ascensão de Marina e seu programa de utopias generalizadas** (TRIBUNA DO NORTE, 03/09/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva acima, as expressões “vende”, “mote” e “rival”, quando colocadas em relação a fim de caracterizar o modo como a candidata do PT tem desenvolvido a sua campanha, remetem ao discurso publicitário. Essa relação é possível porque, na sequência discursiva 10, o realismo é apresentado como um produto, o que torna necessário o

²³ Nas reportagens das revistas que discursivizam sobre Marina Silva, e que constituem o banco de dados do GPADis, há sequências discursivas nas quais é possível identificar esse funcionamento.

²⁴ Na ocasião, milhões de pessoas foram para as ruas de várias cidades brasileiras para reivindicar melhorias em diversos setores, como saúde, educação e segurança.

²⁵ Ver Fonseca-Silva (2012).

desenvolvimento de estratégias para que esse produto seja aceito. Como se sabe, na publicidade, as empresas utilizam diferentes estratégias a fim de venderem os seus produtos e se destacarem em relação aos concorrentes.

Ocorre, então, um funcionamento semelhante ao identificado por Pêcheux ([1983a] 2006) em relação ao enunciado “on a gagné”. Ao discorrer sobre o discurso como estrutura e acontecimento²⁶, Pêcheux ([1983a] 2006) mostra que há um deslocamento do enunciado “on a gagné” do campo dos esportes para a esfera política, na ocasião da vitória do candidato François Mitterrand nas eleições presidenciais da França em 1981. Ainda que, do ponto de vista de uma estabilidade lógica, o enunciado seja o mesmo nos dois campos, há um deslizamento de sentido, uma vez que o enunciado está relacionado a dois acontecimentos diferentes.

Na sequência discursiva analisada, há um deslizamento de sentido de “vende”, “mote” e “rival”, numa relação entre a esfera publicitária e a política. Em 10, aquilo que tem sido “vendido” por Dilma, ou seja, a ideia que tem sido defendida pela candidata, refere-se à importância de não perder de vista a realidade do País, o que inclui as restrições no orçamento, a crise internacional e a necessidade de negociar apoios no Congresso. A expressão “recomendou pés no chão” reforça esse efeito de preocupação com a realidade.

O discurso publicitário é mais uma vez retomado na sequência discursiva 10 na medida em que o realismo adotado pela candidata Dilma não é apresentado como sendo uma característica das campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores. Compreende-se, portanto, que o realismo apregoado pela candidata do PT foi fruto das circunstâncias: o crescimento de Marina e de sua plataforma de governo utópica. No discurso materializado nesse excerto, do mesmo modo como as empresas reformulam suas estratégias ao se sentirem ameaçadas pela concorrência, também os políticos, nas campanhas eleitorais, adequam seus programas de governo diante de determinada conjuntura, como o crescimento de outro candidato nas pesquisas eleitorais.

Na sequência discursiva analisada, o realismo associado à candidatura de Dilma se opõe à utopia que caracteriza a campanha de Marina. A oposição entre utopia e realidade é mais uma vez apresentada, no entanto, na sequência discursiva 10, há um efeito diferente do que foi

²⁶ Segundo Pêcheux ([1983a] 2006), o discurso é estrutura e acontecimento, e o acontecimento pode ser compreendido como o encontro entre uma memória e uma atualidade. Nessa perspectiva, o discurso se constitui na relação entre o que se mantém e a possibilidade do novo, e está sempre sujeito à possibilidade do equívoco. Para Pêcheux ([1983a] 2006), p. 56), todo discurso, pela sua existência, marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das redes de memória e trajetórias sociais, ou seja, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”.

identificado nos demais sequências discursivas até então analisadas e que também faziam referência a essa oposição. Em 10, a utopia do programa político de Marina representa uma ameaça para a candidatura de Dilma, a ponto de, inclusive, forçar uma reestruturação na campanha da petista. A utopia que caracteriza a plataforma de governo de Marina, ao contribuir para que a candidata ganhasse maior destaque na corrida eleitoral de 2014, também induziu mudanças nas campanhas dos outros candidatos.

2.4 Considerações finais

Neste capítulo, a análise de 10 sequências discursivas permitiu-nos identificar diferentes efeitos-sentido de utopia, segundo os quais a utopia: i) é um ideal que impulsiona a busca por melhorias e visa à melhor organização da sociedade; ii) estimula as pessoas a desenvolverem projetos e ações; iii) é um elemento propulsor de mudanças que beneficiam a sociedade brasileira; iv) é praticável, pois está na esfera das possibilidades; v) está relacionada à capacidade de rever questões, repensar modelos, reformular estratégias, levando-se em consideração as condições do tempo presente; vi) está na esfera do irrealizável e da abstração, ou seja, é um ideal cuja realização parece improvável.

Esses diferentes efeitos-sentido de utopia, associados ao sujeito político Marina Silva, (re)produzem um efeito de positivação e de negatização da candidata, sujeito pragmático, e/ou das utopias que caracterizam o seu programa de governo. O efeito de positivação é identificado, por exemplo, na medida em que: i) há uma sintonia entre as propostas utópicas de Marina Silva e os anseios dos eleitores; ii) a utopia associada a Marina é um ideal que impulsiona mudanças relativas ao desenvolvimento do País e motiva a busca por melhores condições de vida para a população; iii) as utopias da candidata podem se concretizar; iv) apesar de não poderem ser realizadas, as utopias que Marina possui inspiram ações e impulsionam progressos; v) as utopias da candidata estão relacionadas à mobilização em prol do que se deseja alcançar; vi) a utopia de Marina refere-se à capacidade de romper com a ordem estabelecida e ousar propor ações enérgicas tendo em vista o progresso da Nação.

O efeito de negatização, por sua vez, é verificado, por exemplo, na medida em que: i) algumas propostas de Marina, consideradas utópicas, são irrealizáveis; ii) há uma distância entre o que a candidata idealiza, ou seja, suas utopias, e aquilo que existe na realidade; iii) Marina terá dificuldades em aliar as suas utopias ao exercício de atribuições cabíveis ao presidente da república; iv) as utopias da candidata fazem com que falte efetividade nas suas propostas e ações governamentais; v) as plataformas utópicas de Marina não viabilizam um governo

eficiente, motivo pelo qual a sua candidatura não se configura como uma alternativa que contemple as reais necessidades do País.

Como se vê, neste capítulo, para compreendermos o funcionamento da posição-sujeito utópico, foi preciso considerar que há um efeito de positivação e de negativação da utopia associada à Marina. O efeito de positivação refere-se à qualificação da candidata e de suas propostas de governo, enquanto o efeito de negativação está associado à desqualificação de Marina e de seus projetos políticos.

Além disso, é importante destacarmos também que a oposição entre utopia e realidade, presente em várias sequências discursivas analisadas, (re)produz diferentes efeitos, como mostramos nas análises. Dentre eles, destacamos: i) é possível ter uma utopia política e lidar com questões relacionadas à realidade partidária; ii) há um distanciamento entre a utopia e a realidade, de modo que não é possível manter a utopia nas situações reais com as quais é necessário lidar; iii) é possível fazer a transposição da utopia para a realidade; iv) há um efeito de dúvida acerca da possibilidade de manutenção da utopia, de modo que não se sabe, ao certo, se é praticável conciliar as utopias políticas e as questões práticas que a realidade impõe; v) as utopias dos programas políticos de candidatos (no caso, Marina Silva) representam uma ameaça para a candidatura dos outros candidatos, a ponto de forçarem uma reestruturação das outras campanhas; vi) há um efeito de inconsistência dos planos de governos utópicos, que não são sólidos o suficiente para atender à demanda nacional e estão distantes do que pode ser, de fato, alcançado.

3 POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E SONHO

3.1 Considerações iniciais

Interessa-nos discutir, neste capítulo, o funcionamento da posição-sujeito utópico e os efeitos-sentido de sonho a ela associados.

Em um primeiro momento, discutimos a discursivização sobre o sonho divino na Bíblia, sobre o sonho na Grécia Antiga e sobre o sonho em Freud, o que nos permite identificar diferentes efeitos-sentido de sonho. Em um segundo momento, a partir da análise das 10 sequências discursivas que compõem este capítulo, identificamos os diferentes efeitos-sentido relacionados ao sujeito político Marina Silva, e discutimos de que modo esses discursos produzem um efeito de posituação e negatuação da candidata e de suas propostas de governo.

3.2 Sonho: efeitos-sentido e efeito-sujeito

3.2.1 *Efeito-sujeito e efeito-sentido do sonho na Bíblia*

Há, em circulação, discursos sobre o sonho bíblico. Com a finalidade de compreendermos esse funcionamento, apresentaremos três exemplos de sonhos bíblicos para, em seguida, explicarmos o modo como eles são discursivizados no livro sagrado.

O primeiro exemplo encontra-se no livro de 1 Reis 3, 4-15, e refere-se ao rei Salomão. A passagem bíblica nos conta que Salomão foi para Gibeom para oferecer sacrifícios. Na ocasião, o Senhor apareceu para ele em um sonho, à noite, e lhe disse para pedir o que desejasse. Salomão admite ser um jovem e não saber o que fazer diante da imensidão do reino que herdou de seu pai, Davi, e, por isso, pede a Deus um coração repleto de discernimento para conduzir o povo a ele confiado e distinguir o bem e o mal.

O pedido de Salomão agradou a Deus, que, considerando que o seu servo não lhe pediu nem vida longa, nem riquezas e nem a destruição dos seus inimigos, atendeu ao que lhe fora reclamado e disse a Salomão:

[...] dou-te um coração tão sábio e inteligente, como nunca houve outro igual antes de ti e nem haverá depois de ti. Dou-te, além disso, o que não me pediste: riquezas e glória, de tal modo que não haverá quem te seja semelhante entre os reis durante toda a tua vida. E, se andares em meus caminhos e observares os meus preceitos e mandamentos como o fez Davi, teu pai, prolongarei a tua vida (I Reis 3, 12-13).

Depois disso, Salomão acordou do sonho, voltou a Jerusalém, ofereceu holocaustos e um banquete a toda a sua corte.

O segundo exemplo está no livro de Mateus 2, 13-15. O texto bíblico relata que, após a visita dos três magos ao menino Jesus, um anjo do Senhor apareceu a José em sonho e disse a ele que fugisse com o filho e a esposa para o Egito, pois Herodes iria procurar o menino a fim de matá-lo. E assim o fez José. Tempos depois, após a morte de Herodes, o anjo apareceu em sonho novamente a José, e ordenou que ele retornasse a Israel, pois haviam morrido os que representavam uma ameaça para a vida de Jesus. E assim, novamente, José o fez.

O terceiro exemplo está no livro de Gênesis 40, 1-23. A passagem revela que o copeiro e o padeiro do rei do Egito ofenderam seu senhor, que, furioso com os oficiais, ordenou que eles fossem presos. A prisão para onde eles foram levados era a mesma onde estava José, filho de Jacó, que foi encarregado de cuidar dos prisioneiros. Tempos depois, o copeiro e o padeiro tiveram um sonho na mesma noite, e cada sonho tinha sua própria interpretação. Na manhã seguinte, José percebeu que eles estavam entristecidos e questionou o motivo, tendo como resposta o fato de que eles tiveram um sonho, mas não tinha quem o interpretasse. Então, José lhes disse: “Porventura, não pertence a Deus, replicou José, a interpretação dos sonhos? Rogo-vos que mos conteis” (Gênesis 40, 8). Então, o copeiro e o padeiro contaram seus sonhos a José, que os interpretou dizendo que, dentro de três dias, o copeiro teria o seu cargo restituído e o padeiro seria decapitado, teria o corpo pendurado em uma árvore e a carne comida por aves. Além disso, pediu para que o copeiro não se esquecesse dele quando estivesse em melhores condições, e que falasse sobre ele com o faraó, para que ele fosse retirado da prisão. Três dias depois, no aniversário do faraó, ele ofertou um banquete aos conselheiros, e as coisas se sucederam exatamente como previu José. No entanto, o chefe dos copeiros não se lembrou de José.

Os três exemplos apresentados ilustram os tipos de sonhos discursivizados na Bíblia, tanto no antigo quanto no novo testamento. Neste caso, o efeito-sentido de sonho refere-se às representações, de caráter divino, que se manifestam na mente do indivíduo durante o estado do sono. No efeito-sentido identificado, os sonhos divinos são acontecimentos sobrenaturais e proféticos, de modo que as mensagens transmitidas ao sonhador, no sonho, podem, por exemplo: i) ser comunicadas pelo próprio Deus ou por anjos; ii) revelar uma promessa divina, uma ordem ou um presságio; iii) ser claras ou necessitarem de interpretação; neste último caso, o sonho pode ser interpretado por outra pessoa. Cabe ressaltar que, assim como apenas algumas pessoas experimentam o sonho divino, a interpretação dos sonhos não pode ser feita por qualquer pessoa, mas por homens sábios que mantêm um profundo relacionamento com Deus.

Isso nos faz pensar que, na discursivização sobre os sonhos bíblicos, o efeito-sujeito está relacionado com uma fonte externa e, mais especificamente, com um ser divino que transmite determinada mensagem por meio de um sonho. Em contrapartida está o sonhador, caracterizado por certa passividade, uma vez que ele é o receptor de uma mensagem já pronta, apresentada durante o estágio do sono. No efeito-sujeito de que estamos tratando, o sonhador pode, de um lado, ser o receptor e o intérprete do conteúdo veiculado no sonho; por outro lado, o sonhador pode ser apenas o receptor, como nos casos em que a mensagem precisa ser interpretada por outrem.

3.2.2 Efeito-sujeito e efeito-sentido do sonho na Grécia Antiga

Na discursivização da literatura grega sobre os sonhos, é possível identificar ideias distintas acerca da natureza e da função dos sonhos, a depender do período e da escola de pensamento analisados. Na maioria delas, o efeito-sentido de sonho diz respeito a uma visão objetiva de alguém ou de alguma coisa que era vista durante o sono, de modo que a visão poderia estar relacionada com uma revelação sobrenatural concedida pelos deuses (Cf. Roop, 2006). Vejamos, abaixo, um exemplo.

Há um relato, narrado por Heródoto, no século V a.C., de dois sonhos do Rei Astíages, filho de Ciáxares (Cf. Roop, 2006). Ele explica que Astíages estava assustado devido a uma interpretação dos magos acerca de um sonho envolvendo sua filha, no período em que ela ainda era um bebê. Como consequência, anos depois o rei determinou que a sua filha se casasse com um homem menos poderoso do que ele gostaria. No primeiro ano do casamento de Mandane com Cambises, Astíages teve outro sonho, no qual via que uma videira crescia a partir das genitais de sua filha, e se alastrava por toda a Ásia. Mais uma vez o rei recorreu aos especialistas em sonhos e ordenou que a sua filha retornasse da terra dos persas para vê-lo. Na ocasião, a filha estava grávida, o que fez com que ele a mantivesse sob vigilância e tencionasse matar a criança que estava no ventre da filha, uma vez que os especialistas em sonhos interpretaram, a partir do sonho do rei, que a descendência da filha tomaria o lugar de Astíages no trono.

O exemplo apresentado indica que o efeito-sentido de sonho se refere a uma mensagem que vem completamente formada de uma fonte exterior, como mostramos anteriormente, e que pode prever o futuro. Assim, na discursivização sobre os sonhos na antiguidade grega, o efeito-sujeito está relacionado com uma fonte exterior, ou seja, um agente externo ao sonhador associado, com frequência, a uma divindade. O sonhador, por sua vez, pode ser o receptor e o intérprete do sonho, ou pode atribuir a função da interpretação a um agente secundário, apesar

de haver pouca possibilidade de confusões hermenêuticas (Cf. Roop, 2006) em relação à mensagem transmitida no sonho.

A discursivização sobre os sonhos na literatura grega também indica que os sonhos “enviados pelos deuses” tinham, de fato, credibilidade na sociedade, a ponto de as pessoas serem convencidas a agir com base no que foi veiculado no sonho. Por volta de 430 a.C., e por séculos posteriores, segundo Roop (2006), as pessoas enfermas tinham o hábito de dormir nos templos de Asclépio, com a finalidade de receberem sonhos de cura diretamente do próprio Asclépio ou mediante a interpretação feita por sacerdotes.²⁷

3.2.3 Efeito-sujeito e efeito-sentido do sonho em Freud

Com a finalidade de discutirmos a discursivização sobre o sonho na perspectiva da Psicanálise, vejamos, inicialmente, algumas observações sobre *O sonho da injeção de Irma*, contado em *A interpretação dos sonhos*, e que é, segundo Fonseca-Silva (s/d), o primeiro sonho de Freud submetido à análise e à transformação do conteúdo manifesto em conteúdo latente, como mostraremos adiante, o que se configurou como um marco para o início da Psicanálise e possibilitou a resolução do enigma dos sonhos.

No preâmbulo do *Sonho da injeção de Irma*, Freud (1900) relata que, no verão de 1895, prestou tratamento psicanalítico a uma jovem senhora, Irma, que tinha um vínculo de amizade com ele e com sua família. O tratamento foi concluído com êxito parcial, já que a paciente se livrou da angústia histérica, mas ainda conservou alguns sintomas somáticos. Ele afirma que, pelo fato de ainda não discernir, de modo claro, os critérios que indicavam a conclusão de um caso clínico de histeria, propôs a Irma uma solução que ela não estava propensa a aceitar, o que resultou na interrupção do tratamento durante as férias de verão.

Em seguida, Freud (1900) explica que recebeu, certo dia, a visita de Otto, seu amigo e colega de profissão, que esteve com Irma e sua família. Ao indagar-lhe sobre o estado de Irma, Freud foi informado de que a paciente estava “melhor, mas não inteiramente boa”. O parecer de Otto aborreceu Freud, que identificou nas palavras do amigo uma recriminação e acusação

²⁷ Ainda no que diz respeito aos sonhos na literatura grega, destacamos a circulação de um outro discurso segundo o qual a relação entre os sonhos e o prenúncio do futuro é atribuída à coincidência, e não a um caráter divino do sonho. Em meados do século IV a.C., segundo Roop (2006), a crença na natureza divina dos sonhos não era mais tão recorrente. Aristóteles, por exemplo, que sob certa perspectiva julgava como coincidência a manifestação de sonhos proféticos, afirmava que se também os animais podiam sonhar, então os sonhos não poderiam ser enviados por alguma divindade. Roop (2006, p.3) acrescenta ainda que “outras crenças importantes sobre os sonhos incluíam os Pitagóricos e os seguidores do Orfismo, que, a partir do século VI a.C., sustentavam a ideia de que durante o sono a alma deixava o corpo, viajava, visitava os deuses, e comungava com outros espíritos, implicando um papel bastante ativo por parte do sonhador”.

de ter prometido demais à paciente. Na mesma noite, com a finalidade de se justificar, Freud escreveu o caso clínico de Irma para entregá-lo ao amigo Dr. M. Foi nessa mesma noite que Freud teve um sonho, que foi anotado assim que ele acordou.

Não nos ocuparemos de descrever aqui o sonho que Freud teve. No entanto, a apresentação deste sonho é importante para que se verifique, por exemplo, que, na discursivização sobre os sonhos na Psicanálise, o sonho se apresenta de duas maneiras: por meio do conteúdo manifesto, que se refere ao sonho que pode ser lembrado e narrado; e por meio do conteúdo latente, “inconsciente, que provoca o sonho, e que leva a análise onírica” (Cf. FONSECA-SILVA, s/d, p. 5). Dessa forma,

a elaboração onírica, memória do sonho, é o trabalho de transformar os pensamentos latentes em conteúdos manifestos, distorcendo esses pensamentos de tal forma que o sonho se torna inacessível ao sonhador. A interpretação, ao contrário, é o trabalho inverso, que procura chegar ao conteúdo latente partindo do conteúdo manifesto com o objetivo de interpretar a elaboração onírica. Isto significa, na perspectiva de Freud (1900), que interpretar um sonho é indicar seu sentido. Ele mostra isso pelo método da interpretação onírica, revelando que cada sonho é um produto psíquico pleno de sentido (FONSECA-SILVA, s/d, p. 5).

De modo semelhante ao funcionamento identificado no discurso sobre o sonho bíblico e sobre o sonho na Grécia Antiga, o efeito-sentido do sonho na Psicanálise refere-se à atividade mental que se manifesta na mente do indivíduo durante o estado do sono. No entanto, as semelhanças se restringem a esse aspecto.

Na discursivização da Psicanálise acerca dos sonhos, o efeito-sentido de sonho diz respeito à realização de um desejo. Na interpretação do sonho de Irma, por exemplo, Freud (1900) verifica que o conteúdo do sonho se referiu à realização de um desejo, a exemplo daquele que ele nutria de ser isento da responsabilidade pelo estado no qual Irma se encontrava; desse modo, a responsabilização pelo estado da paciente foi atribuída a outros fatores. Além disso, no sonho, considerado uma distorção do desejo que existe no inconsciente, Freud se vinga de várias pessoas.

No que diz respeito ao desejo anteriormente citado, Fonseca-Silva (s/d) explica que, no inconsciente²⁸, segundo Freud, “o desejo procura sua expressão substitutiva para escapar à

²⁸ O inconsciente para Freud é, de acordo com Fonseca-Silva (s/d), um sistema psíquico que possui leis e regras próprias, e independe da consciência. “Segundo Freud, no inconsciente estão os elementos pulsionais não acessíveis à consciência e também o material que foi excluído da consciência pelos processos psíquicos de censura e repressão. O conteúdo ‘censurado’ não é permitido ser lembrado, mas permanece no inconsciente” (FONSECA-SILVA, s/d, p. 2).

censura”. Quando o desejo não é aceitável, ocorre o esquecimento que, segundo a autora, resulta do recalque²⁹. No entanto, o desejo recalcado

permanece no inconsciente exercendo seus efeitos e os sonhos (bem como os sintomas histéricos, atos falhos, chistes, como mostra Freud em seus trabalhos) são exemplos desses efeitos. O sonho, dessa forma, na perspectiva de Freud, pode ser compreendido como a expressão de uma série de desejos, que encontram nele a via para a consciência. E, por isso, é entendido como a via régia para o inconsciente, já que sua manifestação mais direta se manifesta com as distorções necessárias para ser aceito pelo consciente (FONSECA-SILVA, s/d, p. 4).

No efeito-sentido identificado, o sonho é um fenômeno psíquico, e o conteúdo do sonho está relacionado com os restos diurnos de dias anteriores ao sonho ou do mesmo dia do sonho; além disso, o sonho pode ser interpretado³⁰. Como dissemos anteriormente, neste efeito, o sonho é a realização de um desejo. Esse desejo está no próprio sonhador, o que indica que, no efeito-sujeito identificado, a fonte se refere ao inconsciente, considerado o aparelho de memória do sonhador.

Assim, diferentemente do que apontamos nos dois tópicos anteriores, verificamos que, na discursivização sobre os sonhos na Psicanálise, o efeito-sujeito diz respeito a uma fonte interna que se relaciona diretamente com as questões próprias do sonhador, uma vez que ela se refere aos restos diurnos.

Ao retomarmos a questão do conteúdo manifesto e do conteúdo latente, e compreendermos que na elaboração onírica há uma distorção do conteúdo latente para que se

²⁹ Conforme abordado por Fonseca-Silva (s/d, p. 3), o termo recalque é de uso quase restrito da Psicanálise, e é compreendido como “o movimento que o aparelho psíquico promove para despejar da consciência as representações que podem gerar desprazer”.

³⁰ No que se refere ao tratamento pré-científico e científico dos sonhos, antes de Freud, nota-se que, há tempos, segundo Freud (1900), a interpretação dos sonhos desperta o interesse de pessoas leigas que, para interpretá-los, baseiam-se em dois métodos distintos. No primeiro, o conteúdo do sonho é tomado como um todo, e há uma tentativa de substituí-lo por outro conteúdo que seja compreensível e, em alguns aspectos, equivalente ao original. Trata-se de uma interpretação “simbólica” dos sonhos, que é questionada quando se está diante de sonhos inteligíveis e confusos. Um exemplo deste método está no texto bíblico que se refere à explanação feita por José em relação a um sonho do Faraó. A aparição de sete vacas magras que comeram as sete vacas gordas foi considerada um substituto simbólico para uma profecia de sete anos de fome no Egito, de acordo com Freud (1900). O segundo método pode ser caracterizado como o método da “decifração”, uma vez que os sonhos são concebidos como um tipo de criptografia; assim, levando em consideração um código fixo, cada signo pode ser traduzido por outro cujo significado já é conhecido. Neste caso, a interpretação não é direcionada para o sonho como um todo, mas para partes independentes, e, segundo Freud (1900), este método está relacionado com os sonhos desconexos e confusos. Diante do exposto, Freud (1900) defende que nenhum dos dois métodos populares de interpretação dos sonhos pode ser utilizado em uma abordagem científica acerca da temática. Apesar disso, ele admite ser possível ter um método científico para a interpretação dos sonhos, e apresenta observações sobre como desenvolveu esse método.

chegue ao conteúdo manifesto, verificamos que o conteúdo manifesto pode ser tomado como um acontecimento discursivo. O conteúdo manifesto se refere ao que pode ser narrado pelo sonhador, ao que é discursivizado sobre os sonhos. A fonte do que é contado pelo sonhador, como dissemos, é interna e relaciona-se com o inconsciente, e não com um elemento externo, como uma divindade, o que (re) produz um outro efeito-sentido de sonho, como mostramos.

3.3 Sujeito utópico e sonho: efeito-sujeito e efeito-sentido

Neste tópico, objetivamos refletir sobre o funcionamento da posição-sujeito utópico, bem como sobre os efeitos-sentido de sonho a ela associados. Dessa forma, alguns dos efeitos-sentido identificados estão em relação com os que apresentamos no tópico 3.2. Outros, diferentemente, não se referem aos que discutimos anteriormente no tópico 3.2, mas dizem respeito, de modo geral, às coisas que se idealiza e que se deseja alcançar. Neste caso, a questão do sonhador também aparece em uma relação com o sonho, no entanto, o efeito-sujeito está relacionado com o sujeito utópico.

Assim, para discutirmos o funcionamento da posição-sujeito utópico e os efeitos-sentido de sonho, apresentamos 10 sequências discursivas que se referem à discursivização sobre Marina Silva, que, como mostramos no capítulo 1, identifica-se com essa posição. Vejamos a primeira:

(1) Nascida pobre num seringal na zona rural do Acre, jamais deixou de acreditar em seus sonhos e de persegui-los. Foi alfabetizada aos 16 anos, conseguiu se formar em história, aderiu à luta sindical, tornou-se a senadora mais jovem da história da República e respeitada internacionalmente como ministra do Meio Ambiente. Sobreviveu não só às dificuldades da vida como também a várias doenças. [...] O problema é que, na hora de explicar como realizar tudo o que Marina sonha para o Brasil e para o mundo, a realidade de um planeta cada vez mais competitivo e de um país com pressa para crescer atropela os seus sonhos. Marina é, por exemplo, uma obstinada defensora da energia limpa. Condena o impacto ambiental da construção da hidrelétrica de Belo Monte, pelo governo Lula, mas não dá alternativas concretas para suprir o abastecimento energético, hoje um dos gargalos da economia brasileira (ISTOÉ, 09/06/2010).

Na sequência discursiva 1, identificamos uma associação entre os sonhos e a história³¹ de vida da candidata à Presidência da República em 2010 pelo PV, Marina Silva. A

³¹ Na análise aqui desenvolvida, não nos debruçamos com exatidão sobre este aspecto. Já mostramos, em Amorim, França e Fonseca-Silva (2011), que, em relação à trajetória de Marina, é possível identificar o funcionamento de dois efeitos-sentido: o primeiro efeito diz respeito à indicação de que a história pessoal de vida de Marina Silva justifica a sua fragilidade, e essa fragilidade justifica a sua incapacidade para atuar nas funções políticas que lhe

discursivização sobre a trajetória de Marina está relacionada a um efeito de superação, uma vez que a história de vida da candidata é associada à superação de obstáculos, de diversas ordens, enfrentados por ela. Esse efeito de superação é possibilitado, em alguma medida, devido aos sonhos que nortearam a trajetória de Marina.

A esse respeito, destacamos que, em 1, o efeito-sentido de sonho está relacionado com aquilo que move e impulsiona o indivíduo a buscar caminhos para melhorar ou superar determinadas situações. Assim, por possuir sonhos e lutar para realizá-los, o indivíduo pode superar barreiras. No efeito-sentido identificado, a busca pela realização dos sonhos, que possibilita a superação, é positivada, pois reflete um poder de resistência diante dos empecilhos.

Há também, na sequência discursiva 1, a materialização da oposição entre sonho e realidade. Essa relação opositiva faz funcionar certo efeito-sentido de sonho, segundo o qual o sonho se refere a uma idealização e ao que é imaginado, mas que, talvez, pode não ser viabilizado na prática, ao passo que a realidade abarca o que possui uma existência real. Em se tratando especificamente do efeito-sujeito Marina, a relação opositiva anteriormente citada faz funcionar sentidos segundo os quais os sonhos que a candidata almeja para o Brasil não estão em sintonia com a realidade do País.

Verificamos, a partir disso, um efeito de desqualificação da candidata, pois, apesar de Marina possuir sonhos em relação ao futuro do Brasil, ou seja, de desejar a melhoria da Nação, ela não consegue, segundo o que é apontado na sequência discursiva, viabilizar ações concretas para efetivar as coisas que deseja ver realizadas. Ademais, a desqualificação é intensificada na medida em que, segundo o excerto, apesar de as questões ambientais serem uma preocupação de Marina, a candidata não propõe medidas que contemplem os problemas ambientais que o País enfrenta.

Vejamos a próxima sequência discursiva:

(2) **Marina quer vencer a eleição sem abrir mão de seus ideais, sem negociar com seus sonhos** e leva para os eleitores a mensagem de um futuro com relações políticas bem distintas das que se observam no cenário atual (ISTOÉ, 09/06/2010, grifo nosso).

Na sequência discursiva 2, há uma associação entre a candidata Marina Silva e os sonhos. Essa relação se estabelece a partir da ideia de que, no cenário eleitoral de 2010, a

eram atribuídas; o segundo efeito identificado refere-se à indicação de que a história de vida de Marina é associada à superação de obstáculos enfrentados pela candidata ao cargo de Presidência da República, apontando para suas habilidades também políticas.

candidata objetiva vencer as eleições preservando os seus sonhos. O efeito-sentido de sonho, nesse fragmento, está relacionado com as coisas nas quais Marina acredita e que deseja, em um eventual mandato, ver efetivadas. Trata-se, portanto, das aspirações e valores que a candidata possui, e que se refletiriam nas ações que ela desenvolveria no decorrer da campanha eleitoral.

A partir disso, identificamos, na sequência discursiva 2, o funcionamento de uma memória segundo a qual, nas disputas eleitorais, há candidatos que, em troca de apoio e voto, praticam, por exemplo, atitudes que contrariam seus ideais. Esse funcionamento é identificado, na sequência discursiva analisada, no uso das expressões “sem abrir mão de seus ideais” e “sem negociar com seus sonhos”, que fazem referência a uma memória segundo a qual há quem negocie com seus sonhos e ideais tendo em vista interesses outros. Isso é reforçado pela expressão “relações políticas bem distintas das que se observam no cenário atual”, que indica a possibilidade de o candidato se distanciar das negociações que contrariam os seus ideais e que são comuns no cenário político brasileiro.

O excerto 3, apresentado a seguir, trata da estratégia, adotada pela candidata do PV nas eleições presidenciais de 2010, de arrecadar recursos financeiros por meio de doações feitas pela internet, a exemplo do que ocorreu na campanha do então candidato Barack Obama, nos Estados Unidos. Vejamos:

(3) **Sem a sonhada arrecadação na internet, Marina abandonou a esperança no mundo virtual e decidiu botar o pé na estrada, aumentando o ritmo das viagens, os encontros sociais e o corpo a corpo em todo o País.** Pela primeira vez, visitou o Acre no último fim de semana, sua terra natal. Aprendeu, pelo visto, que eleição, pelo menos no Brasil, não se ganha na frente de um computador, mas gastando sola de sapato (ISTOÉ, 15/09/2010, grifo nosso).

No cenário das eleições, os candidatos costumam utilizar diferentes mecanismos para desenvolver as campanhas eleitorais e conquistar o voto dos eleitores. No País, nas eleições de 2010, a candidata Marina Silva foi a primeira candidata da história política brasileira que buscou arrecadar dinheiro por meio da internet³² no período de campanha.

Na sequência discursiva 3 apresentada acima, há a materialização de uma relação entre o sonho e a candidatura de Marina. No entanto, o caráter sonhador não é associado à própria candidata, mas a uma das estratégias adotadas por ela na campanha: a arrecadação de verbas no

³² Informação divulgada na reportagem de onde a sequência discursiva 3 foi retirada. A reportagem intitulada “Sem conexão” foi publicada na edição nº 2131 da revista *Istoé*.

mundo virtual. Em 3, o efeito-sentido de sonho está relacionado com aquilo que era o esperado, o imaginado, o almejado, ou seja, “a sonhada arrecadação na internet”.

Na sequência discursiva analisada, a idealização de uma satisfatória arrecadação virtual de recursos para a campanha de Marina não se mostrou eficaz e não alcançou os resultados esperados. Como consequência, as expectativas em relação à estratégia adotada se esvaem, e a candidata precisa fazer os reajustes necessários. O movimento de reestruturação das estratégias políticas utilizadas na campanha de Marina, em decorrência da falta de êxito na arrecadação virtual, reflete, segundo o que é apontado na sequência discursiva 3, a necessidade de adequação ao novo cenário que se apresenta, e que exige o desenvolvimento de outros mecanismos, como a intensificação das viagens pelo Brasil e do contato com os eleitores.

No efeito-sentido identificado na sequência discursiva 3, há um distanciamento entre o que se espera (aquilo que se sonha) e aquilo que é possível de ser feito em decorrência de determinadas circunstâncias. Em outras palavras, o que é sonhado nem sempre pode ser realizado.

Vejamos o excerto a seguir.

(4) Sonhadora e reacionária. [...] De menina pobre e doente dos seringais do Acre à liderança ambientalista respeitada mundo afora, ela fez da defesa intransigente da ética um exemplo para a política. Mas a sonhadora Marina tem externado em diversas ocasiões recentes uma face surpreendentemente conservadora, capaz de constranger assessores e plantar a semente da dúvida na cabeça de eleitores fiéis. Na terça-feira 14, a porção reacionária da presidenciável veio à tona num debate na Universidade Católica de Pernambuco. Logo após defender com vigor seu “compromisso com o Estado laico”, a ex-senadora, evangélica, mostrou-se incomodada com a recente onda de protestos contra o deputado Marco Feliciano, também evangélico. [...] Marina, no entanto, resolveu fechar os olhos para as evidências e diz agora que Feliciano foi atacado pelo simples fato de ser evangélico (ISTOÉ, 22/05/2013, grifo nosso).

Na sequência discursiva 4, na qual a candidata Marina é caracterizada como sonhadora, o efeito-sentido de sonho está vinculado, de forma contraditória, a certo conservadorismo. A expressão “sonhadora e reacionária”, na qual o “e” possui um valor adversativo, indica que há uma oposição entre sonhador e reacionário, de modo que quem é sonhador não deveria ser reacionário.

Na sequência discursiva, o efeito-sentido de sonho refere-se aos ideais que norteiam as concepções e práticas da candidata, e que refletem uma idealização acerca das coisas que

está relacionada a uma posição tradicionalista. O uso das expressões “reacionária”, “face surpreendentemente conservadora” e “porção reacionária” ratificam o efeito-sentido identificado.

Segundo o discurso materializado na sequência discursiva, o conservadorismo que marca as concepções da candidata, e que está vinculado ao âmbito religioso, tem sido demonstrado em diferentes situações, fato que constrange os assessores de Marina e abala a identificação de parte do eleitorado com a candidata. Prova disso é que, depois de defender o Estado laico em uma discussão em uma universidade, Marina demonstrou incômodo com os movimentos contrários ao deputado Marco Feliciano que, neste período, presidia a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), e foi alvo de diversas críticas relacionadas às declarações que ele emitiu, consideradas desrespeitosas aos direitos humanos.

É produzido, a partir disso, um efeito de contradição da candidata. Apesar da sua trajetória na política, ou seja, da defesa de questões vinculadas ao meio ambiente e à ética na política, a candidata, no que diz respeito a certos aspectos, tem posturas conservadoras, como o incômodo que ela sente diante dos protestos contra Marcos Feliciano, como se vê na sequência discursiva. O efeito de contradição a que fizemos referência é verificado, por exemplo, nas expressões “face surpreendentemente conservadora” e “porção reacionária”, que indicam o valor adversativo entre “sonhador” e “reacionário”.

O excerto 5 faz referência ao fato de Marina ter se reunido com um grupo de vinte apoiadores após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter rejeitado um recurso que permitiria a criação do partido político Rede Sustentabilidade (REDE)³³. Vejamos:

(5) O grupo tinha passado a madrugada toda discutindo se, diante da sentença do tribunal, a ex-senadora deveria adiar a decisão de se candidatar a presidente da República ou se filiar a um partido já existente apenas para disputar a eleição no ano que vem. **Enquanto se despedia do grupo, Marina disse que iria dormir um pouco e que esperava “ter um sonho” que a ajudasse a decidir. Ela dormiu, mas o sonho não veio** (VEJA, 09/10/2013, grifo nosso).

No fragmento acima, como apontamos anteriormente, há a indicação de que Marina se reuniu com um grupo de aliados a fim de decidir o seu futuro político após a não concessão,

³³ A REDE é um partido político brasileiro que teve o registro negado pelo TSE para concorrer às eleições de 2014. O projeto para a fundação do partido foi liderado por Marina Silva. De acordo com informações que constam no site da legenda, a REDE é “fruto de um movimento aberto, autônomo e suprapartidário que reúne brasileiros decididos a reinventar o futuro do país. É uma associação de cidadãos e cidadãs dispostos a contribuir de forma voluntária e colaborativa para aprofundar a democracia no Brasil e superar o monopólio partidário da representação política institucional”. Atualmente, os integrantes da REDE tentam recolher as assinaturas necessárias para que o TSE conceda o registro legal ao partido.

pelo TSE, do registro legal da REDE. Na ocasião, Marina se despede do grupo afirmando que dormiria um pouco, e que “esperava ter um sonho que a ajudasse a decidir”.

A primeira questão a ser observada é que o sonho, em 5, refere-se às representações, imagens e aos pensamentos que se manifestam na mente do indivíduo enquanto ele dorme. A partir disso, observamos que há, nesse excerto, o funcionamento de uma memória segundo a qual, no sonho, há revelações de caráter sobrenatural enviadas por algum tipo de divindade, que podem prever eventos futuros e têm a capacidade de direcionar as ações dos indivíduos.

Já mostramos, no tópico 3.2.1, que, na discursivização sobre o sonho na Bíblia, o efeito-sentido de sonho se refere às representações, de caráter divino, que se apresentam na mente do indivíduo durante o sono. Um exemplo está no livro de Mateus 2, 13-15, no qual encontramos o relato de que José, o pai de Jesus, foi avisado em sonho, por um anjo, sobre a necessidade de ele e sua família fugirem para o Egito.

Como se vê, no exemplo apresentado, o efeito-sentido de sonho está relacionado com uma revelação divina feita ao sonhador durante o estágio do sono. De modo semelhante, na sequência discursiva 5, o efeito-sentido de sonho refere-se à possibilidade de, durante o sono, o indivíduo receber um auxílio divino. A discursivização sobre Marina Silva indica que há uma associação entre a candidata e a religiosidade cristã, o que nos permite afirmar que, no efeito-sentido identificado em 5, o sonho seria uma forma por meio da qual Deus faria manifestar-se, ao sonhador, direcionamentos.

A próxima sequência discursiva trata, ainda, da indecisão de Marina em relação ao seu futuro político. No entanto, o efeito-sentido de sonho é outro, como mostraremos.

(6) **Se optar por adiar a candidatura, preservará imaculado o seu maior patrimônio: o discurso da pureza ética e da singularidade do grupo que representa – em tudo contrário aos métodos da “velha política”, como ela diz. Caso, porém, se decida pela candidatura, estará dando o primeiro passo para que seus sonhos sejam testados no mundo real.** Até agora, o embate entre esses dois mundos a tem feito sofrer. Na madrugada de discussões houve momentos tensos. **Os participantes estavam divididos basicamente em dois grupos: de um lado, os apelidados “sonháticos” – idealizadores, como André Lima e Maria Alice Setubal – tentavam convencer a ex-senadora de que seria melhor abandonar o projeto presidencial do que romper com seus princípios³⁴. “Você vai perder toda a credibilidade se trocar o seu sonho pelo pragmatismo político”, afirmou Lima, coordenador jurídico da Rede. Do outro lado, defendendo a filiação e a candidatura por outro partido, ficaram os políticos com mandato, como os deputados Alfredo Sirkis e Walter Feldman (VEJA, 09/10/2013, grifo nosso).**

³⁴ Discutimos, com mais profundidade, efeitos-sentido de princípios no capítulo 4.

Na sequência discursiva 6, é materializada uma oposição entre o sonho e a realidade, que (re) produz efeitos-sentido diferentes.

De acordo com o que é apontado na sequência discursiva, a possível opção de Marina pela candidatura e permanência no cenário das eleições presidenciais se configura como uma situação na qual os sonhos da candidata “serão testados no mundo real”. Isso acontece porque, segundo o que é discursivizado sobre Marina Silva, a candidata se opõe à “velha política”, de modo que se aliar aos que fazem parte da “velha política” apenas para concorrer às eleições presidenciais de 2014 seria uma forma de ter os seus sonhos “testados no mundo real”.

Partindo dessa constatação, verificamos que, na sequência discursiva 6, o efeito-sentido de sonho está relacionado com as coisas nas quais se acredita, com os valores que os indivíduos possuem e que norteiam diferentes aspectos de suas vidas. Em relação especificamente ao sujeito político Marina Silva, esse efeito-sentido identificado indica que a suposta participação de Marina nas eleições seria o momento de pôr à prova os sonhos que ela possui. Trata-se, portanto, de um jogo entre os sonhos da candidata, como o “discurso da pureza ética e da singularidade do grupo que representa”, e as situações reais que a “velha política” apresenta.

As considerações feitas até então mostram o primeiro efeito que se (re) produz a partir da oposição entre o sonho e a realidade. Como vimos, nesse primeiro funcionamento identificado, o efeito-sentido de sonho refere-se àquilo no que a pessoa acredita e que deseja ver realizado. Desse modo, a participação de Marina na campanha eleitoral caracteriza um momento no qual será possível verificar se a candidata, mesmo diante das situações reais que a disputa eleitoral impõe, conseguirá preservar os sonhos que alimenta.

Outra questão a ser discutida, e que aparece na sequência discursiva 6, diz respeito à existência, entre os aliados de Marina, de um grupo denominado “sonháticos”, que apoia a não participação da candidata na disputa eleitoral, com o propósito de preservar determinados valores. Para este grupo, a candidata teria a sua credibilidade comprometida se “trocasse seu sonho pelo pragmatismo político”. Desse modo, o efeito de “sonháticos” está relacionado à preservação dos sonhos, independente das circunstâncias.

Em 6, a oposição entre sonho e pragmatismo (re)atualiza sentidos relacionados à oposição entre sonho e realidade, que discutimos anteriormente, uma vez que o efeito-sentido de pragmatismo político diz respeito a uma certa praticidade, a uma abordagem pragmática no universo da política, ao passo que o efeito-sentido de sonho se refere às coisas nas quais se acredita e pelas quais se luta.

A partir disso, notamos o segundo efeito que se (re)produz a partir da oposição entre o sonho e a realidade. Nesse segundo funcionamento identificado, o efeito-sentido de sonho, como dissemos, refere-se aos valores que o indivíduo possui e que regulam as suas ações. Assim, a participação de Marina no cenário eleitoral implicaria deixar de lado os sonhos que ela cultiva e se render ao pragmatismo político.

A próxima sequência discursiva a ser analisada faz referência à decisão tomada por Marina Silva, em outubro de 2013, de se filiar ao PSB e ser vice na chapa com Eduardo Campos nas eleições de 2014, fato que ocorreu após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter rejeitado um recurso que permitiria a criação da REDE.

(7) **Para justificar sua decisão**, Marina apontou em conversas reservadas a saúde frágil como potencial empecilho para uma agenda de campanha presidencial (“Eu seria desossada”) e **disse achar bom ter a seu lado alguém com experiência em gestão (“Alguém para realizar meus sonhos enquanto eu continuo sonhando”)** (VEJA, 16/10/2013, grifo nosso).

No fragmento acima, verificamos que a justificativa apresentada pela candidata Marina para aliar-se ao candidato Eduardo Campos é a de que essa aliança possibilitaria que ela continuasse sonhando, ao mesmo tempo em que o candidato seria capaz de concretizar os sonhos dela.

Notamos, inicialmente, que Marina identifica-se com a posição-sujeito utópico, constituída pelo atravessamento de certos efeitos-sentido de sonho. Em 7, o efeito-sentido de sonho diz respeito às coisas nas quais acreditamos, a um ideal que possuímos e que norteia nossas ações. O uso da expressão “realizar meus sonhos” indica que, na sequência discursiva analisada, o sonho é algo que pode ser realizado; não se trata apenas das aspirações que o indivíduo possui, mas daquilo que, após ter sido idealizado em um primeiro momento, pode vir a ser efetivado em situações cotidianas. No efeito-sentido identificado, o sonho é, mais precisamente, aquilo que desejamos e que queremos ver realizado.

Além disso, o efeito de “sonhando” - na expressão “enquanto eu continuo sonhando” - está relacionado a um movimento contínuo de idealização. O trecho “alguém para realizar meus sonhos enquanto eu continuo sonhando” ratifica esse efeito, uma vez que, ainda que determinados sonhos sejam colocados em prática, isso não impede que o sonhador permaneça nessa condição.

No tópico 3.2.3 deste capítulo, mostramos que o efeito-sentido de sonho, na Psicanálise, refere-se à realização de um desejo. Na sequência discursiva 7, o sonho também é a realização de um desejo, no entanto, diferentemente da Psicanálise, trata-se de um desejo

consciente. Se em Freud o sonho é a realização de um desejo, operamos um deslocamento para que seja possível afirmar que, na sequência discursiva analisada, o sonho é a realização consciente de um desejo e, mais especificamente, dos desejos da candidata Marina Silva.

Acrescentamos ainda que, nesse excerto, a capacidade de colocar em prática as questões que Marina almeja, no universo da política, está vinculada a um certo tipo de pessoa: a que tem “experiência em gestão”. Isso indica que os sonhos de Marina estão relacionados a questões de administração, planejamento e organização do País, o que faz com que nem toda pessoa esteja apta para realizá-los. Assim, a escolha de Marina é justificada, visto que a aliança com Eduardo Campos se deve ao fato de ele parecer ser um bom gestor, requisito importante para que os sonhos da candidata sejam realizados.

Vejamos o excerto seguinte:

(8) **Ela não passa de uma amadora**, diz Aécio Neves. Marina responde: **“Melhor ser amador do sonho que profissional das escolhas erradas”**. [...] **Marina não tem resposta para uma enormidade de questões – entre elas, como a “nova política” poderá ser diferente da “velha política”, se concessões e alianças são essenciais para aprovar reformas, governar o país e transformar em realidade seus sonhos. Marina tem convicções pessoais que precisará reavaliar ou abandonar se quiser mesmo colocar o país nos trilhos do futuro**, abraçar as novas famílias e os estudos de células-tronco (ÉPOCA, 20/08/2014, grifo nosso).

Em relação ao fragmento acima apresentado, apontamos, inicialmente, a materialização de um discurso segundo o qual a candidata Marina Silva, no cenário das eleições de 2014, não é bem preparada para desempenhar a função que almeja. A expressão “amadora”, utilizada para caracterizar Marina, produz esse efeito, segundo o qual ela está no nível da superficialidade em relação ao que se espera de um bom candidato, considerado capacitado para desempenhar determinado papel.

No entanto, um funcionamento diferente também se verifica na sequência discursiva 8. Na posição-sujeito com a qual Marina se identifica, qual seja, a de sujeito utópico, é melhor manter a coerência com aquilo no que se acredita e se deseja alcançar, ainda que de modo amador, do que fazer, com eficiência e diligência, escolhas consideradas erradas. Nota-se, a partir disso, que a posição-sujeito utópico é atravessada por certo efeito-sentido de sonho, segundo o qual o sonho se refere às aspirações que o indivíduo possui.

A oposição entre sonho e realidade, já discutida neste capítulo, também é materializada na sequência discursiva 8. Neste caso, o efeito-sentido de sonho está relacionado ao que é idealizado, imaginado, desejado, e que pode ser transposto para a esfera do real. Segundo o que

é apontado na sequência discursiva, não se sabe se, diante das circunstâncias, a candidata Marina seria capaz, em um eventual governo, de conciliar (e até mesmo rever ou abrir mão) as coisas nas quais acredita e as diferentes questões que compõem a realidade do Brasil. Produz-se, então, um efeito de dúvida: não se sabe se, em determinada conjuntura, é possível preservar os sonhos nos quais se acredita.

Vejamos a próxima sequência discursiva:

(9) Ao dizer que tem as melhores propostas, Aécio **criticou a adversária Marina Silva**, sem citar o seu nome. **“Não quero apenas apresentar sonhos”, disse, reiterando que** tem os melhores colaboradores em seu time e que **as propostas para mudar o País foram elaboradas em bases concretas** e estão sendo discutidas há algum tempo (ESTADÃO, 01/09/2014, grifo nosso).

No fragmento analisado, há uma oposição entre “sonhos” e “concretude”, que assinala uma distinção entre o que se idealiza e o que é, de fato, possível desenvolver. No discurso materializado nesse excerto, no contexto das eleições, os candidatos mais bem preparados são aqueles que possuem propostas “concretas”, ou seja, que podem ser viabilizadas na prática.

Levando em consideração que o efeito-sentido de sonho, na sequência discursiva 9, refere-se ao que se deseja realizar, notamos que, para o discurso materializado no excerto, no cenário eleitoral, os candidatos que “apenas apresentam sonhos” não são os mais capacitados para exercer a função que almejam, tendo em vista que o sujeito político deve apresentar, também, alternativas para efetivar as propostas que visam ao bom desenvolvimento do País. Destacamos que o uso do termo “apenas”, na sequência discursiva 9, indica que o ato de cultivar sonhos não é, por si só, ruim. O problema se dá na medida em que o candidato deixa de mostrar aos eleitores os caminhos que ele percorrerá para tornar viáveis, em um eventual mandato, as propostas apresentadas durante a campanha.

De acordo com o que é apontado na sequência discursiva 9, Marina se enquadra na categoria de candidatos que “apenas apresentam sonhos”, mas não indicam os mecanismos a serem utilizados para efetivar suas propostas de governo. É a partir disso que se produz um efeito de desqualificação da candidata e de sua plataforma de governo, uma vez que ambos estariam no nível da idealização, ou seja, de um desejo cujos meios para ser realizado não são apresentados com clareza ao eleitor.

O último excerto analisado neste capítulo estabelece uma relação entre certas reflexões da candidata Marina e algumas contribuições teóricas da pensadora Hannah Arendt, como mostramos a seguir.

(10) **De que textos absorveu suas reflexões, que para muitos parecem enigmáticas, herméticas, “sonhadoras”, diferenciadas da linguagem comum dos outros políticos?** Uma de suas fontes é a pensadora alemã de origem judia Hannah Arendt [...]. As ideias de pluralidade da política e da força de “unir os diferentes”, que aparecem no repertório marinista, estão todas em evidência na obra de Arendt. Marina já tinha escrito há seis anos, quando era ministra do Meio Ambiente de Lula: **“Se tenho um exemplo para dar na minha trajetória é o da coragem, que não é a força bruta, mas sim saber lidar com sonhos e catalisar energias”.** [...] **O mantra de Marina de que na política é possível conciliar “pragmatismo e sonhos” é também outra das principais ideias extraídas da pensadora judia, referência intelectual e até religiosa da candidata evangélica.** [...] Há quem já se pergunta, como Elio Gaspari, se a guerreira Marina não acabará também na fogueira que tirou a vida da santa francesa³⁵. **Ou, perseguida como a judia Arendt porque seus sonhos e profecias políticas ainda provocam medo na “velha política”** (EL PAÍS, 01/09/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva acima, é materializado um discurso segundo o qual as reflexões propostas por Marina Silva são enigmáticas e sonhadoras, o que marca uma distinção em relação à linguagem habitualmente utilizada no universo da política. No entanto, o uso da expressão “parecem” reproduz o efeito de que a ideia anteriormente citada é apenas uma impressão; trata-se de algo que está ligado à aparência. Há, portanto, uma oposição entre aquilo que “é” e aquilo que “parece ser”, entre o que é verdadeiro e o que aparenta ser verdadeiro. Desse modo, as reflexões enigmáticas e sonhadoras da candidata apenas o são na aparência.

Notamos, a partir do que é apresentado em 10, que as reflexões de Marina derivam, em partes, das ponderações da pensadora Hannah Arendt, cuja contribuição na área da política, por exemplo, é significativa. Assim, o uso de um argumento de autoridade produz um efeito de legitimação em relação às ideias que a candidata expõe, tendo em vista que estas se baseiam, de algum modo, em uma reflexão teórica desenvolvida por Arendt.

A análise do excerto também indica que Marina identifica-se com a posição-sujeito utópico (Se tenho um exemplo para dar na minha trajetória é ... saber lidar com sonhos e catalisar energias). Essa posição-sujeito está relacionada com certo efeito-sentido de sonho, como dissemos, e esse efeito se refere, em 10, às coisas que se idealiza.

A oposição entre sonho e pragmatismo, já materializada na sequência discursiva 6, também é apontada na sequência discursiva 10, no entanto, ela (re) produz diferentes efeitos. Na sequência discursiva 6, a expressão “trocar seu sonho pelo pragmatismo político” indica que sonho e pragmatismo estão em uma relação de alternância, ou seja, de troca de uma coisa por

³⁵ Joana d’Arc.

outra. Nesse caso, há um efeito de desqualificação de Marina Silva, uma vez que a troca do sonho pelo pragmatismo, segundo o que é apontado em 6, como mostramos, implica perda de credibilidade. Na sequência discursiva 10, diferentemente, a expressão “é possível conciliar pragmatismo e sonhos” indica que sonho e pragmatismo não estão em uma relação de exclusão, de modo que, no universo da política, é possível aliar sonho e pragmatismo. Nessa perspectiva, a possibilidade de aliar esses dois elementos, considerada, na sequência discursiva 10, um mantra de Marina Silva, é associada ao pensamento de Arendt, o que reforça o efeito de legitimação que discutimos anteriormente.

Identificamos, ainda nesse excerto, o funcionamento de uma memória segundo a qual, em determinado período histórico, por defender certos ideais, inclusive políticos, o indivíduo era perseguido e poderia, inclusive, ser morto na fogueira. Na sequência discursiva analisada, há uma referência específica ao povo judeu, e, de modo particular, a Arendt. Dessa forma, por um efeito de memória, reatualiza-se o sentido de que, assim como Arendt, Marina pode ser perseguida por possuir sonhos capazes de ameaçar e amedrontar a “velha política”.

3.4 Considerações finais

A partir da análise das 10 sequências discursivas que compõem este capítulo, identificamos alguns efeitos-sentido de sonho, segundo os quais os sonhos são: i) aquilo que move e impulsiona o indivíduo a buscar caminhos para melhorar ou superar determinadas situações; ii) os ideais que norteiam as práticas do indivíduo, e que refletem uma idealização acerca das coisas que está relacionada a uma posição tradicionalista; iii) as coisas nas quais se acredita e que se deseja ver realizadas; iv) um ideal que os indivíduos possuem e que norteiam suas ações; v) as aspirações que o indivíduo possui e que podem ser efetivadas em situações cotidianas; vi) o que é esperado, o imaginado, o almejado; vii) as representações, imagens e pensamentos que se manifestam na mente do indivíduo enquanto ele dorme, e que são o meio para se receber um auxílio divino.

Esses diferentes efeitos-sentido de sonho, quando relacionados ao sujeito político Marina Silva, (re)produzem um efeito de positivação e de negativação da candidata e/ou dos sonhos que ela possui ou que caracterizam suas propostas governamentais. O efeito de positivação é verificado, por exemplo, na medida em que: i) a busca pela realização dos sonhos, que possibilita a superação, reflete um poder de resistência de Marina diante dos empecilhos; ii) os sonhos de Marina impulsionam a busca por melhores condições para o Brasil.

O efeito de negatização, por sua vez, é verificado na medida em que: i) os sonhos de Marina estão circunscritos à imaginação e não podem ser viabilizados na prática; ii) a troca do sonho por questões da ordem pragmática implica perda de credibilidade de Marina Silva; iii) apesar de a candidata possuir sonhos em relação ao futuro do Brasil, ou seja, de desejar a melhoria da Nação, ela não consegue viabilizar ações concretas para efetivar as coisas que deseja ver realizadas; iv) a participação de Marina no cenário eleitoral implicaria deixar de lado os sonhos que ela cultiva e se render ao pragmatismo político.

Neste capítulo, a oposição entre sonho e realidade é materializada em várias sequências discursivas analisadas e (re)produz diferentes efeitos, como mostramos nas análises. Dentre eles, destacamos: i) os sonhos que determinado candidato almeja para o Brasil não estão em sintonia com a realidade do País; ii) há um distanciamento entre o que se espera (aquilo que se sonha) e aquilo que é possível de ser feito em decorrência de determinadas circunstâncias, ou seja, o que é sonhado nem sempre pode ser realizado; iii) há um efeito de dúvida: não se sabe se, em determinada conjuntura, é possível preservar os sonhos; iv) no universo da política, é possível aliar sonho e realidade; v) não é possível conciliar os sonhos e a realidade; vi) a suposta participação de um candidato nas eleições é o momento de pôr à prova os sonhos que ele possui, ou seja, de verificar se, mesmo diante das situações reais que a disputa eleitoral impõe, o candidato preservará os seus sonhos; vii) no cenário eleitoral, os candidatos que “apenas apresentam sonhos” não são os mais capacitados para exercer a função que almejam, tendo em vista que o sujeito político deve apresentar, também, alternativas reais para efetivar as propostas que visam ao bom desenvolvimento do País.

4 POSIÇÃO-SUJEITO UTÓPICO E PRINCÍPIO

4.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, interessa-nos o funcionamento da posição-sujeito utópico e os efeitos-sentido de princípio a ela imbricados. No primeiro momento, a partir dos Dez Mandamentos, discutimos os efeitos-sentido de princípio na Bíblia. No segundo momento, tomando como base contribuições de autores que tratam dos princípios constitucionais e dos princípios gerais de direito, tratamos dos efeitos-sentido de princípio na área do Direito. Por último, analisamos nove sequências discursivas recortadas de textos que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina e discutimos os efeitos-sentido de princípio imbricados na posição-sujeito utópico, com a qual o sujeito político Marina Silva se identifica.

4.2 Efeitos-sentido de princípio na Bíblia

A Bíblia, que contém o Antigo e o Novo Testamento, é um dos lugares de dizer sobre princípio. No Antigo Testamento, a Lei de Deus (a Torah ou Pentateuco), também conhecida como a Lei de Moisés, foi dividida, na septuaginta, em 5 livros: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, e funciona como um conjunto de princípios universais com efeitos positivos, no universo judaico-cristão.

Neste tópico, tratamos de efeitos-sentido de princípio, tomando como base os Dez Mandamentos ou Decálogo, apresentados em Êxodo e em Deuteronômio:

- 1 E Deus falou todas estas palavras:
- 2 Eu sou o Senhor, o teu Deus, que te tirou do Egito, da terra da escravidão.
- 3 Não terás outros deuses além de mim.
- 4 Não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer coisa no céu, na terra, ou nas águas debaixo da terra.
- 5 Não te prostrarás diante deles nem lhes prestarás culto, porque eu, o Senhor, o teu Deus, sou Deus zeloso, que castigo os filhos pelos pecados de seus pais até a terceira e quarta geração daqueles que me desprezam,
- 6 mas trato com bondade até mil gerações aos que me amam e obedecem aos meus mandamentos.
- 7 Não tomarás em vão o nome do Senhor, o teu Deus, pois o Senhor não deixará impune quem tomar o seu nome em vão.
- 8 Lembra-te do dia de sábado, para santificá-lo.
- 9 Trabalharás seis dias e neles farás todos os teus trabalhos,
- 10 mas o sétimo dia é o sábado dedicado ao Senhor, o teu Deus. Nesse dia não farás trabalho algum, nem tu, nem teus filhos ou filhas, nem teus servos ou servas, nem teus animais, nem os estrangeiros que morarem em tuas cidades.
- 11 Pois em seis dias o Senhor fez os céus e a terra, o mar e tudo o que neles existe, mas no sétimo dia descansou. Portanto, o Senhor abençoou o sétimo

dia e o santificou.

12 Honra teu pai e tua mãe, a fim de que tenhas vida longa na terra que o Senhor, o teu Deus, te dá.

13 Não matarás.

14 Não adulterarás.

15 Não furtarás.

16 Não darás falso testemunho contra o teu próximo.

17 “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem seus servos ou servas, nem seu boi ou jumento, nem coisa alguma que lhe pertença”.

A sequência discursiva acima, enunciada de uma posição-sujeito, cujo sujeito-forma ou forma-sujeito constitui o saber universal do discurso judaico-cristão, trata dos Dez Mandamentos, escritos, segundo a Bíblia, originariamente por Deus, registrados primeiramente no livro de Êxodo (20:2-17) e, posteriormente, no livro de Deuteronômio (5:6-21), com palavras similares. Nessa sequência citada, os versículos 1 e 2 indicam Deus na posição-sujeito-autor e fonte do saber, dando legitimidade ao dizer; o versículo 3 refere-se ao primeiro mandamento; os versículos 4 a 6, ao segundo mandamento; o versículo 7, ao terceiro mandamento; os versículos 8 a 11, ao quarto mandamento; o versículo 12, ao quinto mandamento; o versículo 13, ao sexto mandamento; o versículo 14, ao sétimo mandamento; o versículo 15, ao oitavo mandamento; o versículo 16, ao nono mandamento; o versículo 17, ao décimo mandamento.

Escritos em hebraico, em duas tábuas de pedras, no Monte Sinai, os Dez Mandamentos, ou Decálogo, são a Lei de efeito moral³⁶ que, segundo a Bíblia, após o êxodo do Egito, foi entregue ao profeta Moisés, aqui compreendido, discursivamente, como sujeito *porta-voz*³⁷ que enuncia, em nome de Deus, ao povo, os mandamentos do amor do povo a Deus (do primeiro ao quarto mandamento) e do povo ao seu próximo (do quinto ao décimo mandamento). Aqui, o sujeito porta-voz, legitimado no discurso religioso, retoma o dizer de Deus, por ele representado, e enuncia a vontade revelada, como mediador entre o poder e a aliança de Deus e o povo.

Os princípios que atravessam a materialidade opaca exposta em regras, nos Dez Mandamentos, são os seguintes: i) Lealdade a Deus (primeiro mandamento); ii) Adoração a

³⁶ O efeito moral indica deveres ou obrigações do sujeito perante si mesmo. O efeito moral tem caráter subjetivo.

³⁷ Conein (1980) trata do porta-voz como um enunciador que se inclui como membro de um grupo em nome do qual fala e se constituindo “um agente coletivo em movimento” desse grupo. Pêcheux ([1982] 1990) retoma essa categoria e reconfigura dentro do quadro da Análise de Discurso para tratar da Revolução Francesa, Revolução Socialista e as revoluções do século XX com o objetivo de analisar os paradoxos próprios do discurso político. Para esse autor, o sujeito porta-voz “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17).

Deus (segundo mandamento); iii) Reverência a Deus (terceiro mandamento); iv) Santificação diante de Deus (quarto mandamento); v) Respeito às autoridades (quinto mandamento); vi) Preservação da vida (sexto mandamento); vii) Fidelidade ao cônjuge (sétimo mandamento); viii) Honestidade ao próximo (oitavo mandamento); ix) Veracidade em tudo (nono mandamento); x) Contentamento com o que tem (décimo mandamento).

Os princípios, na perspectiva da Bíblia, têm efeitos de valor moral válidos em todo tempo, em todo lugar, para todas as pessoas e para todos os assuntos. As regras e as normas são flexíveis, mas devem ser estabelecidas com base nos princípios.

4.3 Efeitos-sentido de princípio no campo jurídico

O campo do Direito ou jurídico é também um dos lugares de dizer sobre princípio; um lugar que produz gesto de interpretação e (re)significa dizeres.

Ao discutir o conceito de princípio a partir do foco constitucional, Fazoli (2007) explica que, “inicialmente, os princípios não tinham força de norma jurídica”³⁸. Nesse caso, o efeito-sentido de princípio está relacionado às advertências de caráter moral ou político, ou seja, a direcionamentos. Em se tratando do Brasil, Fazoli (2007) destaca que até a chegada da Constituição Federal de 1988 as normas constitucionais e os princípios jurídicos não possuíam efetividade, pois não havia vontade política para que a sua aplicabilidade fosse assegurada e não se admitia a força normativa aos seus textos. No entanto, no decorrer dos anos, os princípios foram “reconhecidos como verdadeiras normas com eficácia jurídica e aplicabilidade direta e imediata”³⁹ (BARROSO; BARCELLOS, 2003, p. 142 apud FAZOLI, 2007, p.14). Trata-se, portanto, de outro efeito-sentido possível de princípio, segundo o qual os princípios são normas que possuem eficácia e podem ser concretizados.

Nessa perspectiva, “os princípios devem lastrear todas as atividades jurídicas, sejam interpretativas, normativas, aplicativas ou integrativas” (FAZOLI, 2007, p. 13). No que diz

³⁸ Ao discutir as fases pelas quais os princípios passaram, Fazoli (2007, p.16) explica que, a partir do século XVI, com a emergência do jusnaturalismo e “com a crença na existência de um direito natural, isto é, em valores e pretensões que são inerentes ao homem independentemente da existência ou não de alguma norma oriunda do Estado”, os princípios eram concebidos como orientações ou como objetivos que norteiam ações e que se espera que sejam alcançados.

³⁹ Ainda no que diz respeito às fases pelas quais os princípios passaram, Fazoli (2007, p. 16) esclarece que, no século XX, período caracterizado pelo positivismo jurídico, os princípios eram “encontrados nas normas formalmente emanadas do Estado.” Na contemporaneidade, por sua vez, as ideias acerca dos princípios fazem parte de um movimento jurídico-filosófico denominado pós-positivismo, “designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem a definição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da chamada nova hermenêutica constitucional, e a teoria dos direitos fundamentais, edificada sobre o fundamento da dignidade humana. A valorização dos princípios, sua incorporação, explícita ou implícita, pelos textos constitucionais e o reconhecimento pela ordem jurídica de sua normatividade fazem parte desse ambiente de reaproximação entre Direito e Ética”. (BARROSO; BARCELLOS, 2003, p. 147; FAZOLI, 2007, p.17)

respeito às funções dos princípios, Fazoli (2007) destaca três: a normativa, a integrativa e a interpretativa. Em relação à primeira função, o autor explica que, sendo normas jurídicas, os princípios podem ser efetivados e produzem direitos subjetivos. Em se tratando da segunda função, os princípios podem ser utilizados para preencher lacunas jurídicas. No que se refere à terceira função, os princípios podem condicionar a atividade do intérprete.

Ainda no que diz respeito à primeira função, Fazoli (2007) explica que os princípios, assim como as regras, têm função normativa, e ambos são espécies das quais as normas são o gênero. No entanto, os princípios e as regras se diferem⁴⁰: de um lado, os princípios têm maior grau de abstração, uma estrutura aberta e podem ser aplicados em um grande número de situações; de outro lado, as regras são mais objetivas, têm uma estrutura fechada e se referem a situações mais específicas⁴¹.

Conforme o autor, os valores essenciais de determinada sociedade são o objeto dos princípios jurídicos. Nessa perspectiva, o princípio tem efeito de

uma norma com alto grau de abstração que expressa um valor fundamental de uma dada sociedade e, estando na base do seu ordenamento jurídico, limita as regras que com ele se relacionam, integra as lacunas legais, serve de parâmetro para a atividade interpretativa e, por possuir eficácia, pode ser concretizado e gerar direitos subjetivos (FAZOLI, 2007, p. 26).

Dentre os princípios constitucionais, é possível distinguir os implícitos e explícitos. A esse respeito, Pretel (2009) explica que os princípios constitucionais explícitos são aqueles que se manifestam claramente na linguagem do Direito, ou seja, os dispostos expressamente no texto, enquanto os implícitos são aqueles que, apesar de não escritos nas leis, funcionam como as bases do Direito, como os preceitos essenciais para a “prática e proteção dos direitos”. Segundo a autora, a Carta Magna reconhece os dois tipos de princípios, que se caracterizam como “os valores supremos e fundantes de nosso ordenamento jurídico. Em verdade, determinam todas as diretrizes e interpretações da legislação pátria” (PRETEL, 2009). Pela qualidade normativa especial, tem, pois, efeito-sentido de promover, conforme mostra a autora, a coesão, a unidade interna de todo o sistema.

⁴⁰ As diferenças entre regras e princípios também são discutidas, por exemplo, por Galdino e Barreto (2007), que mostram que a questão é compreendida de modos distintos a depender da perspectiva analisada.

⁴¹ Reale (2001, p. 25) reconhece que não é simples identificar, aplicar e concretizar um direito subjetivo proveniente de um princípio. No entanto, as características dos princípios, especialmente o seu caráter normativo, indicam que é possível concretizá-los, ainda que não exista uma regra. Na atualidade, segundo o autor, é primordial que todo operador do Direito “vise à concretização dos princípios de forma direta, sem a necessidade de outras regras”.

No que tange aos princípios gerais⁴², Reale (2001) pontua que estes estão previstos no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, segundo o qual nos casos de omissão da norma jurídica o juiz decidirá o caso com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito. Assim, levando em consideração que o sistema das leis não abarca todas as situações possíveis, pode-se recorrer aos princípios gerais do direito que, no entanto, não servem apenas para completar as lacunas da legislação. Na verdade, “toda a experiência jurídica e, por conseguinte, a legislação que a integra, repousa sobre princípios gerais de direito, que podem ser considerados os alicerces e as vigas mestras do edifício jurídico” (REALE, 2001, p. 297).

Nessa perspectiva, os princípios gerais de direito são “enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico, quer para a sua aplicação e integração, quer para a elaboração de novas normas” (REALE, 2001, p.286). Dessa forma, os princípios são utilizados tanto na área da pesquisa pura do Direito quanto na de sua atualização prática. Além disso, os princípios gerais não têm a mesma amplitude, já que alguns são utilizados apenas em determinadas áreas do Direito.

O efeito-sentido de princípios gerais de direito indica que estes não se constituem como preceitos de ordem moral ou econômica, e sim como “esquemas que se inserem na experiência jurídica, convertendo-se, desse modo, em elementos componentes do Direito” (REALE, 2001, p. 287).

Os princípios gerais de direito, dessa forma, não se confundem com os princípios constitucionais, pois estes possuem força vinculante e são o ponto de partida de qualquer atividade judicante, seja de interpretação, integração ou de aplicação da lei. Os princípios constitucionais têm observância necessária e obrigatória em qualquer situação, sob pena de invalidade da atividade judicante por vício de inconstitucionalidade. Câmara (2007, p. 20) afirma que

Os princípios constitucionais devem ser aplicados em primeiro lugar (e não em último), o que decorre da supremacia das normas constitucionais sobre as demais normas jurídicas. Entende-se por princípios gerais de direito aquelas regras que, embora não se encontrem escritas, encontram-se presentes em todo o sistema, informando-o.

⁴² Galdino e Barreto (2007) esclarecem que os estudiosos não são unânimes no que diz respeito à compreensão acerca dos princípios gerais de direito, e discutem o modo como essa categoria pode ser compreendida em diferentes perspectivas. Para Rothemburg, por exemplo, os princípios constitucionais são os princípios gerais de direito. Guimarães (2003), por sua vez, postula que os princípios constitucionais se relacionam com certas partes do Direito, enquanto os princípios gerais de direito se referem a todo o ordenamento jurídico. As autoras, por outro lado, defendem que os princípios gerais de direito são normas e se configuram como um grupo mais amplo de princípios, no qual estão inseridos os princípios jurídicos, os princípios constitucionais e os princípios de direito de família.

Há vários princípios constitucionais de alta carga valorativa. Destacamos o princípio da dignidade da pessoa humana que, como direito positivado, é recente, uma vez que só foi reconhecido e manifestado em diferentes constituições depois da Segunda Guerra Mundial e da Declaração Universal da ONU de 1948, ou seja, em um momento no qual se buscou assegurar ao ser humano todos os direitos e garantias fundamentais.

A afirmação solene “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (artigo I) abre a Declaração de Direitos humanos. As primeiras declarações nacionais de direitos, a americana e a francesa, reconheceram o princípio da igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa: fundamento de todos os valores, sem distinções de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Em 1952 e 1965, as Nações Unidas aprovaram duas convenções internacionais, com o objetivo de confirmar o princípio da igual dignidade de todos os seres humanos: em 1952, sobre a igualdade de direitos políticos de homens e mulheres; em 1965, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

O princípio da igual dignidade de todos os seres humanos é hoje consagrado, no direito interno e no direito internacional, em duas dimensões: i) há a igualdade aritmética ou contratual, dominante no plano das relações interindividuais, que supõe uma paridade de situações de fato; ii) e igualdade geométrica ou proporcional, que consiste em tratar desigualmente os que se acham em situação desigual, na exata medida dessa desigualdade. Essa última dimensão do princípio da igualdade possibilitou a criação do Estado Social, indicando que classes ou grupos sociais que dispõem de menos recursos, materiais ou culturais, devem receber proporcionalmente mais dos Poderes Públicos, e vice-versa.

Na edição da vigente Constituição, em 5 de outubro de 1988, os direitos humanos passaram a ocupar uma posição de supremacia no ordenamento jurídico brasileiro. O art. 1º, inciso III, declara como fundamento da República Federativa do Brasil “a dignidade da pessoa humana”, da qual os direitos fundamentais, todos eles, são meros desdobramentos.

O Princípio da dignidade da pessoa humana tem efeito de não coisificar o indivíduo, pois é o que há de mais importante na sociedade, merecendo ser amparado em prol de uma vida digna. É, portanto, de responsabilidade do Estado, conforme Rodrigues (2012), garantir que toda pessoa possua as condições mínimas imprescindíveis para a sua sobrevivência. Assim, a

dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, conforme se verifica⁴³ no art. 1º da Constituição Federal de 1988, o que indica, segundo o autor, que a dignidade é uma condição que não pode ser negada a nenhum indivíduo, ainda que ele tenha cometido os piores crimes.

Ressaltamos que Rodrigues (2012), fundamentando-se nas contribuições de Tavares (2010), explica que existe uma discussão, no âmbito do Direito Constitucional, acerca da busca por um princípio absoluto ao qual estariam submetidos todos os outros. Sob certa perspectiva, o princípio da dignidade da pessoa humana tem efeito de princípio absoluto, uma vez que não se pode renunciar ao valor do ser humano como pessoa. Além disso, esse princípio tem efeito na maior parte dos direitos atuais fundamentais.

Os princípios constitucionais, pois, têm valor jurídico e têm efeito de supremacia sobre as demais normas e princípios jurídicos em todos os campos do Direito.

Destacamos aqui também os princípios que norteiam o Direito Ambiental. Esses princípios são universais, mas não estão condicionados, a exemplo do que ocorre no Direito Internacional tradicional, à aceitação por parte dos Estados/Países, que, em geral é feita ou pela assinatura dos tratados ou através das práticas de recepção normativa, como ocorre com os princípios que norteiam os direitos humanos. Rota (1998, p. 34) afirma que, independentemente da recepção ou aceitação das mesmas por parte dos países, deve-se aplicar o Direito Ambiental diante da relevância e da natureza do bem protegido.

Em razão da transnacionalidade incondicional dos princípios do Direito Ambiental, seus princípios encontram-se dispersos em uma multiplicidade de fontes que vão desde os tratados internacionais, os documentos institucionais decisórios ou conciliatórios proferidos na ordem internacional e a doutrina, chegando até mesmo a leis internas ou decisões de âmbito nacional de reconhecida repercussão internacional.

A Declaração do Meio Ambiente, adotada pela 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em julho de 1972, elevou o meio ambiente de qualidade ao nível de direito fundamental do ser humano, reconhecendo, do ponto de vista internacional, o direito do ser humano a um bem jurídico fundamental, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a qualidade de vida, porque a preocupação com a preservação ambiental ultrapassa o plano das presentes gerações, e busca proteção para as gerações futuras. Além disso, os danos ambientais não se atêm à esfera local, pois o que se faz em qualquer país isolado

⁴³ Baseando-se em Sarlet (2011), Rodrigues (2012) afirma que o princípio da dignidade da pessoa humana também aparece em outros capítulos da Constituição brasileira, como no *caput* do art. 170, que trata da ordem econômica como mecanismo que garante uma existência digna a todo ser humano.

do mundo pode levar a problemas ambientais globalizados. Em resumo, a Declaração Universal do Meio Ambiente declara que os recursos naturais, como a água, o ar, o solo, a flora e a fauna devem ser conservados em benefício das gerações futuras, cabendo a cada país regulamentar esse princípio em sua legislação, de modo que esses bens sejam devidamente tutelados.

No Brasil, o grande marco do surgimento do Direito Ambiental foi a edição da Lei nº 6.938, em 31 de agosto de 1981, que dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e que começou a tratar os recursos ambientais de forma integrada e holística. A maior parte dos princípios de Direito Ambiental, trazidos pela Declaração Universal sobre o Meio Ambiente, foram consagrados explicita ou implicitamente pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação ambiental de uma forma geral, e estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida, em qualquer forma que esta se apresente, e garantir um padrão de existência digno para os seres humanos desta e das futuras gerações.

Antunes (2000) afirma que não existe um consenso sobre os princípios do Direito Ambiental. Aqui apresentamos os princípios em conformidade com Milaré (2004), que cita: princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana; princípio da natureza pública da proteção ambiental; princípio de controle de poluidor pelo Poder Público; princípio da participação comunitária; princípio do poluidor-pagador; princípio da prevenção; princípio da função social da propriedade; princípio do desenvolvimento sustentável; e princípio de cooperação entre os povos.

O Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa tem efeito direto no direito à vida, tanto sob a perspectiva da própria existência física e saúde dos seres humanos, quanto sob o aspecto da dignidade da pessoa humana. Já o Princípio da natureza pública da proteção ambiental tem efeito de manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo, incumbindo ao Poder Público e à sociedade sua preservação e sua proteção.

O Princípio de controle de poluidor pelo Poder Público tem efeito de impedir que o “custo zero” dos serviços e recursos naturais acabe por conduzir o sistema de mercado a uma exploração desenfreada do meio ambiente. O Princípio do poluidor-pagador, por seu turno, tem efeito de um mandamento para que o potencial causador de danos ambientais preventivamente arque com os custos relativos à compra de equipamentos de alta tecnologia para prevenir a ocorrência de danos.

O Princípio da prevenção foi considerado como o mega princípio do direito ambiental, constando como princípio nº 15 da ECO-92. O princípio da prevenção relaciona-se ao perigo concreto de um dano, ou seja, sabe-se que não se deve esperar que ele aconteça, fazendo-se

necessário, portanto, a adoção de medidas capazes de evitá-lo. O princípio da prevenção determina que os danos ambientais devem ser primordialmente evitados, já que são de difícil ou de impossível reparação. O princípio da precaução, por sua vez, estabelece a vedação de intervenções no meio ambiente, salvo se houver a certeza de que as alterações não causarão reações adversas, já que nem sempre a ciência pode oferecer à sociedade respostas conclusivas sobre a inocuidade de determinados procedimentos.

O Princípio da participação comunitária, por sua vez, tem efeito de garantir o direito de os cidadãos serem informados e educados pelo Poder Público, em audiências públicas, por exemplo, para que, assim, possam intervir de forma ativa na formulação e execução das políticas ambientais.

O Princípio da função social da propriedade tem efeito de uso da propriedade condicionado ao bem-estar social. O Princípio do desenvolvimento sustentável sustenta que os recursos ambientais são finitos, e, portanto, as atividades econômicas não devem se desenvolver alheias a essa realidade. Deve haver harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. O Princípio de cooperação entre os povos tem efeito livre intercâmbio de experiências científicas e do mútuo auxílio tecnológico e financeiro entre os países, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais.

Violar princípios dos direitos humanos, a exemplo dos mencionados, representa, portanto, insurgência contra todo o sistema e subversão dos valores jurídicos fundamentais, tanto em nível nacional quanto internacional.

4.4 Efeitos-sentido de princípio e posição-sujeito utópico

Isto posto, neste tópico, analisamos nove sequências discursivas retiradas de textos que fazem parte do *corpus* da pesquisa que originou este trabalho, e discutimos efeitos-sentido de princípio na posição-sujeito utópico, com a qual o sujeito pragmático Marina Silva se identifica.

A sequência discursiva a seguir trata da representação imaginária de como o outro percebe a então candidata Marina na campanha presidencial de 2010. Vejamos:

(1) Como é difícil imaginar que a indústria possa ser movida exclusivamente à base de energia eólica, as usinas nucleares seriam uma alternativa, admitida até pelo empresário Guilherme Leal, candidato a vice na chapa do PV. Leal, porém, argumenta que o custo delas ainda é alto demais. **Independentemente do valor, Marina tem, por “princípio”, se revelado terminantemente contra a construção de Angra 3, desde os tempos em que era ministra do**

Meio Ambiente. E também “por princípio”, a ministra Marina barrou projetos considerados fundamentais para o desenvolvimento do País, como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, o que contribuiu para que deixasse o governo. A aguerrida seringueira perdeu o poder, mas não abdicou de suas convicções. E, se agiu assim quando estava no governo, nada indica que será diferente na campanha (ISTOÉ, 09/06/2010, grifo nosso).

Na sequência discursiva acima, está materializado um discurso da posição-sujeito utópico que não fere os princípios do direito ambiental. Os efeitos-sentido de princípio, nessa materialidade, estão relacionados aos efeitos do princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa que tem efeito direto no direito à vida (existência física, saúde e dignidade); do princípio da natureza pública da proteção ambiental; aos efeitos dos princípios de prevenção e de precaução, segundo os quais é necessário prevê-se e antevê-se a consequência danosa, daí o posicionamento desfavorável à construção de Angra 3 e das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau; ao efeito do princípio do desenvolvimento sustentável, segundo o qual os recursos naturais são finitos e, por isso, deve haver harmonia entre o postulado do desenvolvimento econômico e da preservação do meio ambiente. No funcionamento da posição-sujeito utópico, portanto, todos os projetos “considerados fundamentais para o desenvolvimento do País” não podem ser alheios a essa realidade.

Na sequência discursiva 2, a temática discutida é o aborto e a união de pessoas do mesmo sexo:

(2) Evangélica praticante, também “por princípio”, a candidata se declara contra o aborto e a união entre pessoas do mesmo sexo. Não ignora que está, no entanto, diante de uma demanda real da sociedade. E quando colocada diante dessa contradição, mais uma vez a candidata se mostra capaz de sonhar. “Questões como liberação da maconha e aborto devem ser resolvidas por plebiscito e não pelo presidente”, advoga a ex-ministra, que, contraditoriamente, condena a democracia direta preconizada pelo venezuelano Hugo Chávez (ISTOÉ, 09/06/2010, grifo nosso).

Na sequência discursiva, os efeitos-sentido de princípio estão relacionados, de um lado, a princípios religiosos, tais como: Lealdade a Deus, Adoração a Deus Reverência a Deus; Santificação diante de Deus, materializados do primeiro ao quarto mandamentos, e indicados na expressão “evangélica praticante”; e, de outro lado, jurídicos. O saber em funcionamento na posição-sujeito utópico entrecruza princípios universais de efeito moral e de efeito jurídico⁴⁴.

⁴⁴ O efeito jurídico indica direitos e obrigações frente ao outro. Nesse efeito, direitos e obrigações têm caráter intersubjetivo e devem ser cumpridos, pois são marcados pela alteridade, ou seja, se referem ao outro e não apenas ao próprio sujeito.

Dessa posição, o aborto fere o princípio da preservação da vida, materializado no sexto mandamento não matarás; no texto constitucional, cujo objeto da tutela é a vida humana que constitui a fonte primária de todos os outros bens jurídicos em situações jurídicas, políticas, econômicas, morais e religiosas do Homem; nos art. 124 e 125 do Código Penal brasileiro, que enquadra o aborto como crime contra a vida humana, exceto quando praticado por médico capacitado em três situações: quando há risco de vida para a mulher causado pela gravidez, quando a gravidez é resultante de um estupro e recentemente, também, para feto anencéfalo, de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela Arguição de Descumprimento do Preceito Fundamental- ADPF 54, votada em 2012.

No conteúdo do direito à vida no texto constitucional, a sexualidade é parte do direito de liberdade e integra o direito à intimidade e à vida privada e, como tais, são direitos fundamentais substanciados no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Brasileira, e que exclui todo e qualquer tipo de discriminação. No tocante à validade e eficácia das relações socioafetivas, o efeito-sentido de princípio na posição sujeito-utópico à qual o sujeito pragmático Marina Silva se identifica é religioso, tem efeito moral. Mas no funcionamento dessa posição-sujeito, há reconhecimento do efeito jurídico, já que há “uma demanda real da sociedade”. O mesmo vale para a liberação da maconha e do aborto: “Questões como liberação da maconha e aborto devem ser resolvidas por plebiscito e não pelo presidente”. Dessa forma, é colocada a possibilidade de as demandas da sociedade serem resolvidas pelo direito de liberdade da própria sociedade, e não da posição-sujeito do gestor político.

A sequência discursiva apresentada a seguir faz referência ao momento em que o recurso que possibilitaria a criação do partido REDE foi rejeitado pelo TSE, em 2013:

(3) A hesitação da ex-senadora em definir a candidatura a presidente repete o conflito que marca sua carreira: manter intocáveis os seus princípios ou ceder ao pragmatismo? [...] A dificuldade de Marina em decidir o caminho a seguir reflete uma carreira marcada pelo confronto entre a defesa dos seus ideais e as realidades com que ela muitas vezes deparou e de que não gostou (VEJA, 09/10/2013).

A sequência discursiva 3 materializa uma oposição entre “princípio” e “pragmatismo”, bem como entre “ideais” e “realidade”. Essa oposição, sob a perspectiva discursiva, (re)produz um efeito de distanciamento entre princípios e normas da sociedade, entre ideal e realidade.

Princípios aqui tem efeito do que não é realizável. O efeito que se produz nessa sequência é que para ser candidata a presidente é preciso ceder ao pragmatismo.

A próxima sequência discursiva analisada faz referência a uma matéria sobre Marina Silva publicada no *Wall Street Journal*. Vejamos:

(4) Em termos genéricos, o *Wall Street Journal* lembra que, **para os críticos, os princípios rígidos de Marina Silva podem atrapalhar as negociações e os compromissos necessários para governar** (VEJA, 19/08/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva 4, o efeito-sentido de princípio é de inflexibilidade, portanto, de problema para a governabilidade. A posição sujeito-utópico com a qual Marina se identifica e a posição-sujeito-gestor são apresentadas como não compatíveis entre si. Na posição sujeito-utópico, todo bem jurídico, econômico, social, político, religioso, etc, é sustentado por princípios, normas e leis emanados desses princípios com efeito moral e jurídico. Para ocupar a posição-sujeito de gestor e governar, o sujeito pragmático, nessa discursividade, deve mostrar que é possível insurgir e subverter tanto valores morais quanto valores jurídicos, fundamentados por princípios tanto em nível nacional quanto internacional.

A sequência discursiva 5 trata de estratégias traçadas pela coligação do sujeito pragmático Marina Silva, candidata na eleição presidencial de 2014. Vejamos:

(5) **Acrecentou que, diante da chance real de Marina medir forças com Dilma Rousseff, era preciso começar a considerar a necessidade de costurar alianças futuras.** Marina evocou a sucessão de 2010, quando obteve quase 20 milhões de votos cavalcando apenas a estrutura do PV. Freire ponderou que, a despeito do desempenho surpreendente, Marina não disputava com chances reais de êxito. Agora é diferente, ele disse. A hipótese de chegar ao Planalto deixou de ser um sonho. **E as alianças já não têm utilidade apenas eleitoral. Acha que Marina precisa equipar-se para governar o país. Disse acreditar que é possível negociar acordos sob as regras da política tradicional sem trair princípios caros à candidata** (UOL, 22/08/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva 5, o sujeito pragmático Marina Silva é apresentado com possibilidades reais de disputar a presidência com o sujeito pragmático Dilma Rousseff, apontando a possibilidade de realização de alianças. Há um efeito de vitória no dizer “as alianças já não têm utilidade apenas eleitoral. [...] Marina precisa equipar-se para governar o país.” As possíveis alianças são para a disputa eleitoral, mas também para governar a Nação. Princípio, nessa sequência, tem efeitos de valor moral, válidos em todo tempo, em todo lugar, para todas as

pessoas e para todos os assuntos, e efeitos de valor jurídico, válidos no campo jurídico nacional e internacional. As regras e as normas são flexíveis e devem ser estabelecidas com base nos princípios. Esse efeito é indicado na expressão “é possível negociar acordos sob as regras da política tradicional sem trair princípios caros à candidata.”

A sequência discursiva 6 refere-se à declaração dada pelo sujeito pragmático Marina Silva na campanha eleitoral de 2014 em relação a duas questões: a primeira diz respeito às críticas que ela recebeu de algumas pessoas e instituições, dentre elas o sujeito pragmático pastor Silas Malafaia, acerca de alterações feitas em seu programa de governo no tocante às relações socioafetivas; a segunda se refere à política externa:

(6) Segundo Marina, as pessoas acreditam que foi ela quem fez a mudança no texto, por ser evangélica. “Eu não me sinto pressionada por ele e nem por ninguém. **Vou agir de acordo com a Constituição e com o princípio do Estado laico**”, garantiu. [...] Em relação à política externa, a candidata afirmou que vai priorizar os interesses estratégicos do Brasil e que **seu compromisso com a democracia e os direitos humanos será “inarredável”**. **“Não se coloca o interesse econômico e o interesse ideológico acima dos princípios”**, disse (ESTADÃO, 04/09/2014, grifo nosso).

Na sequência discursiva 6, os dizeres “Vou agir de acordo com a Constituição e com o princípio do Estado laico⁴⁵”; “a candidata afirmou que vai priorizar os interesses estratégicos do Brasil e que seu compromisso com a democracia e os direitos humanos será ‘inarredável’”; “Não se coloca o interesse econômico e o interesse ideológico acima dos princípios” reafirmam que, no saber da posição-sujeito utópico, com a qual o sujeito pragmático Marina Silva se identifica, os princípios constitucionais e internacionais não devem ser violados.

A laicidade, conforme Zylbersztajn (2012), caracteriza-se como um princípio constitucional implícito e, portanto, nacional, e, sendo um princípio, é um mandamento de otimização⁴⁶. A autora explica que

a laicidade é um princípio constituído por diversos elementos constitucionais, nos termos do art. 5º, § 2º⁴⁷ da constituição federal, sendo o primeiro deles a

⁴⁵ Zylbersztajn (2012, p. 40) esclarece que o Estado laico é “aquele que, por meio de suas instituições, garante a todos os cidadãos o tratamento livre e igualitário independente do exercício de uma fé específica”.

⁴⁶ Os mandamentos de otimização são “normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes” (ALEXY, 2008, p. 90 *apud* ZYLBERSTAJN, 2012, p. 59). Segundo Zylbersztajn, isso indica que a laicidade é algo exigido pela Constituição na maior medida possível, considerando-se as possibilidades fáticas e jurídicas.

⁴⁷ § 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

própria determinação de democracia (art. 1º ⁴⁸). Somam-se a esse elemento básico as diretrizes de garantia de direitos fundamentais (art. 5º ⁴⁹), especialmente a igualdade e a liberdade – incluída aí a liberdade religiosa⁵⁰. Por fim, a laicidade brasileira é fortalecida pela determinação de separação entre Estado e Igreja (art. 19, I ⁵¹) (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 5).

O Brasil é, portanto, um Estado laico, uma vez que a Constituição Cidadã prevê a liberdade de crença religiosa, bem como a proteção e respeito às manifestações religiosas. Se a laicidade do Estado é um princípio constitucional implícito, a dignidade da pessoa humana é um princípio constitucional explícito que tem valor jurídico universal. A dignidade humana e os direitos fundamentais constituem, como vimos no tópico 4.2, os princípios constitucionais que: i) incorporam exigências de justiça e de valores éticos; ii) e conferem suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

A sequência discursiva 7 trata de uma das críticas que os tucanos fizeram para a candidata Marina nas eleições de 2014. Vejamos:

(7) Do lado tucano, a crítica maior se refere à incoerência política de Marina, que seria movida apenas por seu desejo de poder. Nos comerciais, a equipe de Aécio alega que Marina permaneceu o quanto pôde no PT, mesmo durante a crise do chamado “mensalão”, e só deixou o partido quando percebeu que não seria escolhida pelo ex-presidente Lula para sucedê-lo. Ou seja: a mensagem é a de que ela se move mais por ambição do que por princípios. Na realidade, seria mais pragmática do que “sonhática” (ISTOÉ, 17/09/2014).

Há um movimento de desqualificação do sujeito pragmático Marina Silva. Se nas sequências anteriores o efeito-sentido de princípio tem um funcionamento negativo na posição-sujeito utópico com a qual o sujeito pragmático Marina Silva se identifica, na sequência 7, o efeito-sentido de princípio tem um funcionamento positivo. O pragmatismo que, nas sequências anteriores, tem efeito positivo, nessa, tem efeito negativo. O sujeito pragmático Marina Silva é desqualificado e apresentado como não confiável por se mover da posição-sujeito utópico para

⁴⁸ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...] Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

⁴⁹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

⁵⁰ Art. 5º, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

⁵¹ Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

a posição-sujeito pragmático por ambicionar e desejar o poder. A expressão “sonhática”, como já mostramos, no capítulo 3⁵², indica a existência, entre os aliados do sujeito pragmático Marina Silva, de um grupo denominado “sonháticos”, que se identifica com a posição-sujeito utópico. O efeito dessa expressão é também de desqualificação.

Após a morte do sujeito pragmático Eduardo Campos, então candidato à Presidência da República, o sujeito pragmático Marina Silva, que ocupava a posição de vice na chapa do PSB, assumiu a candidatura a presidente e, junto, as alianças de campanha que tinham sido feitas pelo candidato morto. A sequência discursiva 8 trata dessa questão:

(8) Diante de sua queda nas pesquisas, Marina Silva (PSB) reviu seus princípios, em um movimento típico da “velha política”. A presidenciável, tudo indica, não se sente mais tão constrangida em abraçar alianças negociadas pelo falecido Eduardo Campos contra a sua vontade. O importante agora é garantir os votos que a levem ao segundo turno. Cerca de um mês e meio depois de se recusar a embarcar no avião que vitimou Campos para não se encontrar com Geraldo Alckmin (PSDB), governador de São Paulo, a ex-ministra autorizou os correligionários a distribuir panfletos nos quais sua imagem aparece ao lado daquela do tucano. Nasce a dobradinha “Geraldina”. Morre mais uma ilusão dos “sonháticos” (CARTA CAPITAL, 23/09/2014).

A sequência discursiva 8 apresenta o sujeito pragmático Marina Silva, candidata a presidente da República, movimentando-se para a posição-sujeito da “velha política”, na qual é possível mudança e alternância de princípios para se conquistar posições de poder político, como materializado nas expressões linguísticas: “Diante de sua queda nas pesquisas, Marina Silva (PSB) reviu seus princípios”; “A presidenciável, tudo indica, não se sente mais tão constrangida em abraçar alianças negociadas pelo falecido Eduardo Campos contra a sua vontade”; “O importante agora é garantir os votos que a levem ao segundo turno”.

Princípio, nessa posição-sujeito da chamada “velha política”, tem efeito de flexibilidade e não vale para todos, em todas as épocas e em todos os lugares, ou seja, tem efeito de normas, regras e acordos que podem ser alterados de acordo com as circunstâncias. O efeito-sentido de princípio como regra e norma aqui tem valor ético e moral, e não jurídico.

O dizer “é possível negociar acordos sob as regras da política tradicional sem trair princípios”, que aparece na sequência discursiva 5, analisada neste capítulo, contradiz o dizer da sequência discursiva 8 “Diante de sua queda nas pesquisas, Marina Silva (PSB) reviu seus princípios, em um

⁵² A esse respeito, ver análise da sequência discursiva 6 no capítulo 3.

movimento típico da ‘velha política’. A presidenciável, tudo indica, não se sente mais tão constrangida em abraçar alianças. [...] Morre mais uma ilusão dos ‘sonháticos’”.

O efeito de princípio do dizer da sequência 5, como vimos, tem efeitos de valor moral, válidos em todo tempo, em todo lugar, para todas as pessoas e para todos os assuntos, e efeitos de valor jurídico, válidos no campo jurídico nacional e internacional. Princípio, no dizer da sequência 8, tem efeito-sentido de regras, normas e acordo, de modo que estes, da posição-sujeito utópico, são flexíveis e são estabelecidos com base nos princípios que refletem os grandes valores éticos e se expressam sob a forma de normas gerais, da mais ampla aplicabilidade.

A sequência discursiva 9 diz respeito a uma enunciação do sujeito pragmático Marina Silva, após os resultados da eleição presidencial de 2014:

(9) Agora eu volto para a minha militância sócio-ambiental de cabeça erguida. **Nessas eleições, além da maravilhosa votação que o Acre me deu, o Brasil me deu 22 milhões de votos, saímos maiores do que em 2010. Mais uma vez, não foi possível ganhar ganhando, mas perdemos ganhando, mantivemos os princípios, não mentimos, não desconstruímos ninguém, não fizemos campanha do ódio. Fui atacada, desconstruída durante a campanha, mas o povo brasileiro mostrou, com 22 milhões de votos, que ele acredita em um projeto político que une o Brasil (ÚLTIMO SEGUNDO, 26/10/2014, grifo nosso).**

Destacamos, inicialmente, na sequência discursiva 9, os enunciados “ganhar ganhando” e “perdemos ganhando”. A fim de compreendermos esse funcionamento, vejamos algumas observações acerca de uma das reflexões desenvolvidas por Pêcheux ([1983a] 2006) em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*

No que se refere ao enunciado “on a gagné”, tal como analisado por Pêcheux ([1983a] 2006), já discutimos brevemente, no capítulo 3, o deslocamento desse enunciado do campo dos esportes para o campo político, na ocasião da vitória do candidato François Mitterrand nas eleições presidenciais da França em 1981. A esse respeito, o autor esclarece que o enunciado em questão, que emergiu no campo esportivo, foi deslocado de um universo logicamente estabilizado para um universo irremediavelmente equívoco, ou seja, foi deslocado do campo dos esportes para o campo político.

O campo supostamente logicamente estável, de acordo com Pêcheux ([1983a] 2006), apresenta as respostas como óbvias (ou é isso ou é aquilo) e aponta respostas unívocas a possíveis perguntas. Assim, considerando uma disjunção constitutiva, acredita-se que não há possibilidade para o questionamento, para o equívoco. O universo logicamente estabilizado,

regido por uma estrutura lógica e inquestionável, é caracterizado como “construído por um conjunto relativo simples de argumentos, de predicados e de relações que se pode descrever exhaustivamente através de uma série de respostas unívocas a questões factuais.” (PÊCHEUX, [1983a] 2006, p. 22). Ainda em relação aos universos logicamente estabilizados, o autor afirma que

Esses espaços - através dos quais se encontram estabelecidos detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens- repousam em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas com interrogações disjuntivas e, correlativamente, a recusa de certas marcas de distância discursiva [...] (PÊCHEUX, [1983a] 2006, p. 31).

A busca pela homogeneidade lógica é considerada, nessa perspectiva, própria do sujeito pragmático, já que há uma necessidade de buscar o logicamente estável, ou seja, organizar as coisas dentro de um universo lógico. Essa busca pela estabilidade, no entanto, constitui-se como uma ilusão do sujeito, segundo Pêcheux ([1983a] 2006), já que esse logicamente estável é atravessado pelo equívoco, e o que se apresenta como logicamente estável é, na verdade, irremediavelmente equívoco.

No que diz respeito ao exemplo dado por Pêcheux ([1983a] 2006) em relação ao enunciado “ganhamos”, nota-se que ele emerge no campo esportivo, ou seja, é apresentado em um quadro lógico no qual se identifica certa obviedade de sentidos. No campo esportivo, o enunciado “ganhamos” indica apenas duas possibilidades: ou a vitória pertence a um time X ou pertence ao time Y, não sendo possível as duas coisas. Isso significa que no campo futebolístico não cabem perguntas como “quem ganhou?”, “ganhou o quê?”, já que “ganhamos” significa dizer que vencemos a partida. Em outras palavras, num universo logicamente estabilizado, há certa obviedade de leitura: ganhar significa ganhar, de modo que a vitória ou pertence a X ou pertence a Y.

Pêcheux ([1983a] 2006) afirma, entretanto, que os universos logicamente estáveis são atravessados pelo equívoco, e, por isso, são uma ilusão, já que todos os campos são irremediavelmente equívocos. Nos universos irremediavelmente equívocos, a disjunção aparentemente apresentada é descartada; dessa forma, há espaço para o equívoco, para o deslizamento de sentido. Assim, o autor defende que, no campo político, o enunciado “ganhamos” possibilita a ocorrência de questões como “quem ganhou?”, “ganhou o quê?”, já que o enunciado é considerado equívoco e não há espaço para um quadro lógico.

Diante do exposto, notamos que, na sequência discursiva analisada, há deslizamento de sentido de “ganhar ganhando” e “perdemos ganhando”, o que confirma uma das teses fundamentais da AD, a de que os sentidos não são estabilizados, de modo que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983a, p. 53).

Em 9, “ganhar” e “perder” não estão relacionados com os resultados obtidos pelos candidatos após as eleições, ou seja, com a contagem de votos que determina quais candidatos irão pleitear o segundo turno das eleições ou, talvez, qual será o próximo presidente da república. Não se trata, portanto, de uma disjunção ou de uma estabilização lógica na qual “ganhar” indica que a vitória nas urnas pertence a X ou Y.

No efeito-sentido identificado, “perder ganhando” está relacionado ao número de votos que o sujeito pragmático Marina Silva recebeu no Acre; ao total de 22 milhões de votos que recebeu no País, apesar do processo da tentativa de desconstrução da posição-sujeito utópico durante a campanha; ao funcionamento da posição-sujeito utópico sem violação dos princípios jurídicos relacionados aos direitos humanos que o sustentam, e dos princípios éticos e morais como o da preservação da vida; da honestidade ao próximo; veracidade em tudo, como indicado no enunciado “mantivemos os princípios, não mentimos, não desconstruímos ninguém, não fizemos campanha do ódio”.

4.5 Considerações finais

Nesse capítulo, discutimos efeitos-sentido de princípio no contexto bíblico, efeitos-sentido de princípio no campo jurídico e efeito-sentido de princípio e posição-sujeito utópico.

Vimos que, na perspectiva da Bíblia, os princípios têm efeitos de valor moral válidos em todo tempo, em todo lugar, para todas as pessoas e para todos os assuntos, e são base que fundamentam as regras e as normas que são estabelecidas em diferentes momentos da vida do homem. No campo do Direito, os princípios constitucionais têm força vinculante e observância necessária e obrigatória em todas as situações, ou seja, têm efeito de supremacia sobre as demais normas e princípios jurídicos em todos os campos do Direito. Vimos, também, que há princípios universais, a exemplo do princípio da dignidade humana e dos princípios do direito ambiental que foram reconhecidos e manifestados em diferentes constituições dos diferentes países, como o Brasil, que assinaram os tratados internacionais dos direitos humanos.

A análise dos efeitos-sentido de princípio nas nove sequências discursivas apresentadas neste capítulo indicou que, no saber da posição-sujeito utópico, com a qual o

sujeito pragmático Marina Silva se identifica, funcionam os efeitos dos princípios universais que sustentam as normas e regras da perspectiva bíblica, de um lado, e as normas e as regras da perspectiva do direito interno e do direito externo ou internacional, de outro lado. No funcionamento da posição-sujeito utópico, violar os princípios universais, portanto, é subverter valores morais e jurídicos fundamentais que garantem a preservação e proteção da vida humana e da vida, em qualquer forma que esta se apresente, e padrão de existência de dignidade humana das gerações atuais e futuras.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho se inscreve no âmbito das pesquisas que tratam da presença e da atuação das mulheres nas esferas de poder político. Da perspectiva da Análise de Discurso, interessamos investigar a discursivização sobre as mulheres que atuam nessas esferas e, especificamente na pesquisa que resultou neste trabalho, a discursivização sobre Marina Silva.

A partir da análise de sequências discursivas retiradas de textos que discursivizam sobre a candidata, e que foram veiculados na mídia entre 2009 e 2014, tentamos responder às seguintes perguntas: Na discursivização da mídia sobre eleições presidenciais de 2010 e 2014, como se dá o movimento discursivo da passagem do sujeito pragmático Marina Silva para a posição-sujeito utópico, e, portanto, sujeito do discurso? Que efeitos-sentido se constituem nessa posição-sujeito, inscritos numa rede de memória discursiva? Para respondê-las, levantamos a hipótese de que o funcionamento discursivo da posição-sujeito-utópico é imbricado pelos efeitos-sentido de utopia, efeitos-sentido de sonho e efeitos-sentido de princípio.

O nosso *corpus*, que era constituído, inicialmente, por textos veiculados nas revistas de informação *Veja* e *Istoé*, foi ampliado no decorrer do trabalho e passou a incluir textos veiculados em diferentes revistas, jornais, portais e blogs. Verificamos, assim, que a mídia, tomada como um lugar de memória discursiva, não cria discursos, mas seleciona e materializa discursos de uma época que estão em circulação na sociedade, de modo que o que foi encontrado não é exclusividade de determinado meio de comunicação, mas poderia estar materializado em diferentes esferas de circulação.

Como dissemos na introdução, na análise preliminar do *corpus* constituído, encontramos uma regularidade que despertou o nosso interesse: uma relação entre diferentes efeitos-sentido de utopia, sonho e princípio, associados à posição-sujeito utópico à qual o sujeito pragmático Marina Silva se vincula. A partir disso, foi possível formular o problema de pesquisa e a hipótese do trabalho. Após o desenvolvimento das análises, constatamos que a nossa hipótese foi confirmada em uma discussão organizada em três capítulos relacionados, mas apresentados separadamente apenas por uma questão metodológica.

No primeiro capítulo, no qual refletimos sobre a posição-sujeito utópico e a utopia, mostramos os deslizamentos de sentido e os diferentes efeitos-sentido de utopia que circulam na sociedade. Para desenvolvermos essa discussão, analisamos sequências discursivas retiradas de textos que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva e mostramos como esses efeitos-sentido identificados são associados à posição-sujeito utópico, posição com a qual a

candidata identifica-se. A partir disso, mostramos como se (re)produzem efeitos de posituação e negatuação de Marina Silva e/ou de suas propostas de governo.

No segundo capítulo, no qual discutimos a posição-sujeito utópico e o sonho, também mostramos os diferentes discursos sobre o sonho. As sequências discursivas retiradas de textos que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva serviram como base para discutirmos o modo como os diferentes efeitos-sentido de sonho são associados à posição-sujeito utópico, à qual Marina se vincula. Também discutimos o modo como se (re)produzem efeitos de posituação e negatuação da candidata e/ou dos seus planos de governo.

Por fim, no terceiro capítulo de análise, no qual tratamos da posição-sujeito utópico e do princípio, mostramos os deslizamentos de sentido de princípio. Também analisamos sequências discursivas retiradas de textos que discursivizam sobre o sujeito pragmático Marina Silva e discutimos como os efeitos-sentido de princípio são associados à posição-sujeito utópico que, como já dissemos, é uma posição com a qual a candidata identifica-se. Assim como nos dois capítulos anteriores, mostramos também como se (re)produzem efeitos de posituação e negatuação de Marina Silva e/ou de sua plataforma de governo.

Como se vê, nos três capítulos de análise, tratamos do efeito de posituação e de negatuação da candidata Marina Silva e/ou das utopias, sonhos e princípios que ela possui ou que são associados às suas propostas de governo. Esses dois efeitos a que fizemos referência não podem ser rotulados ou estabelecidos antecipadamente, pois são (re)produzidos numa relação com diferentes posições-sujeito.

Exemplo disso é que, como mostramos no capítulo 2, o efeito-sentido de utopia segundo o qual a utopia está na esfera do irrealizável pode estar associado tanto a um efeito de negatuação de Marina Silva quanto a um efeito de posituação da candidata, a depender de posição-sujeito de onde se “fala”. De determinada posição-sujeito, as propostas utópicas de Marina a desqualificam, tendo em vista que se espera do sujeito político efetividade nas propostas e ações governamentais. De outra posição-sujeito, no entanto, o caráter utópico que caracteriza as propostas de governo de Marina a qualifica, uma vez que, apesar de não poderem ser realizadas, as utopias que a candidata possui inspiram ações e impulsionam progressos.

A partir desse exemplo, esclarecemos que o que denominamos como efeito de posituação está relacionado, de modo geral, à possibilidade de considerar Marina Silva apta para ocupar as esferas de poder político e, mais especificamente, o cargo de presidente da república. Nesse caso, considera-se que a candidata é qualificada para ocupar esse lugar. O efeito de negatuação, por sua vez, está relacionado, de modo geral, à possibilidade de Marina Silva não ser considerada qualificada para ocupar esse lugar nas esferas de poder.

As análises desenvolvidas indicaram ainda que o sentido não está vinculado a uma literalidade, o que ratifica uma das teses da AD. Não se pode considerar, portanto, que uma palavra possui um sentido associado à sua literalidade. Da perspectiva da AD, que embasou teoricamente o nosso trabalho, compreendemos que há deslizamentos de sentido, e que o sentido de utopia, sonho e princípio é regulado por posições-sujeito estabelecidas historicamente.

O fio condutor que sustentou o trabalho desenvolvido diz respeito ao que denominamos como posição-sujeito utópico. As análises que desenvolvemos nesse trabalho indicaram que: i) a posição-sujeito utópico é a posição com a qual os indivíduos se identificam para operar mudanças na sociedade; é a posição segundo a qual é possível desenvolver certas ações que modifiquem positivamente a organização social e política de um povo; ii) nessa posição-sujeito, é possível aliar sonho, utopia e princípio com a realidade do País; iii) há uma compatibilidade entre a posição-sujeito utópico e aquilo que se espera do sujeito político: a competência para propor projetos que contemplem as reais necessidades do País e a possibilidade de pensar em alternativas que viabilizem as propostas; iv) nessa posição-sujeito, é importante manter a coerência com os sonhos, princípios e utopias; v) na posição-sujeito utópico, o sonho, a utopia e o princípio são elementos que motivam mudanças e inspiram ações, ou seja, são ideais que visam à melhor organização da sociedade em diferentes aspectos.

Salientamos ainda que, nos três capítulos de análise, a oposição entre utopia, sonho e princípio x realidade foi materializada em várias sequências discursivas analisadas, e (re)produziu diferentes efeitos. Dentre eles, destacamos: i) há um distanciamento entre a realidade e o sonho, a realidade e a utopia e a realidade e o princípio; ii) no universo da política, é possível aliar sonho e realidade, utopia e realidade, e princípio e realidade; iii) há um efeito de dúvida sobre a possibilidade de manutenção da utopia, do sonho e do princípio. Nesse caso, não se sabe, ao certo, se é possível conciliar a utopia, o sonho e o princípio com as questões práticas que a realidade impõe; iv) os sonhos, as utopias e os princípios dos candidatos não estão em sintonia com a realidade do País; v) a suposta participação de um candidato nas eleições é o momento de pôr à prova os sonhos, as utopias e os princípios que ele possui, ou seja, de verificar se, mesmo diante das situações reais que a disputa eleitoral impõe, o candidato preservará os seus sonhos. Destacamos que outros efeitos também foram identificados e apresentados mais detalhadamente nas análises desenvolvidas e nas considerações finais de cada capítulo.

Por fim, salientamos que o nosso trabalho, que está vinculado ao projeto temático “Discursos sobre o poder político, efeitos sujeito e efeitos sentido em diferentes materialidades significantes”, contribui para a investigação sobre a questão dos efeitos-sujeito e efeitos-sentido

em relação aos discursos sobre o poder político. De forma mais específica, o nosso trabalho fortaleceu as pesquisas do GPADis no que diz respeito à atuação das mulheres nas esferas de poder político.

No entanto, ressaltamos que o estudo desenvolvido neste trabalho não esgota as possibilidades de análise e não responde a todas as perguntas acerca da atuação do sujeito pragmático Marina Silva nas esferas de poder político e, mais especificamente, sobre a sua participação no cenário das candidaturas à presidência da república, no Brasil, nos anos de 2010 e 2014. Apesar disso, suscita questões a serem respondidas e aprofundadas em outros trabalhos, tanto no que se refere à discursivização sobre Marina Silva, quanto no que diz respeito à discursivização sobre a atuação das mulheres nas esferas de poder político.

REFERÊNCIAS

- ABADE, J. J. **Discurso, política e espetáculo: Roseana Sarney em Veja**. Orientadora: Edvania Gomes da Silva. 2015. 78f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2015. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2015.v3i1.62>.
- ALMEIDA, P.R. de. Falácias Acadêmicas, 8: os mitos da utopia marxista. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 96, 2009. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/096/96esp_pra.htm. Acesso em: 28 jan. 2015.
- AMIM, A. R. et al. **Curso de Direito da Criança e Adolescente – Aspectos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 20.
- AMORIM, M. A; FRANÇA, T. A; FONSECA-SILVA, M. C. Discursivização sobre a história de vida de Marina Silva em *Istoé*: a incompetência política e a superação. In: **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Estudos Linguísticos**, 2011. v. 6. p. 102-102.
- AMORIM, M. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Posição-sujeito utópico imbricada com efeitos-sentido de utopia (Subject position utopian imbricated with effects sense of utopia). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 159-180, 2015. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v13i2.1306>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1306>.
- ANTUNES, P. B. **Direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- BARBOSA, J. L. A cidade do devir na utopia de Thomas Morus. **GEOgraphia**, Niterói, v. V, n. 10, p. 25-42, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/126>. Acesso em: 05 set. 2014.
- BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade; Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção**. orientador: Adilson Ventura da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2014. 83f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>. Acesso em: 25 set. 2014.
- BARRETO, M. de P.; GALDINO, V. S. Os princípios gerais de direito, os princípios de direito de família e os direitos da personalidade. In: **Revista Jurídica Cesumar**. 2007. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/maira_de_paula_barreto.pdf. Acesso em: 25 jan. 2015.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1988.
- BOLL, J. L. S. **A corrupção governamental no Brasil**: construção de indicadores e análise da sua incidência relativa nos estados brasileiros. 2010. 75 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/2593/1/000423819-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.
- BUBER, M. **O Socialismo Utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- CÂMARA, A. F. **Lições de Direito Processual Civil**. v. I. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 20.

CHAUÍ, M. Notas sobre Utopia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. spe1, jul. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252008000500003&script=sci_arttext. Acesso em: 07 mar. 2014.

CONEIN, B. Décrire un événement politique. In: **COLLOQUE “MATERIALITES DISCURSIVES**, 8., 1980, Nanterre. Paris: Université de Paris, 1980. p. 55-64.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 out. 2014.

FAZOLI, C. E. de F. Princípios jurídicos. In: **Revista Uniara**. n. 20, 2007. Disponível em: http://www.uniara.com.br/revistauniara/pdf/20/RevUniara20_03.pdf. Acesso em: 07 jan. 2015.

FONSECA-SILVA, M. C. Materialidades Discursivas: A fronteira ausente (Matérialités Discursives: La frontiere absente). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91-97, 2005. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.973>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/982>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos Discursos do Cuidado de Si e da Sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007a.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b. p. 11-37.

FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como efeito de e bases simbólicas de significação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos e confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 207-212.

FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 12 set. 2014.

FONSECA-SILVA, M. C. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In: **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. TASSO, I.; NAVARRO, P. (org) Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-09.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

FONSECA-SILVA, M. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.). **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 35-48.

FONSECA-SILVA, M. C. **Considerações sobre condensação e deslocamento nos processos primários do inconsciente em O sonho da injeção de Irma**. Texto inédito.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1972. Edição original: 1900. (Coleção Obras psicológicas completas de S. Freud).

GONÇALVES, L. C. A. **Memória e Interpretação: Constitucionalidade e Eficácia da Lei na “Ficha Limpa” no STF**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 146 f.

Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Goncalves-L-C-A.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Memória discursiva e a lei da “ficha limpa” no STF (Discursive memory and the Law of "Clean Sheet" in STF). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 87-107, jun. 2012. ISSN 1982-0534. DOI: doi: <https://doi.org/10.22481/el.v10i1.1174>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1174>. Acesso em: 10 jul. 2014.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, B.L. (Org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13-31.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jan. 2015.

MACHADO, M. N. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil**: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-Marcelo-Nogueira-Machado.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MORE, T. **Utopia**. Prefácio João Almino. Tradução Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

NUNES, A. C. O. **A cooperação internacional como instrumento jurídico de prevenção e combate à corrupção**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=127616. Acesso em: 11 set. 2014.

OLIVEIRA, J. C. M. M. **Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-José-Carlos-Melo-Miranda-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

ORLANDI, E. P. O próprio da Análise de Discurso. In: **Escritos**: Discurso e Política. Campinas: Labeurb, 1998.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.973>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 20 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.** Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php. Acesso em: 11 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972.** 1972b. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.** 1992b. Disponível em: http://www.fatma.sc.gov.br/download/biblioteca_ambiental/Declara%E7%E3o%20do%20Rio%20de%20Janeiro.doc. Acesso em: 11 dez. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios.** 1979. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto.** 1980. Disponível em: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F e HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. Edição original: 1978.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, IEL/UNICAMP, n.19, p.7-24, jul/dez, 1990. Edição original: 1982.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2006. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Orgs.). **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 2007. p. 49-56. Edição original: 1983b.

PRADO, C. O. **Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia.** Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010. Disponível em http://www.uesb.br/mestradoemmemoria/dissertacoes/Prado_CO.pdf. Acesso em: 07 nov. 2013.

PRETEL, M. P. e. **Princípios constitucionais: conceito, distinções e aplicabilidade.** 2009. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.23507&seo=1>. Acesso em: 20 jan. 2015.

REALE, M. **Lições Preliminares de Direito**, 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

RODRIGUES, L.A. **Dignidade da Pessoa Humana: do conceito a sua elevação ao status de princípio constitucional.** 2002. Disponível em:

<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7095/Dignidade-da-Pessoa-Humana-do-conceito-a-sua-elevacao-ao-status-de-principio-constitucional>. Acesso em: 24 jan. 2015.

ROOP, C.C. Dreams of the Ancient Greeks. A Hermeneutic and rhetoric of Dreams. Tradução Leonardo Teixeira de Oliveira. In: **Janus Head**, v. 3, n. 1. 2000. Disponível em: http://www.classicas.ufpr.br/projetos/bolsapermanencia/2006/artigos/Cyd_Ropp-SonhosGrecia.pdf. Acesso em: 17 nov. 2014.

SECCO, L. **História do PT**. Cotia: Ateliê, 2011.

TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 10 nov. de 2014.

VIGGIATO, K. D. **Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Dissertação-Danielsa-Rara-Ferraz-Pinto.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ZYLBERSZTAJN, J. **O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988**. Tese. 2012. 242 f. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/pt-br.php>. Acesso em: 24 jan. 2015.